

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA NO DIA TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA E CINCO**-----

----- Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência e Presencial, em Sessão Extraordinária, reunião sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada, na modalidade mista, que combina com o formato presencial e a videoconferência, através da plataforma “Teams”.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes

Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Susana Maria da Costa Guimarães, Luis Filipe Jesus Dias, Maria João Bernardino Correia, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Natacha Machado Amaro, Luís Duarte de Albuquerque Carreira e Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Faltou à reunião a seguinte Deputada Municipal:-----

----- Maria da Graça Resende Pinto Ferreira. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Luis Filipe Jesus Dias.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista. -----

----- Graciela Simões (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva, Vereador Miguel Gaspar, Vereadora Paula Marques, Vereador Ricardo Veludo, Vereadora Celeste Correia, Vereador Manuel Grilo, Vereadora Catarina Vaz Pinto e Vereador José Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva e João Pedro de Abreu Costa. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs, vamos começar como é normal e habitual com a intervenção do público.-----

----- Vai usar da palavra o Senhor Tiago Galvão, que vai falar por videoconferência, é administrador de prédios na Alameda António Sérgio, Freguesia de Santa Clara e pretende colocar algumas questões e, portanto, convido o Senhor Tiago Galvão a usar da palavra!”-----

----- **O Múncipe, Senhor Tiago Galvão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos!-----

----- *Eu venho aqui falar de uma questão, eu sou administrador, porque os ■ e, portanto, acabo por ser administrador de três números diferentes na mesma rua. -----*

----- *E o que é que acontece? Houve uma fase enquadrada na requalificação “Uma Praça em cada Bairro”, foi feita uma primeira fase de requalificação e agora, há pouco tempo, uma segunda fase de requalificação da rua. -----*

----- *A primeira fase trouxe logo inúmeros problemas depois da inauguração da obra que trouxeram infiltrações para um dos prédios em comum do qual eu sou administrador, problemas de esgotos, enfim, a obra não foi terminada, houve algumas partes que ficaram, por exemplo, incompletas, nomeadamente a marcação de pavimento e sinalização, etc. -----*

----- *Nós tentamos pôr essa situação e foi-nos dito que a empresa já tinha sido, digamos, notificada disso, mas a empresa já se encontrava num processo a braços com a justiça, num processo decorrente não só dessa obra em Lisboa, mas de outras obras e já não seria possível fazer nada.-----*

----- *A segunda fase da obra de requalificação foi agora há pouco tempo e teve o mesmo problema, no caso a empresa é a Tecnovia, eu fui ter ainda ao estaleiro da empresa falar com o engenheiro para lhe pôr algumas questões e o engenheiro disse que a pôr era durante a obra, porque depois da obra inaugurada era para esquecer, foi o que ele me disse!-----*

----- *Ainda assim eu acredito que depois da inauguração ainda há muitas questões que não ficaram....”-----*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço que desliguem os microfones, não perturbem a intervenção do Senhor Tiago Galvão! -----

----- Faça favor, Senhor Tiago Galvão!” -----

----- **O Múncipe, Senhor Tiago Galvão**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Posso continuar?” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Pode com certeza!” -----
----- **O Município, Senhor Tiago Galvão**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Eu termino!” -----
----- *Portanto, a segunda fase com uma outra empresa teve também problemas, portanto, a sensação de quem habita ■■■, enquanto administrador, é que nós passámos a ter problemas que não tínhamos! Ou seja, vendo uma fotografia do antes e do depois da intervenção desta obra ela não trouxe bem-estar, não trouxe melhorias ao nível de acessos, ela trouxe, sim, novos problemas.* -----
----- *Com certeza que estas coisas são pensadas, por exemplo, com um estrangulamento maior para a parte de carros, uma abertura maior..., enfim, percebe-se que a intenção é boa, no entanto, a execução destas obras depois acaba por trazer tantos problemas que as pessoas sentem-se por um lado assustadas, porque fazem uma intervenção que não estão à espera, porque não há nenhum tipo de sinalética nas ruas a mostrar aquilo que vai ser e tudo mais!* -----
----- *O que é que nós fizemos: depois da obra estar concluída, nós apresentamos por escrito todos os problemas que estavam por resolver de infiltrações que não existiam e passaram a existir, de coisas que tinham sido mal concluídas, pavimentação não sinalizada, inundações que passaram a acontecer por causa do mau acabamento da calçada.* -----
----- *No entanto, eu não sei se por algum tipo de retaliação fomos, ironicamente, intimados a resolver os problemas dos quais nos queixamos!* -----
----- *Ou seja, o que nos foi dito por carta, que é a carta que eu tenho aqui que vem assinada pela Senhora Dona Sara Godinho, que é da Unidade Coordenação Territorial Norte, portanto, vieram três engenheiros visitar o nosso prédio e nós inocentemente falamos de todos os problemas decorrentes das infiltrações da obra que tinha sido finalizada e, no entanto, fomos intimados a nós próprios a resolver os problemas dos quais nos queixávamos! E em nenhuma parte desta carta, portanto, o que a carta diz para além desta parte de intimação, ou seja, de notificação o que a carta diz é que as nossas queixas vão ser informadas ao DMMC e vão ser encaminhadas também para o Departamento de Saneamento para eventual reparação e correção dos pontos por nós frisados.* -----
----- *Ou seja, o que foi feito foi, uma intimação para nós resolvermos os problemas dos quais nós nos queixávamos, as infiltrações....”* -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Pedia que concluísse e que nos enviasse a carta para nós remetermos aos serviços competentes!” -----
----- **O Município, Senhor Tiago Galvão**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Ok, sim senhor!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado!” -----
----- **O Município, Senhor Tiago Galvão**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: --
----- “*Obrigado, eu!*” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Portanto, tem a palavra a Senhora Maria Elsa ■■■, que vai falar de estacionamento para deficientes. -----
----- Tem a palavra Senhora Maria Elsa.” -----
----- **A Município, Senhora Maria Elsa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:
----- “*Boa tarde!* -----
----- *Eu venho aqui falar por causa de um lugar de deficiente ■■■ que tem sido um susto tremendo!* -----
----- *A ■■■, eu tenho aqui os documentos todos para mostrar aos Senhores e pedi à Câmara há uns anos para me permitirem pôr um pilarete uma vez que tenho aqui as fotografias todas a comprovar que o lugar é constantemente ocupado por pessoas que não devem pôr ali o carro. -----
----- Não adianta telefonar para a polícia, porque não tem reboque. A EMEL também não!* -----
----- *Portanto, o que é que nós fazemos quando chegamos a casa e o lugar está ocupado?*-----
----- *Agora, há pouco tempo recebi uma carta da Senhora Vereadora, a chefe do Departamento..., - agora não tenho o nome, mas está aqui nos documentos todos que eu tenho - a dizer que aquilo não era legal, ter o pilarete!*-----
----- *Eu escrevi-lhe a mostrar a carta da autorização do pilarete, quando eu pedi o pilarete expliquei porque é que precisava dele, e esta senhora disse-me que aquilo estava ilegal! Ela com certeza não sabe ler o que é que está lá escrito, de tal maneira que ela disse, inclusivamente, que agora já não há matrícula dos carros, agora atribuem um número. Esse número que essa senhora atribuiu é um número que tem a ver com um carro, - com a matrícula que ela pôs lá -, com um carro que eu tive há trinta anos; não percebeu que agora não tem nada a ver com isso. Já ■■■ carro, mas ela só viu o primeiro. -----
----- *Depois, eu tenho escrito ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, várias vezes, explicando-lhe as minhas dúvidas, as coisas o que é que eu faço com ■■■, porque agora foram revogadas várias coisas que havia dantes em relação aos lugares de ■■■. Quer dizer que agora o ■■■ que antes era privativo passou a ser para toda a gente! O que significa que se formos sair ■■■ e chegar à noite a casa, aonde é que eu ponho carro? Como é que eu faço?*-----
----- *As pessoas com famílias numerosas têm direito a ter lugar também, podem trazer as crianças ao colo, agora eu não posso arrumar o carro no Saldanha, por exemplo, num lugar vago e trazer ■■■, não passa na cabeça de ninguém!* -----*

----- Além disso dizem que o lugar é privativo e afinal de contas não é privativo, é de toda a gente! Além de que a senhora ultimamente até me diz se eu quiser até para escolher num sítio onde tenha menos movimento. Eu não sei se a senhora acha que eu tenho que mudar de casa, não faço ideia o que é que ela quer dizer com isto! -----

----- Portanto, o que eu venho pedir é que o senhor Vereador, e eu já lhe escrevi para falar com ele para lhe explicar os erros que fizeram agora neste Regulamento Geral de Estacionamento, está aqui tudo explicadinho, não há a menor dúvida, mas até agora não tive qualquer resposta! -----

----- Há uma coisa que eu tenho a certeza absoluta: ■■■, não sei, e ■■■, um ser humano e tem que ser tratado como deve ser, não ■■■, porque esta coisa, agora, de terem trocado a matrícula por um número que ainda por cima é equivalente à ■■■ que eu tive há trinta anos, quer dizer que a gente chega a casa, aliás, trocaram-me a matrícula, e na segunda-feira tiraram o pilarete.-----

----- Tiraram o pilarete, já está ali, um carro foi logo arrumar lá! Logo arrumar! -----

----- Portanto, a ■■■, isto tem que ser resolvido e vai mesmo ser resolvido e tenho a certeza absoluta que isto vais ser resolvido e se não for resolvido assim vais ser resolvido de outra maneira!-----

----- Eu não duvido, porque a ■■■ ou então têm que me explicar porque é que a ■■■!--

----- E esta coisa da senhora dizer, quer dizer ela troca tudo! Eu tenho tudo escrito, aqui, que eu trouxe os dossiers para os senhores verem do que estou a falar. -----

----- Eu não sei o que os senhores vão resolver, há uma coisa que eu tenho a certeza absoluta, isto vai ser resolvido, as pessoas não sabem, estão em lugares e não sabem o que estão a fazer! As pessoas que estão aqui, incluindo o Senhor Vereador, é como se, a mim que não sei cozinhar, me chamassem para tomar conta de um restaurante, que eu não percebo nada de cozinha; e estes senhores também não percebem nada do que é ser deficiente! -----

----- Ser deficiente não é uma ilegalidade! É verdade que nós não pertencemos a grupos, nem associações, nem nada, somos independentes, portanto, isto vai ter que ser resolvido, não sei como é que os senhores querem fazer? Se querem fazer alguma coisa? A verdade é que ■■■ prisão domiciliária!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado!-----

----- Nós queremos, naturalmente, ajudar nessa questão, portanto, pedia-lhe que deixasse os elementos aqui ao meu colega e, naturalmente, comunicaremos à Câmara e tentaremos obter uma resposta. -----

----- Muito obrigado, naturalmente que iremos seguir com atenção esse assunto.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Maria Elsa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais outra coisa, tiraram-me o pilarete, não tiraram, roubaram-me o pilarete, porque fui eu que o paguei. Tirar é uma coisa! Ficar com ele é outra!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem, mas isso nós iremos comunicar tudo! -----

----- Muito obrigado. Então os serviços ajudam aí a senhora no que diz respeito a essa documentação e vamos prosseguir. -----

----- Muito obrigado, pela sua intervenção, Senhora Maria Elsa [REDACTED].” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1- APROVAÇÃO DA ATA Nº 146, DE 11.05.2021 E ATA Nº 150, DE 15.06.2021;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos continuar com a aprovação da Ata nº 146, de 11 de maio de 2021.” -----

----- Vamos passar à votação **da Ata nº 146 de 11.05.2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa, Teresa Craveiro. **A Ata nº 146 de 11.05.2021 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação)**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da ata nº 150, de 15 de junho de 2021, cuja redação teve em conta as sugestões enviadas pelo Senhor Deputado Municipal Inácio Faria.” --

----- Vamos passar à votação **da Ata nº 150 de 15.06.2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa, Teresa Craveiro. **A Ata nº 150 de 15.06.2021 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação)**-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das **Atas 146 e 150**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 146** Sessão Extraordinária, realizada em onze de maio de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Maria Páscoa Baptista (PCP), Luis Filipe Jesus Dias (PCP), José Alberto Ferreira Franco (IND) e Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND). -----

----- **Ata n.º 150** Sessão Ordinária de junho – primeira reunião, realizada em quinze de junho de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Álvaro da Silva Sousa Amorim (PSD), Vasco André Veiga Morgado (PSD), Ana Maria Páscoa Baptista (PCP) e Luis Filipe Jesus Dias (PCP). ----

----- **PONTO 2 - PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS E FORMATO INCLUÍDOS NO ANEXO I À PRESENTE CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 42º DO REGIMENTO; GRELHA I - LIMITE MÁXIMO 2 HORAS (2X GRELHA B) A QUE ACRESCEM 2 HORAS PARA A CML;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto 2, Perguntas à Câmara, a Câmara está representada pelo Senhor Vice-Presidente João Saraiva, também dizer que o Grupo Municipal do CDS, requereu meios audiovisuais, mas prescindiu. O Grupo Municipal do MPT vai apresentar duas fotografias durante a intervenção, conforme foi solicitado, portanto, dito isto, portanto, peço à minha Colega Virgínia Estorninho, que dê a palavra aos Grupos Parlamentares, pela ordem em que estão inscritos para intervir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, se me permite, muito rápido, era apenas, se a Senhora Secretária pode indicar a ordem de inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, senhor, vamos fazer isso.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Portanto, é a Senhora Deputada Cláudia Madeira, Senhor Deputado Sobreda Antunes, José Inácio Faria, Miguel Graça, Simonetta Luz Afonso, João Valente Pires, Manuel de Lage, Diogo Moura, Aline Beuvink, Fábio de Sousa, Fernando Correia, Francisco Domingues, Ana Mateus e Ricardo Moreira, Miguel Santos e Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, ficou completa a lista neste momento.-----

----- Senhora Deputada Cláudia Madeira, com as minhas desculpas, tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente,-----

----- Senhores Secretários,-----

----- Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Nesta sessão de perguntas, “Os Verdes” trazem um tema relativo à necessidade emergente de valorizar a estrutura verde, pela sua importância no combate às alterações climáticas e pelos múltiplos benefícios ambientais e sociais que presta às populações em meio urbano.-----

----- Para além do aumento do número de árvores que advém de novas plantações, importa salvaguardar as existentes, pois são seres vivos que demoram muito tempo a crescer. Lisboa possui vários exemplares dignos de classificação e existe inclusive um roteiro que assinala as Árvores Classificadas na cidade, mas ainda é possível fazer-se mais nesta matéria.-----

----- Tendo em conta que a classificação do arvoredo urbano, como património natural, contribui para a sua preservação e valorização perante os cidadãos, cabendo ao ICNF e às autarquias locais proceder a essa classificação, em 2018 o PEV avançou com uma recomendação para que vários exemplares tivessem essa distinção e em 2020 questionámos a Câmara sobre esse processo.-----

----- No final do ano passado, a Câmara referiu que era necessário proceder a uma avaliação e posterior análise e ponderação para classificação de alguns desses exemplos até final do 1º trimestre de 2021, nomeadamente o conjunto de jacarandás da Av. Dom Carlos I e de tipuanas no parque do Hospital Curry Cabral.-----

----- Por isso perguntamos em que fase se encontram as avaliações destes conjuntos de árvores e se já se avançou com a sua classificação?-----

----- Ainda relativamente às questões de proteção das árvores, na última Informação Escrita do Senhor Presidente é mencionada a "*Coordenação do controlo da praga *Trioza erythrae**", algo que é muito vago. Assim, gostaríamos de saber efetivamente que medidas de proteção fitossanitárias estão a ser implementadas, uma vez que poderá haver algum desconhecimento da existência desta doença por parte de proprietários, usufrutuários ou possuidores de jardins e logradouros com citrinos.-----

----- Foi confirmada esta praga nas freguesias de Ajuda, Alcântara, Alvalade, Benfica e Carnide, fazendo a restantes parte da zona tampão. No entanto, de acordo com denúncias e alertas de municípios, em algumas delas também já existem sinais da ocorrência de várias árvores infestadas.-----

----- Esta situação é preocupante, pelo que importa que todos conheçam as medidas que devem ser aplicadas e por quem, de modo a proteger as restantes árvores, sendo fundamental a atuação devidamente articulada entre os serviços públicos e os agentes particulares.-----

----- Passando agora ao tema do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, recordamos que a sua elaboração foi aprovada por unanimidade através da Proposta n.º 884/2018.-----

----- A 6 de Março de 2019 a CML publicou que: "*O futuro da segurança rodoviária em [#Lisboa](#) começa hoje! A Câmara Municipal de Lisboa começou a delinear, com o contributo de várias entidades, o Plano Municipal de Segurança Rodoviária. A missão é conseguir baixar para [#zero](#) o número de vítimas mortais em acidentes rodoviários na cidade, até 2030.*"-----

----- Posteriormente, através da Proposta n.º 610/2020 é revogado o ponto 4 da proposta apresentada em 2018, passando a elaboração do Plano a ser da responsabilidade da Divisão de Estudos e Planeamento da Mobilidade, substituindo assim a Equipa do Plano, nomeada inicialmente.-----

----- Ora, os Planos Municipais de Segurança Rodoviária têm como objetivo definir uma estratégia para reduzir substancialmente a sinistralidade rodoviária, e uma cidade como Lisboa, no entendimento do PEV, deve ter este importante Plano aprovado o quando antes. -----

----- Por isso mesmo, “Os Verdes” pretendem saber: -----

----- Em que fase se encontra a elaboração da Proposta Preliminar do Plano Municipal de Segurança Rodoviária?-----

----- Quais as entidades que têm sido ouvidas nesse âmbito? -----

----- E quando se prevê que seja iniciada a consulta pública do Plano? -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes, que está online.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Este último tema do PEV engloba duas vertentes: as instalações dos antigos estúdios da RTP no Lumiar e os terrenos que lhe ficam situados a nordeste.-----

----- Por um lado, há anos que vêm ocorrendo deslizamentos de terras no talude natural dos terrenos a nordeste dos estúdios vendidos pela RTP, facto que tem sido repetidamente exposto pelos moradores e que “Os Verdes” têm alertado através de vários requerimentos.-----

----- Na sequência de autos de vistoria, estes factos foram em tempo atestados no local pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, pela Unidade de Intervenção Territorial Norte da Câmara, e pela própria Junta de Freguesia, tendo a Polícia Municipal procedido ao gradeamento dos terraços com dezenas de metros de comprimento, por cima das caves de duas lojas e de dois parques de estacionamento, para evitar a ocorrência de danos pessoais. Também o passeio para acesso pedonal às traseiras das caves continua interdito à circulação.-----

----- A autarquia terá procedido à intimação dos vários proprietários particulares onde se localiza o talude, para serem adotadas medidas cautelares e de contenção, bem como para a realização de obras de conservação e de demolição, determinadas ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). -----

----- Por outro lado, está também aprovada para os terrenos e instalações dos antigos estúdios alienados pela RTP uma operação de loteamento promovida por uma Sociedade de Administração de Propriedades (empresa SOLATU).-----

----- Decorrida mais de uma década sem qualquer renovação paisagística, os moradores dos prédios vizinhos da zona envolvente, designadamente os do Parque Europa, da Quinta do Lambert e da Quinta das Pedreiras, queixam-se, de estou a citar, “*situação calamitosa e perigosa*” em que todo o edificado dos antigos estúdios da RTP se encontra, considerando inaceitável a visível crescente degradação do complexo abandonado pela RTP em 2007 e vendido em 2011, não compreendendo

porque a Câmara não insistiu na notificação ao atual proprietário para obras de demolição e reabilitação. -----

----- Recentemente, parte do terreno foi modelado, mas subsiste a necessidade de demolição do que resta dos edifícios dos antigos estúdios, o arranjo paisagístico, bem como o controlo e drenagem das águas pluviais, antes da chegada do período invernos. Estaria ainda prevista a cedência de cerca de 3 mil m² (2.882 m²) para áreas verdes e mais de 5 mil m² (5.017,80 m²) para equipamentos.-----

----- Os esclarecimentos que solicitamos quase repetem os últimos requerimentos apresentados por “Os Verdes”, e que ficaram sem resposta, a saber: -----

----- Qual o ponto de situação patrimonial e de requalificação urbanística e ambiental das instalações dos antigos estúdios da RTP no Lumiar e dos terrenos envolventes? ----

----- Qual o desenvolvimento dos vários processos de intimação aos diversos proprietários particulares do talude e dos terrenos e antigas instalações da RTP? -----

----- Contemplam ou não compensações em equipamentos e zonas para usufruto público, englobando áreas verdes e equipamentos sociais, com o respetivo enquadramento paisagístico?-----

----- Qual a calendarização prevista para a execução do loteamento e total reabilitação daquele vasto espaço?-----

----- Vão ou não os residentes ser atempadamente informados do projeto, através de uma apresentação pública para eventual receção de contributos.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente, boa tarde. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Eu pergunto à Câmara se quer responder agora, ou se responde depois.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Talvez seja melhor irmos respondendo, eu pedia aos meus colegas, tomei nota das questões, já agora boa tarde todos, até me esqueci. Os meus colegas José Sá Fernandes, Miguel Gaspar e Ricardo Veludo, penso que eram questões para os três, eu pedia ao José Sá Fernandes para começar, e pedia a todos uma maior contenção possível e maior objetividade nas respostas.-----

----- O José Sá Fernandes não está, bem então eu passo a palavra ao Miguel Gaspar e depois ou Ricardo Veludo, já vamos ao José Sá Fernandes. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Cumprimentar os Senhores Deputados, muito boa tarde a todos.-----

----- Relativamente à questão colocada sobre o Plano Municipal de Segurança, gostaríamos de informar, creio que já tive oportunidade de dar esse esclarecimento, não sei se no plenário, se foi na 8ª Comissão, que houve uma alteração na equipa do

plano, com uma alteração do responsável. Nessa altura, houve, de facto, um atraso naquilo que é o desenvolvimento do plano e, entretanto, o plano tem vindo a ser desenvolvido, nomeadamente, houve uma parte também que demorou mais tempo do que aquilo que nós contávamos, que era a parte do diagnóstico, que passa muito pela recolha dos sinistros, que existem na cidade de Lisboa nas bases de dados que existem e dar-lhes significado nesse tratamento de dados. Enfim, os dados estavam em piores condições do que nós achávamos que os íamos encontrar, portanto, havia mais trabalho, mas que isso permitiu-nos avançar, bastante na fase de diagnóstico.-----

----- Relativamente às medidas do plano, o mesmo teve já algum grau de densificação, foi enviado para mim já em junho, uma primeira versão desse plano, eu entendi com os serviços, que ele devia ser mais densificado ainda ao nível das medidas e do seu detalhe, mas é nossa ambição que possa ser distribuído uma versão preliminar, uma versão de trabalho do plano pelo Conselho Consultivo, ainda em setembro. Isto, não ignora que, de facto, que vamos para eleições, a própria Assembleia e a própria Câmara terão um calendário condicionado pelas eleições e, portanto, é o objetivo e a ambição é que os trabalhos técnicos possam avançar, de tal forma, incluindo a consulta ao Conselho Consultivo para que, na retoma dos trabalhos pós as eleições, o executivo que estiver nesse momento na Câmara Municipal de Lisboa, possa tomar as decisões que entender como boas, relativamente, a esse mesmo plano. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -

----- “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados e a todos os que nos estão a acompanhar. -----

----- Respondendo à questão colocada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, sobre os antigos estúdios da RTP. Esse local tem um projeto de loteamento aprovado e foi aprovado já em 2013, e foi já feito um pedido para a emissão de alvará em 2021. -----

----- Relativamente aos edifícios, que lá se encontram pré-existentes foi feita uma intimação à demolição desses edifícios, essa intimação foi feita em setembro de 2017, a uma empresa cujo nome era Gerium Promoção e Construção Imobiliária S.A, àquela data e, entretanto, houve uma alteração da titularidade da propriedade daquele imóvel e o atual proprietário está a assumir, digamos, o cumprimento das intimações feitas pela Câmara Municipal, o anterior incumpriu e há um diferendo que se mantinha em aberto e que estava a ser, digamos, dirimido pelo Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Os atuais proprietários entregaram já agora em 2021, dois processos com vista a executar as demolições que tinham sido intimadas, são os processos 94/OTR/2021 e o 61/EDI/2021, e, portanto, era o que tenho para informar sobre essa situação. -----

----- Muito obrigado, Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Eu penso que com isto, podemos considerar concluída a resposta da Câmara e, portanto, passámos ao próprio Grupo Parlamento.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra, o Senhor Deputado José Inácio Faria, presencialmente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Vice-Presidente,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Caros colegas, Público presente.-----

----- Praticamente em final de mandato, tantas são as promessas por cumprir e as perguntas dos munícipes sem respostas por parte deste executivo camarário, que nesta que é a última sessão extraordinária deste mandato com perguntas à Câmara, o Partido da Terra, teve dificuldades em reduzir o número de temas de forma a poder cumprir com as limitações de tempo da nossa intervenção. -----

----- Assim, e tentando ser o mais telegraficamente possível começarei por duas perguntas na área do ambiente, gostaria que o Senhor Vereador Sá Fernandes pudesse responder, caso não o possa, o Senhor Vice-Presidente, penso que tem bagagem para poder responder, e as perguntas são as seguintes:-----

----- Qual é o ponto da situação do processo de remoção das coberturas de fibrocimento dos edifícios escolares, que está a ser executado pelo Município de Lisboa, e depois de em junho de 2020, o Primeiro-Ministro António Costa ter anunciado o lançamento de um programa para a erradicação do amianto em 700 escolas do país, no valor de 60 milhões de euros, financiado por verbas comunitárias? -

----- Outra pergunta nesta área é, para quando a disponibilização do estudo de inventariação dos solos potencialmente contaminados, no Município de Lisboa, desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa e coordenado pela Direção Municipal do Ambiente, o estudo a ver clima e energia, pedido este, que já foi aqui por diversas vezes feito?-----

----- A terceira questão que aqui trazemos hoje, prende-se com o Pelouro das Finanças, mas também com a transparência, e o rigor na gestão dos dinheiros públicos. E a questão prende-se com os números que têm sido veiculados pela imprensa de que este executivo atribuiu diretamente mais de 196 milhões de euros em subvenções entre 2018 e 2020, cerca de 23,1 milhões para as artes e os espetáculos, 16,3 milhões para o desporto, 38,5 milhões para o turismo, 2,6 milhões para migrantes e refugiados, 4,9 milhões para despesas a pessoas em condições sem-abrigo e 2,5 milhões para fundações, sendo que nestas áreas, está menos de metade do valor registado.-----

----- Senhor Vice-Presidente, não está a tomar nota e depois não sabe responder.-----

----- E assim face à importância destes montantes e a opacidade ou mesmo a inexistência dos relatórios de atividades dessas entidades, perguntamos ao executivo, e neste caso ao Senhor Vice-Presidente, qual é o montante exato que foi atribuído pela

Câmara Municipal de Lisboa, em subsídios e financiamentos a entidades públicas e privadas, desde o início do atual mandato e quais foram os reais impactos para a Cidade de Lisboa de cada atividade apoiada? -----

----- No que se refere ao urbanismo, e em concreto à empreitada de ampliação do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud, que está a decorrer neste preciso momento, gostaria de voltar a questionar a Câmara, como já o fiz diretamente ao Senhor Vereador Ricardo Veludo, em sede da 3ª Comissão Permanente, perguntando se o facto da via pública, entre o edifício existente e o que está a ser construído que dá acesso à Docapesca, se encontrar vedada à circulação de pessoas poderá configurar uma situação de eventual ocupação ilegítima e definitiva do espaço público? Que, como já se vai tornando habitual, resultará na impossibilidade de os lisboetas, usufruírem plenamente do Rio Tejo.-----

----- Ainda na área do urbanismo e uma vez que, em abril de 2020, esta Câmara aprovou uma proposta, que previa não só mobilização de imóveis públicos devolutos da Cidade de Lisboa, como também a mobilização do património devoluto privado, incluindo apartamentos comprados para obtenção de vistos Gold, para o Programa de Renda Acessível, o Partido da Terra, gostaria de saber quantos destes imóveis integram atualmente a bolsa de fogos públicos para arrendamento a preços acessíveis?

----- Ainda no âmbito da temática da habitação a preços acessíveis, gostaríamos de questionar a Câmara, sobre um assunto referente a uma recomendação, que apresentámos no passado dia 25 de maio, “Operação da renda acessível no Alto do Restelo”.-----

----- Assim, em maio pedíamos nesta Assembleia, que estes dois projetos de loteamento não fossem licenciados, não só pela sua escala e volumetria, mas também pela falta de avaliação dos impactos do aumento populacional e do parque automóvel, na mobilidade e nos equipamentos escolares, sociais e desportivos, para os atuais e futuros residentes naquelas zonas de intervenção.-----

----- O facto é que um mês depois, a Câmara anunciava que os novos edifícios projetados, passariam a ter entre três a oito pisos, e não entre os cinco e os quinze pisos, inicialmente projetados e que o número total de habitações, passaria de 629 para 578.-----

----- Posto isto, o que hoje perguntamos é se esta anunciada revisão do projeto não passará apenas de uma mera operação cosmética, destinada a silenciar as inúmeras vozes críticas, que se têm levantado, uma vez que, apesar de anunciada diminuição do número de pisos dos edifícios, apenas se reduziram em 8% o número de fogos, bem como a área do espaço público, ficando por colmatar a ausência de equipamentos escolares, sociais e desportivos, bem como a insuficiência de transportes públicos e das acessibilidades naquela zona da cidade.-----

----- Aproveito aqui, para relembrar também a exigência várias vezes aqui feita, para que rapidamente fosse concluído o plano de salvaguarda da Tapada das Necessidades, e a pergunta é saber também quando é que este plano virá a público?-----

----- Senhor Presidente, deixamos para o fim, uma questão relacionada com a área da mobilidade, e que a nosso ver é a mais importante de todas, porque implica a perda de vidas humanas. -----

----- Há uma semana apresentamos aqui neste plenário, um voto de pesar em memória de uma ciclista mortalmente abalroada por um carro na Avenida da Índia. Este foi infelizmente, mais um episódio trágico numa cidade onde continuamente, diariamente e diariamente continuamos a assistir e a testemunhar queixas sobre a falta de civismo dos condutores e o desrespeito do Código da Estrada, por parte de ciclistas, ao mesmo tempo que verificamos que os automobilistas circulam impunemente dentro da cidade a velocidades dignas de verdadeiras autoestradas, ao arrepio da tendência nas grandes cidades europeias, com velocidades limitada a 30 quilómetros hora e consideradas as mais seguras para peões e para utilizadores de bicicletas. -----

----- Este cenário, agravado agora pela construção de pistas cicláveis mal concebidas, e pela instalação à pressa de ciclovias “Pop up”, não é, no entanto novo, e é bom recordar que já 30 de junho de 2015, o Partido da Terra, tinha apresentado nesta casa uma recomendação, pela redução da sinistralidade e as suas consequências, na qual instávamos a Câmara de Lisboa, a implementar as recomendações aprovadas nesta Assembleia, no âmbito da segurança rodoviária, designadamente, a respeitante à criação de um Plano Municipal de Segurança Rodoviária, aqui aprovada por unanimidade, em setembro de 2014, facto é que, seis anos volvidos tudo parece na mesma e, por isso, a pergunta que se impõe, é saber quantos nomes, teremos que acrescentar à já longa lista de vítimas de acidentes e atropelamentos nas ruas e nas estradas de Lisboa, até podemos finalmente, contar com este plano?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente quer dar algumas respostas?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, com certeza, muito obrigado. -----

----- Passava a palavra ao Vereador Ricardo Veludo, penso que o Vereador Sá Fernandes ainda não conseguiu, está com um problema técnico, ainda não conseguiu entrar, ao Vereador Ricardo Veludo e ao Vereador Miguel Gaspar, e depois, eu próprio terminarei. -----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, relativamente à questão que coloca sobre ocupação da via pública na obra da Fundação Champalimaud, não tenho aqui informação, que eu não sabia qual era a questão concreta que ia colocar sobre a Fundação Champalimaud e,

portanto, poder-lhe-ei enviar essa resposta por escrito, imediatamente a seguir, mas não tenho aqui elementos sobre esse processo em concreto. -----

----- Relativamente, à questão que coloca sobre o Alto do Restelo, sobre os projetos de loteamento que tiveram em discussão pública, seria importante esclarecer o seguinte:-----

----- Por um lado, concluído o processo de discussão pública, foram introduzidas várias alterações no projeto e que vão ao encontro dos desejos manifestados pela população na pronúncia que foi feita durante o período de discussão pública, e que se consubstanciam essencialmente, numa redução muito significativa, quer do número de pisos, quer com reforço da previsão de lugares de estacionamento, aumento de espaços verdes, e também, alguma diminuição do número de fogos.-----

----- Mais recentemente, um grupo de moradores constituiu-se como interessados no processo e apresentou, nesse âmbito uma exposição escrita, acompanhada por um parecer jurídico, e solicitaram uma audição oral, que foi concedida e na sequência da análise dessa exposição escrita que fizeram e da audição oral, foram introduzidas ainda outras alterações aos projetos, que estiveram em discussão pública e que já notificámos esses mesmos moradores dessas alterações e de uma proposta de decisão relativamente a estes processos. -----

----- Também, dei indicações ao meu gabinete, para enviar aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas, uma informação com a versão atualizada da evolução das propostas para o Alto do Restelo, bem como de toda a documentação, com a fundamentação técnica dessas evoluções, as exposições escritas que recebemos mais recentemente, no âmbito dessa audição oral e do projeto de decisão relativamente a estes projetos. Tudo isso foi notificado, aos moradores está disponível no *site* da Câmara Municipal de Lisboa, onde está a informação sobre estas operações de loteamento, e queria fazer aqui para concluir um resumo daquilo que foi a evolução dos projetos que estiveram em discussão pública, até este momento. -----

----- Por um lado, o número de pisos, que tinham o máximo na proposta inicial, tinham máximo de 15 pisos, os edifícios previstos neste momento o número máximo de pisos é de 8, sendo que a grande parte dos edifícios tem 6 pisos.-----

----- O número de habitações previstas para estas operações, no seu conjunto eram 629 habitações e passam a ser 494. Por outro lado, também há um aumento do número de lugares de estacionamento público, que passou de uma situação inicial de 247 lugares, para 559 lugares de estacionamento.-----

----- Também foi feito um aumento de zonas verdes, com expressa criação de zonas de lazer, hortas urbanas nas coberturas dos edifícios, uma ligação pedonal e ciclável ao Bairro do Caramão da Ajuda, bem como uma ligação segura entre a área de intervenção do loteamento sul, o que é aquele que é o maior e o Parque dos Moinhos, que também está localizada adjacente. E nessa sequência também há uma redução de incremento populacional, relativamente, à situação inicialmente proposta, tendo em conta a diminuição do número de fogos que acabei de referir.-----

----- Também na linha daquilo que nos foi solicitado pela população e justificado fundamentadamente, bem como pela Junta de Freguesia de Belém e da Ajuda, que se

pronunciaram sobre estes processos, também, foi incluído uma creche para 84 crianças, um centro de dia, um pavilhão desportivo, um centro cívico, um equipamento cuja valência ainda não está, digamos, determinada, para além de se terem estudado as localizações o pré-dimensionamento de outros equipamentos que estão fora destas operações urbanísticas, mas que estão na sua vizinhança imediata e que permitiram, digamos, conjugar e demonstrar a executabilidade, desses mesmos equipamentos e que ficou também demonstrado no âmbito da discussão pública a sua necessidade não fazendo, no entanto, parte das operações urbanísticas em causa, e serão devidamente, considerados nos instrumentos de planeamento do município e de programação financeira para os anos subsequentes. E, portanto, este é o ponto de situação, nós pensamos que ainda durante o mês de julho, se possa levar uma proposta de decisão à Câmara Municipal, para votação e aguardamos uma pronúncia final do destes moradores, que foram notificados em audiência prévia com a nossa intenção de decisão. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar** no uso da palavra deu a seguinte resposta: --

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Também em complemento, passar aqui algumas informações, que mais uma vez sobre o tema da segurança rodoviária. -----

----- Sobre esta matéria do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, creio que já fui claro, já deixei nota aqui daquilo que são os andamentos dos trabalhos, mas acho que é muito importante sermos muito claros sobre esta matéria. -----

----- Não é só o Plano de Segurança Rodoviária, que garante a segurança rodoviária, também, é a ação no concreto, e ação no terreno. É por essa razão, que nós estamos neste momento, a instalar os sistemas de controlo de velocidade, nos termos que tínhamos comprometido com a sua instalação estão neste momento no terreno a serem instalados. É por essa razão a monitorização de semáforos da cidade de Lisboa, que continua a ocorrer, e vai-nos permitir maior flexibilidade e maior capacidade de gerir coisas como, por exemplo, o tempo travessias de peões. É por isso que nós estamos a fazer os contratos de delegações de competências, com as Juntas de Freguesia, onde vários milhões de euros estão a ser investidos na transformação dos passeios e das ruas da cidade, para a tornar mais seguras e criar cada vez mais “Zonas 30” e sim, também é por causa dessa via que estamos também, a estender a rede ciclável que garante maior segurança para todos, maior coesão para todos na cidade de Lisboa. -----

----- Eu tenho que destacar aqui, Senhor Deputado, a sua profunda incoerência. -----

----- O Senhor Deputado, vem defender primeiro uma cidade com menos autoestradas, vem defender uma cidade com menos sinistralidade, uma cidade com os 30 quilómetros por hora de velocidade, que eu também defendo, mas depois na mesma frase e, no mesmo parágrafo, ataca aquilo que a Câmara, tem vindo a fazer exatamente para promover esta redução, para promover esta proteção do ciclista, para promover a proteção do peão. -----

----- Então, o Senhor Deputado, é, portanto, contra o que foi feito na Marechal Gomes da Costa, que era uma autoestrada. O que foi feito na Castilho que era quase uma

autoestrada. O que foi feito na Berna, que era quase uma autoestrada. O que foi feito na Avenida dos Combatentes, que era quase uma autoestrada. O que foi feito na Alameda das Linhas de Torres, que era uma autoestrada onde as pessoas moram. O que foi feito na Fernando da Fonseca, e tantas outras avenidas da cidade onde nós temos intervindo e temos criado condições para todos. -----

----- O que o Senhor neste momento, deve ter com toda a franqueza, é uma grande dor de costas, Senhor Deputado, porque sinceramente dizer uma coisa e o seu contrário na mesma frase, é preciso ter um jeitinho especial. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa, a Vereadora Paula Marques, alguma pergunta que eu me esqueci que lhe dar a palavra? -----

----- Faz favor, Senhora Vereadora.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Só especificar, penso que foi esta a pergunta que o Senhor Deputado do MPT, fez e que se referiria às casas, que estão associadas ao programa específico renda segura e que depois entram no rol das rendas acessíveis, que estão neste momento, contabilizadas 200 casas. -----

----- Obrigado, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu também queria acrescentar duas coisas, Senhor Presidente, muito rapidamente. -----

----- Uma primeira, que tem a ver com o fibrocimento, o Município de Lisboa, tem um plano como se sabe, e foram feitas um conjunto de candidaturas, para, nomeadamente nas escolas, já que as outras instalações ou estão em projeto, para aí umas duas situações ou já estão resolvidas. As escolas, nomeadamente, um conjunto delas que são do Ministério da Educação, e que nós nos disponibilizámos para sermos nós a intervir, estavam e estão num processo, que está em visto do Tribunal de Contas e que ainda não está terminado, e em face desse atraso, estamos a desenvolver um conjunto de pequenas empreitadas, para resolver esse assunto em definitivo tão rápido quanto possível, dado o atraso dessa empreitada que não foi possível resolvê-lo em tempo. -----

----- Quanto às questões, da transparência relativamente, aos subsídios. -----

----- Eu queria só lembrar os Senhores Deputados, é a conta que o Senhor Deputado pede, é uma conta que o Senhor Deputado também pode fazer, porque a informação sobre subsídios e a listagem das entidades subsidiadas pela Câmara ao longo dos anos, está nos documentos que os Senhores Deputados, recebem todos os anos e depois com

relatórios trimestrais, portanto, eu percebo que se estivesse pergunta aqui clara, eu até lhe trazia o número, mas o Senhor Deputado, em nome da transparência pode também afirmar que tem lá essa informação e que podes dispor dela para fazer a continha quando quiser. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado pretende usar da palavra a que título? -----

----- Em defesa da honra, mas qual é a honra ofendida? Mas...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Senhor Presidente, eu pedi a palavra, porque é inusitada a forma como nesta casa, os Deputados e o Executivo trocam galhardetes, já referi mais que uma vez, não é por acaso o caso do Senhor Vice-Presidente, relativamente, ao Partido da Terra, exceção feita. -----

----- Agora o Senhor Vereador, vem para aqui dizer, “*dores de costas*”, ó Senhor Vereador, isto não é forma de se expressar, o Senhor Vereador, desculpe, o Senhor Vereador “*dores de costas*”, o Senhor, fala bem e do que lhe apetece, mas a verdade é que continuam a morrer pessoas em Lisboa, isto pela má planificação das ciclovias, o Partido da Terra, não é contra estamos fartos de ver. -----

----- Senhor Presidente, termino só para dizer o seguinte, pior, “*de que dores de costas*”, pior, “*do que dores de costas*”, Senhor Vereador, é de outros ferimentos causados pelos atropelamentos em Lisboa, isso é que é mau, Senhor Vereador e, portanto, na próxima vez, pense pelo menos quanto mais, não seja quando falar “*de dores de costas*”, pense naqueles que são atropelados e que tem verdadeiras dores e alguns até falecem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados e Senhores Vereadores, eu faço um apelo para não entrarmos neste tipo de conversas, porque nada disto é Regimental, nem a intervenção do Senhor Deputado, e peço que se contenham dentro das normas do Regimento, já que a questão foi iniciada dou a palavra ao Senhor Vereador, pedindo-lhe também contenção.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, terei toda a contenção, estou só apenas a respeitar a forma daquilo que é a defesa da honra, que me dá o direito de resposta de imediato, e aquilo que aqui em causa, posso trocar a expressão “*dores de costas*” por incoerência, Senhor Deputado. -----

----- Basicamente, sempre que nós estamos a agir na cidade de Lisboa, para acalmar a velocidade, para baixar a velocidade, para que haja menos sinistralidade na cidade nos Lisboa, a sua vossa para primeira preocupação, é saber onde é que estão os estudos,

onde está tráfego, o que é que está a acontecer aos carros, e nunca põem os peões verdadeiramente em primeiro lugar e muito menos as bicicletas e, portanto, que aqui está é a coerência da política, a coerência é termos ação no terreno, para sermos consequentes nas nossas ações, e não dizer uma coisa que é fofinha aqui na Assembleia, mas quando chega ao concreto de ação a dizer sempre contra àquilo que se faz na cidade e isso é incoerência, Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estão esclarecidas as posições, e, portanto, passámos à frente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, o Vereador Sá Fernandes já conseguiu entrar na sessão, e, portanto, há uns esclarecimentos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza, se faz favor, Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, -----

----- Boa tarde, Senhores Deputados. -----

----- Eu venho aqui esclarecer três coisas, houve uma pergunta feita pelos “Os Verdes”, que aproveito para esclarecer, que tem a ver com os citrinos e os ajardinados de Lisboa, que estão a ser avaliados aqueles que são da Câmara com o respetivo tratamento face a esta praga, e alguma interação com os municípios nos seus jardins laranjeiras, para que esta praga não se propague, e, portanto, estamos atentos ao assunto dentro da medida do possível, porque algumas das laranjeiras estão em sítios privados, estamos a tratar em interagir com cada um, portanto sabemos do problema, estamos atentos, resolvemos o problema daquelas que estão na via pública, e em relação aos privados estamos a interagir na medida do possível. -----

----- Em relação aos telhados, já o Senhor Vice-Presidente, já respondeu em relação a essa matéria. -----

----- Em relação aos solos contaminados, é uma matéria que tem sido acompanhado também pelo urbanismo, porque no fundo tem muito a ver com aquilo que se vai fazendo aos solos da cidade, e o que eu posso garantir, são duas coisas. -----

----- Uma, nós temos sido chamados para emitir os respetivos pareceres, temos os procedimentos todos bem calibrados e bem inventariados, para sabermos como é que vamos usá-lo em relação a matéria, e tem sido solicitado os respetivos pareceres, até cada vez mais e, portanto, neste momento, a Câmara, está muito mais bem apetrechada para emitir esses pareceres, que têm sido sempre resolvidos sempre que existe um ou outro problema. -----

----- Estamos a trabalhar com Universidade Nova, exatamente para termos identificados os sítios potenciais, é uma análise que tem que ser feita com lupa, porque o facto de haver um ou outro sítio que é potencial não quer dizer que esteja e,

portanto, antes de ser declarado contaminado, tem que ser analisado, e é isso que temos estado a fazer, porque não oferece problemas para a saúde pública e, portanto, sempre que há um projeto, intervimos, temos o parecer e monitorizamos, todos aqueles que são considerados potenciais, ou que tem vindo a ser considerados potenciais, vamos analisando para garantir a segurança das pessoas que aquilo que é o mais importante em relação a esta matéria, e qualquer obra não se faz sem o parecer, aliás, estamos em perfeita sintonia com a CCDR. -----

----- Por fim, este é um assunto que passa sempre pelo uma equipa que, neste caso específico, exatamente, porque tem os solos, dirigida pelo urbanismo. -----

----- Em relação ao plano de salvaguarda da Tapada das Necessidades. -----

----- Está ainda a correr, portanto, foi apresentado o plano, é um plano de grande minúcia, tem sido até elogiado, enfim, a maneira como ele foi feito, portanto, demorou, de facto, a fazer, um ano e meio para ser feito, começou, nos fins de 2019, vem na sequência do parecer da DGPC e da CCDR, sobre a Tapada das Necessidades.

----- É o primeiro antepiano de gestão e salvaguarda, feito em Lisboa, de um jardim “per si” o que, portanto, esta importância também histórica de estarmos a desenvolver este plano, de gestão e salvaguarda. Há aqui alguma confusão que as pessoas pensam que este plano de salvaguarda tem algumas a ver os planos de pormenor que preveem este tipo de situações, não! Esta foi uma imposição que não resulta da Lei propriamente dita do urbanismo, mas resulta assim num parecer da DGPC que recomenda ou que obrigou a Câmara, a fazer este plano de gestão e de salvaguarda, o que muito nos agrada, porque, no fundo, podemos pela primeira vez ter uma discussão pública de um plano de gestão e salvaguarda da Cidade de Lisboa, de um jardim. -----

----- Já houve outro plano de gestão e salvaguarda feito na Cidade de Lisboa, nomeadamente, do Jardim Tropical, liderado pela Universidade de Lisboa, o que também muito nos agradou, porque embora esse não tivesse uma discussão pública. Este tem discussão pública, que é isso que está a acontecer, neste momento, portanto, o plano é público, está no *site*, temos tido varadíssimos contributos, já solicitámos também, a análise de alguns especialistas sobre a matéria, também, da DGPC, aguardamos com serenidade todos os contributos, iremos fazer também um debate a pedido dos Peticionários de uma Petição, um debate sobre esta matéria da maneira como quiserem, estamos a analisar essa situação, a analisar não, estamos à espera, de ver em que moldes é que querem fazer esse debate, para nós é o que quiser, e depois se produzirá o relatório, relatório, o qual tomará uma proposta de plano. -----

----- Portanto, o que prometo, é que antes me ir embora da Câmara Municipal de Lisboa, como é público, sairei nas próximas eleições, estará pela primeira vez, um plano para ser apresentado ou apresentado será, para ser aprovado, por quem aqui, por quem órgão competente, a Câmara por instância, será a Câmara Municipal de Lisboa, sobre a Tapada das Necessidades, sobre a sua gestão, uso, os edifícios, o que é que se pode fazer e o que não se pode fazer. -----

----- É um plano, é um antepiano em aberto, tudo está em cima da mesa e, portanto, é com grande satisfação que, de facto, estamos a produzir este momento, o documento, como eu disse está a ser feita há um ano e meio, há mais de um ano e meio, desde os

finais de 2019, e é público hoje em dia, portanto, o Senhor Deputado, poderá consultar no *link* do *site* da Câmara, poderá contribuir também com os seus contributos e a discussão vai-se fazer, para já com o público, e depois, obviamente, nos órgãos da cidade. Terá que ter também o parecer da DGPC, pelo menos da DGPC, e depois seguirá os trâmites de aprovação deste plano de gestão e salvaguarda, sendo certo que nada se fará, aliás, como é dito pelos próprios pareceres desde 2019, nada se fará na Tapada, enquanto este plano não estiver, este plano de gestão e de salvaguarda não estiver aprovado pelos órgãos competentes, salvo melhor opinião, será a mesma da Câmara Municipal de Lisboa, em primeira instância a aprová-lo, e, portanto, tudo com seriedade, com calma, com transparência também sobre esta matéria. -----

----- Julgo que respondi às três questões, a das laranjeiras, ao ajuste dos solos seus contaminados, também, muito embora o Vereador Ricardo Veludo, se quiser acrescentar alguma coisa, podia ser útil. -----

----- Em relação, aos telhados já respondeu o Senhor Vice-Presidente e a Tapada das Necessidades, do plano de gestão e salvaguarda, respondi eu agora com o pormenor que acho que foi devido, e acho que respondi a todos, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara, que está neste momento a representar o executivo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

----- Senhor Vice-Presidente,-----

----- Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras. -----

----- Caros Colegas Deputados e Deputadas. -----

----- Os Deputados Independentes Os Cidadãos Por Lisboa, gostariam também de fazer um conjunto de perguntas, à Câmara Municipal, as duas primeiras na área das finanças e obras municipais. -----

----- A primeira pergunta, seria bom, no fundo, no seguimento da aprovação da Proposta 435 de 2021, que autoriza o programa de reforço do financiamento dos apoios e investimentos do COVID-19, nas áreas da saúde, proteção social, economia parceria com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, que foi aprovada a 29 de junho, por uma larguíssima maioria, sabe-se e é do conhecimento público que este Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, tomou diversas medidas para ajudar a mitigar o impacto da pandemia da COVID-19, revendo e ajustando os instrumentos de financiamento e que, no esforço para mitigar o impacto económico

social do surto, desta pandemia, o CEB, está empenhado na realização de programas de apoio e investimentos municipais em curso, assumindo o financiamento concedido na forma de empréstimos. -----

----- Assim perguntamos, qual os objetivos e metas expectáveis de serem atingidos pelo programa de reforço do financiamento de apoios e investimentos do COVID-19?-----

----- Em segundo lugar, também nas propostas relativas às operações do programa Renda Acessível, de São Lázaro, Gomes Freire, e mais recentemente, Benfica, Paços da Rainha, Arroios e Parque das Nações, aprovadas em sede de Assembleia Municipal de Lisboa. O plenário da Assembleia, deliberou recomendar à Câmara, que mantenha esta Assembleia informada periodicamente, sobre a evolução das operações do Programa Renda Acessível, aprovadas ou em curso e o cumprimento dos respetivos prazos eventuais assuntos relacionados com esta matéria.-----

----- Assim perguntamos, em que fase estão os Programas de Renda Acessível de iniciativa pública e concessões, e teríamos também, aqui uma pergunta relativamente, ao ponto de situação particular do PRA do Restelo, que julgo que já foi, entretanto também, respondida, pela Câmara Municipal, como resposta ao Deputado que colocou as questões anteriormente. -----

----- Tínhamos ainda mais três perguntas, na área da habitação e desenvolvimento local. -----

----- Primeiro, como é do conhecimento de todos, em agosto de 1974, por Despacho do Ministro da Administração Interna, o então secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Arquiteto Nuno Portas, foi criado SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, que arrancou em 75, e tinha como objetivo dar apoio às populações em situação habitacional precária. Era um programa descentralizado, com suporte técnico dado por brigadas que atuavam nos bairros degradados, financiados pelo então Fundo de Fomento à Habitação, em terrenos cedidos em direito de superfície pelas autarquias para promover a autoconstrução de habitação. O programa sofreu várias vicissitudes, no período revolucionar em curso que então se vivia e acabou por ser encerrado no dia 27 de outubro de 1976.-----

----- Após a extinção do programa SAAL, os bairros em que os programas deram origem, evoluíram de forma muito diversificada, quer do ponto de vista da continuidade das respetivas cooperativas e associações de moradores, quer do ponto de vista da relação entre o fogo e o cooperante ou morador original. Nestas condições, a responsabilidade do edificado desses bairros não foi assumida por nenhuma entidade pública da altura e os bairros ficaram entregues aos seus moradores, abandonados à sua sorte, tendo-se assistido a um processo de crescente degradação do património, das condições de habitabilidade, e até das condições sociais e económicas, nos residentes.-----

----- Assim, gostaríamos também de questionar a Câmara, qual o ponto de situação de regularização dos vários bairros, ex-SAAL que se situam na cidade de Lisboa. -----

----- Também, em segundo, no seguimento da aprovação da Proposta 602/CM/2019, que aprova a atribuição subsídio exploração a minuta de contrato-programa a celebrar com a Gebalis e assunção de compromisso plurianual do Bairro da Quinta do

Cabrinha, que foi aprovada em 2019, por maioria também nesta Assembleia, na qual se pode ler, nesta proposta, um conjunto de fundo de intervenções de requalificação do Bairro da Quinta do Cabrinha, de eficiência energética, também, obras ao nível da intervenção de elevadores e, portanto, gostaríamos também de saber na sequência da aprovação desta proposta, questionar qual o ponto de situação da instalação dos elevadores dos edifícios do Bairro da Quinta da Cabrinha.-----

----- E por fim, e considerando o extenso trabalho desenvolvido pela Câmara ao nível do desenvolvimento local, perguntava-se também, qual a relação que a Câmara Municipal de Lisboa, tem com os diversos grupos comunitários na cidade, em que consiste e como se desenvolve esta articulação, assim como se cruza esta temática, com a estratégia local de habitação já aprovada e a Carta Municipal de Habitação, que se encontra em preparação.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, só para dizer que o tempo que nos restou era para cedê-lo para a Câmara, para responder às perguntas.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra a Câmara.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Eu começava por passar a palavra à Vereadora Paula Marques, dado que há bocadinho me esqueci dela, e agora gostava de fazer digamos, simpatia de ser a primeira a responder, e depois não sei se o Vereador Ricardo Veludo, quer complementar algumas questões sobre PRA, que fiquem por dizer no final, eu terei muito gosto de responder ao programa de reforço de financiamento dos apoios e investimentos ao COVID-19.-----

----- Vereadora Paula Marques.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente, de novo boa tarde a todas e a todos.-----

----- Sobre as Operações de Renda Acessível, no modelo de concessão de obra pública, estão as duas, a Gomes Freire e São Lázaro, a Gomes Freire já com as obras iniciadas e São Lázaro na reta final, para começámos a fazer as intervenções.-----

----- A operação das Olaias, Parque das Nações, Paço da Rainha e Benfica, em processo de processo de concurso, e no Restelo, a operação do Restelo, das Olaias e da Ajuda, o Restelo em discussão pública. As Olaias depois num processo de

interação já anterior, temos feito com os agentes locais, com os moradores, com as associações locais, com as Juntas de Freguesia, estamos em condição de começar a fazer o processo de discussão pública. Penso que o Vereador Ricardo Veludo, poderá acrescentar mais alguma coisa sobre esta matéria, e a operação do Alto da Ajuda, em preparação para podermos fazer o processo de discussão pública e interação também com a comunidade envolvente, sendo que, no caso do Alto da Ajuda, foi já feito anteriormente também o processo de discussão e apresentação, e até de melhoramento, digamos, das primeiras linhas de intervenção, resultante da interação com a comunidade local envolvente, isto é, quem mora, quem trabalha, quem habita, quem estuda na zona do polo da Ajuda. -----

----- Em relação, àquilo que é a Operação das Forças Armadas, estão neste momento em obra, as primeiras quatrocentas e setenta e seis casas, e os edifícios que foram adquiridos à Segurança Social, estão todos, ou já entregues às famílias ou em processo de afetação, portanto, está por concluir um dos edifícios, e um edifício em fase final ou conclusão, e o edifício que será de estudantes, já em empreitada. -----

----- Em relação à processo de regularização dos bairros do SAAL, situação que durante muitos, muitos, e muitos anos, foi um processo de luta constante das autarquias locais, das juntas de freguesia, mas sobretudo, das associações de moradores, resultantes da ex-cooperativas, eu gostava de aproveitar para se salientar essa questão. A luta incessante, que foi e que continuará por ser por parte destas associações de moradores, quer das associações de moradores da zona do Beato, quer Penha de França, quer também do Areiro, com os Presidentes de Junta de Freguesia, e eu gostaria mesmo destacar, a Presidente Sofia Oliveira Dias, agora mais recentemente, o Presidente Silvino Correia e o Presidente Fernando Braamcamp, que foram sempre, e tiveram sempre ao lado da Câmara e dos moradores, para conseguirmos chegar ao ponto em que estamos atualmente. -----

----- Nós tivemos várias interações ao longo deste ano, com o Governo, com a Administração Central, finalmente foi, aprovada uma resolução em Conselho de Ministros, recentemente que prevê uma corresponsabilização e, no fundo, a assunção da responsabilidade da Administração Central neste processo, fazendo uma equipa conjunta, com a Administração local e, portanto, com as Juntas de Freguesia, com a Câmara, com o IHRU e com os representantes das associações de moradores, para podermos fazer o levantamento, atualizar o levantamento das famílias, de cada um destes bairros, e avançarmos no processo de regularização cadastral deste edificado. ---

----- Está também previsto, portanto, isto é uma coisa que estamos neste momento a trabalhar, com cada um dos núcleos, digamos, no terreno e esperemos que rapidamente, queira esta situação pandémica nos deixe, estamos a preparar as equipas para podermos ir fazer este levantamento, mas, sobretudo a importância aqui e permitam-me relevar é que, finalmente, conseguiu-se um caminho, o início de um caminho de processo de regularização, destes bairros, que estavam ainda por regularizar. -----

----- Acrescentar também, que na estratégia local de habitação, a Câmara identificou estes bairros que faltam regularizar, como em situação de poderem assim que o

processo estiver, volto a dizer o processo cadastral estar concluído, estes moradores passaram e tudo indica que seja esse o caminho, queiram assim as pessoas também, ter a legítima utilização e até propriedade destes fogos possam, porque eles precisam de intervenção. A Câmara ao longo dos anos, foi articulando com os moradores e apoiando em algumas situações mais em SOS, mas a verdade é que estes edifícios estiveram muito tempo sem intervenção e, portanto, qualquer um destes bairros está identificado na estratégia local de habitação, como potenciais beneficiários daquilo que é o programa daquilo que tem direito e reposição das condições de habitabilidade.

----- E, portanto, nesta questão, estamos neste momento, já reunimos com as várias associações, toda a informação tem sido passada às Assembleias de Freguesia. A Assembleia de Freguesia do Areeiro tem uma comissão eventual, que acompanha as questões do Bairro Portugal, não só o Bairro Portugal, com quem nós temos reunido e temos dado toda a informação e, portanto, agora estamos a constituir as equipas para podermos, equipas mistas para no terreno podermos avançar. -----

----- É importante, aquilo que foi a reivindicação nossa e dos moradores em que pudéssemos iniciar este processo, tendo quase um contador a zero naquilo que tem a ver com um acumular de dívidas, foi isso que ficou na resolução do Conselho de Ministros, foi uma das grandes reivindicações dos moradores, e, portanto, a partir daí, esperamos agora boas notícias por parte da Direção-Geral do Tesouro, mas foi isso que ficou aprovado em resolução de Conselho de Ministros. -----

----- Em relação à instalação dos elevadores dos edifícios do Bairro da Cabrinha. Estão neste momento instalados todos os novos elevadores no Bairro do Cabrinha, na Avenida de Ceuta, em Alcântara, e o processo de requalificação deste bairro, que teve uma paragem em determinada altura por falência do empreiteiro, por urgência imperiosa nós fizemos, a Câmara tomou conta e fez uma primeira intervenção, não suficiente para a resolução total, e agora foi já lançado um novo concurso, foi falado em Câmara, e foi já lançado novo concurso para que possamos finalmente, repor as condições de melhor conforto e habitabilidade no Bairro do Cabrinha. -----

----- Em relação aos grupos comunitários. Os grupos comunitários da cidade, têm a sua estrutura muito autónoma e bem, os grupos comunitários da cidade são cerca de treze muito diferentes entre si, e neste momento, estão organizados na plataforma intercomunitária a relação que tem havido com a Câmara, em particular com habitações e envolvimento local tem sido, nós fomos desafiados por pessoas do Departamento do Desenvolvimento Local, convidados a fazer parte destes grupos comunitários, temos estado por diversos temas a reunir com cada um deles, há uns que têm um estado de maturação um bocadinho mais forte, e portanto, um bocadinho mais estruturado, e, portanto, têm sido fundamentais, nos processos de representação participada. Na zona de Marvila, o envolvimento é um facto crescente do grupo comunitário de Marvila, naquilo que foi o concurso público para atribuição de espaços não habitacionais, em que eles foram consultores deste concurso público e que connosco fizeram a divulgação do concurso e o acompanhamento das candidaturas, foi fundamental. Também no seu envolvimento naquilo que é o parque urbano, o novo desenho do novo parque urbano, da Quinta do Marquês de Abrantes, do Bairro

Marquês de Abrantes foi o envolvimento grupo comunitário, e estamos a preparar com pelo menos três deles a possibilidade de termos uns espaços, que são espaços geridos pelo grupo comunitário, é uma nova abordagem de utilização do espaço comum em que a reabilitação, a gestão e a programação do espaço destes grupos comunitários faz parte de todo o processo de construção, faz parte do próprio protocolo, em que a Câmara faz com estes grupos comunitários. -----

----- E, e para não roubar mais tempo, Senhor Presidente, penso que respondi a tudo que foi posto neste momento.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Gostava só de terminar, respondendo àquilo que foi a questão sobre o programa de reforço do financiamento, dos apoios de investimento COVID-19. -----

----- Como é conhecido, o Município de Lisboa, fez um esforço sem paralelo na naquilo que é o contexto nacional e muito reconhecido internacionalmente, até pelos rankings internacionais, o esforço que fez para que a cidade respondesse de forma cabal, àquilo que foram os desafios que a pandemia nos colocou. -----

----- Foi isso, que teve uma tradução financeira de 158 milhões de euros, já cabimentados ou executados, ou em execução, em como fomos dizendo, Presidente, eu e todos os Vereadores, não pouparíamos esforços para que o Município pudesse responder a todos os desafios que a cidade colocou, porque a pandemia o exigiu. E foi isso que fomos fazendo com a colaboração de todos, com o trabalho extraordinário com as Juntas de Freguesia, com o terceiro setor, com o Estado, sem nunca nos colocarmos em bicos de pés e fazendo o nosso trabalho e àquilo que nos foi solicitado por outras entidades.-----

----- Como sabem também ele teve diversas aplicações, e são essas mesmas aplicações que passam pelos apoios sociais, culturais, a atividade económica, os equipamentos relacionados com saúde, às testagens, à vacinação, à disponibilização dos espaços e à gestão dos espaços para vacinação, e todo aquele conjunto de atividades ligadas à proteção individual, desde as máscaras, ao gel a todas as alterações, às instalações e aos equipamentos, tudo isso, nos mobilizou. Só o podemos fazer, porque fizemos uma política de gestão do município, que nos permitiu reduzir como sabem a nossa dívida e, portanto, permitiu-nos agora, para além de não tocar sequer, pelo contrário, intensificar todo o nosso plano de investimentos, dizia eu, permite-nos agora ir àquilo que são as disponibilidades das instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o Banco do Conselho da Europa, que criou linhas específicas para apoio às diferentes autoridades nacionais e, nomeadamente àquilo que é o setor autárquico em toda a Europa. Muitas outras cidades socorreram daquilo que era as suas reservas como nós, outras tiveram logo que se endividar, e nós agora, precavendo aquilo que pode ser a continuidade da pandemia, digamos, ela poder estender-se durante mais tempo e com contornos que nenhum de nós consegue antecipar, dar-nos a tranquilidade aos municípios e à Cidade de Lisboa de que, apesar de neste momento, ainda haver muita desta capacidade orçamental, ainda estar em execução, não termos dúvidas que o

Município de Lisboa, contrata de imediato, um conjunto de empréstimos que se traduzem no plano de financiamento, a um investimento e os apoios em contexto COVID-19 e, portanto, dar a todos a tranquilidade que se precisarmos para além daquilo que já são os mais de cerca de 160 milhões de euros de investimento direto, para além do indireto, em COVID-19, temos mais 50 milhões que a cidade assim necessitar e com o esforço de todos, certamente, conseguiremos responder a todos os desafios e a cidade tem que ter essa tranquilidade que se for necessário, vamos ter essa disponibilidade.-----

----- É isso que temos feito, é isso que vamos continuar a fazer e, portanto, responder que é esse o plano de financiamento deste programa. -----

----- Para terminar, eu compreendo alguma ansiedade à volta da concretização do PRA, mais fácil dizer e ignorar que existiu uma pandemia, é mais fácil dizer que tivemos que lutar contra uma quantidade de questões burocráticas que acabámos por vencer. É muito mais fácil dizer e ignorar isto tudo, e tentar dizer que, de facto, não atingimos os objetivos a que nos propusemos, ignorando todos estes problemas. -----

----- Mas o que é facto, é que os cidadãos de Lisboa, os cidadãos portugueses, os municípios de Lisboa, sabem que nós podemos, até em face de todas estas contrariedades, ter o Programa de Renda Acessível atrasado, mas eles sabem que nós vamos executá-lo, que nós não teremos dúvidas, independentemente da localização, desses iniciativas, sejam em Marvila, em Belém, na Ajuda, nas Olaias, em Benfica, onde quer que seja, nós com determinação, vamos construir mais habitação pública na cidade, e isso não é algo, esta minha última afirmação, não é uma afirmação que todas as forças políticas estão em condições de fazer, e nós com muito orgulho estamos em condições de a fazer, contra a tudo e contra a todos, Lisboa vai ter mais habitação pública. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, do Partido Socialista, e informo que há dois mais Senhores Deputados inscritos do PS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhor Vice-Presidente,-----

----- Excelentíssima Mesa,-----

----- Senhores Deputados, -----

----- Caros Colegas.-----

----- Quero em primeiro lugar, saudar a tão esperada decisão da Câmara Municipal de Lisboa de instalar os Arquivos Municipais da Cidade, no Convento de Chelas. Decisão importante, não só para o acervo documental precioso para a História da

Cidade, mas também para o próprio Bairro de Chelas, que ganhará uma importante valência cultural, que muito contribuirá para o seu desenvolvimento, bem como para o próprio edifício monástico que ganhará uma nova vida com as certamente criteriosas as obras que serão feitas. -----

----- A pergunta que eu quero fazer, é para quando teremos a confirmação desta boa notícia, através da transferência do Convento de Chelas para o património da Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- A segunda questão, diz respeito à educação/obras. -----

----- Temos passado este mandato a esperar o término das obras da Escola Teixeira de Pascoaes, parece ser a altura de saber quando poderão os alunos retomar as suas aulas na Escola Teixeira de Pascoaes, recuperada?-----

----- Boa tarde, obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Valente Pires.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhor Vice-Presidente,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados. -----

----- Como já estamos no final deste mandato, gostaria de dizer duas coisas em relação à questão da mobilidade nesta cidade. -----

----- Este mandato ficará para a história de Lisboa, como sendo o mandato, em que a alteração da mobilidade na cidade se fez e que irá perdurar por muitos e bons anos, graças a esta Câmara e a este Presidente Fernando Medina, a história um dia há de ser escrita. -----

----- Eu tenho quatro perguntas para fazer ao Senhor Vereador da Mobilidade, e passo a descrever. -----

----- As carreiras de bairro da Carris, já implementadas respondem a necessidades de mobilidade antigas de populações específicas. Quantas destas carreiras já estão em funcionamento e quantas ainda falta, criar?-----

----- A segunda pergunta, tem a ver também com a Carris, e que é o seguinte: a pandemia, infelizmente, veio alterar a mobilidade junto dos lisboetas, que encontraram outras formas de se deslocar na cidade. A Câmara Municipal de Lisboa já efetuou os estudos necessários para perceber as novas formas de deslocação e os impactos destes no funcionamento da Carris?-----

----- A terceira pergunta, tem a ver com as vias cicláveis da cidade.-----

----- Dizendo, que elas mesmas são uma realidade que veio para ficar, e respondem a problemas que Lisboa apresenta em termos ambientais de mobilidade e mesmo de cidadania. -----

----- Pergunto ao Senhor Vereador, quantos quilómetros de via pretende a Câmara Municipal ter até ao final deste mandato, e quantos quilómetros no total tem o plano das ciclovias em Lisboa? -----

----- Por último, a conclusão das ciclovias, tem por objetivo entre muitos outros reduzir a sinistralidade de quem utiliza as chamadas mobilidades suaves, e que se via forçado a partilhar as vias que os automóveis. Pergunto, se já existem estudos e números, que nos permitam aferir dos números de acidentes com bicicletas e outros meios de transportes alternativos?-----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Lage, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhores Deputados,-----

----- Senhor Vice-Presidente,-----

----- Senhores Vereadores.-----

----- A 2 de março de 2020, dois homens portugueses, um médico de sessenta anos e um homem de trinta anos, foram diagnosticados em Portugal com o sars-cov 2.-----

----- Passou um ano e quatro meses e doze dias, passaram 909.756 casos, 846.544 recuperados, infelizmente, perderam a vida 17.164 portugueses.-----

----- O Partido Socialista sabe bem e já hoje aqui ouvimos, o Senhor Vice-Presidente a dar-nos nota de que o executivo esteve à altura dos desafios que lhe foram colocados, mas o que nós queremos saber Senhor Vice-Presidente, é quais são os números, para além dos 155 milhões ou 160 milhões dos desafios que Vossa Excelência aqui nos referiu, quais é que são, qual foi o apoio económico e social em concreto?-----

----- Qual é o apoio aos agentes culturais?-----

----- Quais são os dados da vacinação na cidade?-----

----- Essa testagem massiva de que se fala e como ela se faz gratuitamente na cidade? O número das farmácias, que aderiram?-----

----- Queremos números, queremos dados os valores, Vossa Excelência já nos deu, e queremos saber os apoios, para além do valor.-----

----- Estas são as perguntas que os lisboetas fazem, e estas são os números que interessam à Cidade de Lisboa, porque nós sabemos que o executivo faz, mas nós também fazemos a pergunta e o PS, que está no poder, não se coíbe de fazer as perguntas que a oposição não faz, e por isso, Vossa Excelência, dirá certamente e conseguirá fazer um balanço daquilo que é a resposta eficaz à pandemia, bem tem andado o executivo, quando ao longo do tempo, ao longo deste ano e quase meio, tem gerido e bem, os apoios dados na pandemia, ao contrário do sugerido por outras forças políticas que, de uma vez só queriam dar tudo, o que tínhamos e o que não tínhamos, bem tem andado o executivo numa gestão equilibrada, numa gestão eficaz, e que se veio a demonstrar reveladora, muito positivamente, uma vez que temos conseguido

apoiar, empresas, agentes económicos e as pessoas as famílias da Cidade de Lisboa. E por isso Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estas são as nossas perguntas, relativamente, à resposta que a Cidade de Lisboa tem dado à pandemia, nomeadamente à quantificação das medidas aplicadas, aquelas perguntas que a oposição teima em não fazer, por não querer sequer saber. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- A Câmara, portanto, pretende usar da palavra para responder?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, peço à Vereadora Catarina Vaz Pinto para responder à primeira questão, e depois o Vereador Miguel Gaspar, e depois, eu próprio responderei ao que sobrar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Eu em relação à primeira questão sobre o Arquivo, sim, é com uma grande alegria que nós podemos dizer hoje que já está identificado o novo espaço do Arquivo Municipal, que será no Convento de Chelas, que para além de um espaço cultural, albergará os vários pólos do arquivo, o Arquivo Fotográfico, o Arquivo Histórico, a Videoteca, albergará, também, a Hemeroteca, e será um grande espaço que será também, um motor de regeneração de toda aquela zona urbana. -----

----- As conversações já estão bastante adiantadas com o exército e, portanto, o contrato está em vias para a ser celebrado. O exército aguarda também em relação aos outros projetos que tem com a Câmara, o visto do Tribunal de Contas, para poder efetivar esses novos acordos, e, portanto, para breve, eu diria que ainda para o final do ano, essa operação será concretizada de aquisição. -----

----- Queria também dizer que, em relação ao “Lisboa Protege”, e no que respeita à parte da cultura, aquilo que nós já apoiámos até agora, à data de 7 de julho em 2020, foram cerca de quatro milhões e meio de euros, e o mesmo já está a acontecer relativamente, à data de hoje, portanto, está perto de atingir os nove milhões de euros nestes dois anos, em que a pandemia afetou profundamente o setor cultural e estamos apenas a falar da coisa extra covid, portanto, não falamos também do que tudo o que é que a Câmara e a EGEAC, mantiveram de apoio à cultura, quer nos apoios regulares, quer nas contratações, quer nos teatros, em termos de espaço público, portanto, realmente a Câmara Municipal de Lisboa, tem procurado ser um instrumento de apoio significativo a todos os agentes culturais e criativos que operam na cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, agradecer muito as perguntas do Senhor Deputado João Valente.-----

----- E deixe-me começar pela Carris, Senhor Deputado, exatamente, para lhe responder àquilo que foi a sua pergunta.-----

----- Eu acho que este mandato fica fortemente marcado por aquilo que foi uma viragem extraordinária da vida da Carris, desde a contratação de novos autocarros, desde a contratação de pessoal, desde a modernização dos sistemas de informação, de todo o trabalho que foi feito, para melhorar aquilo que era o serviço ao cidadão.-----

----- Mas é bem importante percebermos em contexto é que este mandato aconteceu, porque se é verdade que boa parte deste mandato, foi feito num ciclo de forte crescimento económico, também é verdade que o fim deste mandato é marcado por uma forte crise.-----

----- Ora, eu iniciei, as minhas funções públicas em 2015, e Senhor Deputado, gostava de partilhar consigo qual foi das primeiras tarefas que me foram atribuídas. E uma das primeiras tarefas que me foi atribuídas foi explicar à troika, porque é que ao contrário daqueles que estavam lá antes nós, antes do Partido Socialista, aqueles que lá estavam antes de 2015, porque é que a medida daqueles que quiseram ir além da troika, que passava pela destruição do serviço público de transporte, que passou pela redução de 25% na Carris, pela destruição de carreiras, pela destruição de serviços, pelos despedimentos, que esse não era o caminho que nós estávamos condenados. Porque a política é feita de opções, nós hoje também estamos em crise, mas ainda hoje, nós continuamos a apostar no transporte público, a apostar nos passes sociais, a apostar naquilo que são as carreiras bairro, a apostar no crescimento da Carris.-----

----- A Carris, neste mandato já recuperou mais de 25% daquilo que era a sua oferta, já recuperou praticamente toda aquilo que foi a oferta destruída, por aqueles que tiveram que tomaram a decisão de destruir a Carris.-----

----- Fizemos vinte e uma carreiras de bairro, ainda vamos fazer mais seis carreiras bairro durante este ano, cumprindo a promessa que fizemos que era colocar todas as carreiras bairro em todas as freguesias de Lisboa.-----

----- A política é feita de opções, conhecemos aqueles que querem ir além da troika, e conhecemos aqueles que apostam verdadeiramente no transporte público da Cidade de Lisboa.-----

----- Relativamente à questão das novas localizações e estudos.-----

----- Nós, neste momento, ainda vivemos um período de mobilidade alterada, que importa monitorizar, importa acompanhar, mas não é o momento apropriado para tomar decisões de carácter definitivo sobre esta matéria, foi por essa razão também que foi adiado o processo de lançamento do plano de mobilidade urbana sustentável da Cidade de Lisboa, porque, quando seja feito, seja feito já de um período de mobilidade mais estabilizada. Espero ainda neste mandato estar em condições de lançar o concurso público internacional para a realização deste plano, mas é um plano que só será desenvolvido no início do próximo mandato, com a legitimidade política do novo executivo que estiver na Câmara nessa altura.-----

----- Relativamente à questão das ciclovias e a nova forma de deslocação, foi muito mais do que ciclovias, Senhor Deputado, eu recorro que a “Gira” não existia antes deste mandato, não havia estacionamento para bicicletas antes deste mandato, não havia ciclovias antes deste mandato, não havia os cursos de bicicleta nas escolas, não havia os cursos para os adultos como há hoje, toda esta adaptação da Cidade de Lisboa aos modos suaves, teve um enorme crescimento ao longo deste mandato. -----

----- Temos hoje 155 quilómetros de ciclovias, quando começamos com pouco mais de 70. Temos a ambição de chegar aos 200 quilómetros de rede, é essa a nossa ambição, mas também temos a ambição de conseguir concretizar bairros mais seguros com mais acalmia, bairros onde não são necessárias as ciclovias, por quem tem prioridade, é o peão, é a bicicleta, é o andar a pé. São esses os bairros que são zonas trinta, são esses os bairros coexistência, são esses os bairros que temos que continuar a desenvolver, para que os nossos filhos estejam mais seguros, para que todos nós sintamos em segurança. -----

----- E respondo, também aos dados de sinistralidade que solicitou. -----

----- A maior parte dos feridos graves na Cidade de Lisboa, cerca de 50%, e mais de 24 no ano 2020, são peões. Os peões, as crianças, os idosos, o andar a pé, é o foco da nossa política de mobilidade, tem que ser o foco da nossa política de mobilidade, a nossa primeira forma de deslocação é andar a pé, e é aí que nós temos que ter mais atenção. -----

----- Relativamente, às vítimas mortais, quatro foram peões, quatro foram em veículos ligeiros, dois foram em veículos pesados, um foi em velocípede, um foi em motociclo, porém, estes, os motociclos também juntam 25% das vítimas graves na Cidade de Lisboa. -----

----- Precisamos de uma cidade mais segura, mais acalmada do ponto de vista do tráfego, onde o carro tem o seu espaço, mas onde a prioridade é dada ao peão, ao transporte público, aos modos suaves, essa é uma cidade que é segura para todos, para os mais velhos, para os mais novos, para todos, e é para ela que continuaremos a trabalhar. -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Esqueci-me de um pequeno pormenor, também este mandato, também fica marcado pela questão dos passes. -----

----- Falamos neste momento da Carris, falamos do investimento que foi feito na melhoria do transporte público, falamos de um investimento que foi feito na recuperação do metro, não por mérito nosso, mas por mérito do Governo, que apostou no transporte público, tudo aquilo que era o oposto de uma política de direita, que quis cortar, que quis dizer que não se financiava o transporte público, e que mudou a forma como vivemos hoje o transporte público. -----

----- A maior medida foi o financiamento dos passes, reduzimos o preço, aumentamos num ano 30% da procura, e não foi pela vontade de todos, foi contra a vontade de alguns. -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado e para terminar e muito rapidamente, só responder à questão da Escola Teixeira de Pascoaes, e deixar aqui também, eu sei que estamos em final de mandato, mas era interessante, que quando em muitas situações, temos ideias diferentes sobre algumas matérias, algumas em que temos alguma convergência de opiniões, mesmo em assembleia tão diversas. -----

----- E há um tema, que é um tema que tem a ver com a contratação pública, que era interessante que um dia conseguíssemos pegar nela, para além dos períodos eleitorais, que são um bocadinho mais dados à diferença para podermos fazer sentir aos governos e à Assembleia da República, que a contratação pública precisa de algumas afinações, que evitem coisas, como aconteceram na Teixeira de Pascoaes, que evitem por um lado, será difícil evitar a situação em concreto, mas depois a morosidade no tempo para a resolver, é que me parece, quem diz na Teixeira de Pascoaes, diz noutras, é que me parece bastante que precisa de uma união de esforços, para que a possamos resolver. -----

----- O que aconteceu foi que houve um problema técnico detetado, esse problema foi preciso parar a obra, e depois dificilmente se conseguiu resolver num prazo útil em face de toda a parafernália legislativa, que dificulta que aquilo que foi um erro de execução, em que não estava a ser respeitado o projeto, depois demore tanto tempo para resolver. Mas, pronto, o importante é que lá para o futuro, nos consigamos entender sobre uma proposta a fazer ao Governo em Assembleia da República, sobre esta matéria. -----

----- Mas para dizer que, em setembro no início das atividades letivas, as crianças vão poder ocupar a área que agora está em obra e, portanto, libertando a outra parte da escola, para que ela entre então, na segunda fase da obra que é em agosto e, portanto, a zona de recreio, a zona que agora está em obra e algum complemento, com monoblocos vai ser utilizado e, portanto, a escola vai ganhar mais condições. Vai entrar em obra a segunda fase, como eu disse, em agosto, naquilo que é o espaço que está agora a ser ocupado e depois mais tarde, haverá uma terceira fase dos arranjos exteriores. -----

----- Quem conhece estas dimensões das escolas sabe como é difícil, já sem problemas fazer aquilo que é a rotatividade de forma a que não se cause mais transtornos às crianças e às suas famílias, que com mudanças radicais de instalações e, portanto, há uma construção do modelo de obra que faz com que se rode e que se demore no tempo um pouco mais, mas que obrigamos o preço a pagar, pelo facto de não ser necessariamente obrigatório sair daquele espaço para ir para outro, para depois passado uns anos voltar ao mesmo e, portanto, dizer-vos que dentro daquilo que é alguma morosidade, e alguma dificuldade que houve em resolver esta questão em face das questões legais suscitadas, a coisa está no bom caminho e as crianças vão poder ter uma utilização do espaço da escola, que permitirá começar o ano letivo não nas condições ideais, mas em muito melhores do que aqueles que terminaram. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Dou a palavra ao Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS, em online.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia,-----

----- Senhores Secretários,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Caros Deputados Municipais,-----

----- Caro Público que nos acompanha.-----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara, o CDS traz cinco perguntas, mas não queria iniciar esta mesma intervenção, sem fazer um comentário à intervenção do Deputado Manuel Lage, que diz que, veio aqui fazer as perguntas que a oposição não faz. Pois a oposição está aqui para fazer, como o nosso próprio espaço assim o indica, fazer fiscalização à atividade do Município e colocar as perguntas às dúvidas que nós temos, às dúvidas que a população tem, que as entidades têm e, portanto, não vir aqui dizer aquilo que o Partido Socialista quer que a Câmara lhe diga, nomeadamente a poucos meses da campanha eleitoral e do ato eleitoral.-----

----- Mas vamos então a essas mesmas perguntas, às quais esperamos obter algumas respostas.-----

----- Em primeiro lugar, o Programa Renda Acessível, e o Senhor Vereador Ricardo Veludo, já respondeu algumas, ainda bem que este projeto evoluiu, evoluiu no sentido positivo, muito pela pressão daquilo que foi a contestação, mas a opinião da população da zona de Belém, que apresentou não só como a Junta de Freguesia e as associações moradores, mas a própria população na participação da discussão pública e do debate que foi organizado, quer pela Câmara, mas também pela Junta que pode participar com contributos.-----

----- Mas eu gostaria de perguntar, ao Senhor Vereador, sobre o estudo de impacto ambiental. Já percebemos do ponto de vista legal à partida não haverá essa obrigatoriedade, mas isto é um pouco mais questões públicas dos projetos planos de pormenor de urbanização. Nós sabemos que temos um prazo mínimo, um prazo legal obrigatório mínimo de vinte dias para fazer discussão, isso não quer dizer que essa discussão tenha vinte dias e, portanto, da mesma forma pergunto se não faria sentido, tendo em conta a junção dos dois loteamentos, ainda para mais quando a Câmara nos apresenta não só a intervenção nesses dois loteamentos, mas também a construção de outros equipamentos que pretendem incluir este projeto, como pavilhão da Escola Secundária do Restelo e mais uma creche também fora destes dois loteamentos, se não faria sentido com aquilo que é a implicação que terá nesta zona, uma nova construção, um estudo de impacto ambiental?-----

----- Da mesma forma saber, também, se está previsto e para quando um estudo de tráfego, tendo em conta a realidade envolvente, desde um centro de saúde, mas também, a Escola Secundária do Restelo, que já sabemos do ponto de vista mobilidade, acarreta ali algumas questões, que precisam de ser resolvidas no momento ainda para mais, que são ainda mais prementes num futuro muito próximo com esta construção. -----

----- Depois, e dirigido ao Senhor Vereador José Sá Fernandes, gostaríamos de lhe perguntar sobre o protocolo do novo centro de abrigo para cães e gatos. -----

----- Nós todos fomos surpreendidos com a fixação de um *outdoor*, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, que dava nota da construção de um novo de abrigo para cães e gatos no Vale do Forno, que seria gerido pela União Zoófila, e pela Associação Focinhos e Bigodes, sabemos que foi uma novidade para estas associações, que não conheciam em pormenor este mesmo protocolo e, portanto, vieram contestar publicamente. A Câmara, e bem, veio retirar este mesmo cartaz, mas o que nós gostaríamos de saber era efetivamente o que é que está em cima da mesa, neste momento? Ou seja, a Câmara está a negociar ou não com as duas Associações? Já lhes apresentou, porque as associações dizem que não, pelo menos a União Zoófila, o projeto em específico, deste mesmo centro de abrigo? E o que é que está previsto em termos de gestão e em termos de timings? -----

----- Eram estas questões que queremos deixar à Câmara, porque, obviamente, a União zoófila, em particular, vem nos dar nota em particular daquilo que é perigosidade dos solos, eventualmente, contaminados na zona do Vale do Forno, estamos a falar de uma zona de aterro sanitário com infraestruturas de gás metano e lixiviados e, portanto, é importante também perceber se já foi feito algum estudo ou alguma análise a essas mesmas terras ou saberá aqui de retiradas de terras devidamente controlado por uma empresa licenciada, como é óbvio. -----

----- Depois sobre a questão da Quinta do Ferro. -----

----- Sabem que é um tema que nós trouxemos aqui alguns meses. Nós, na última Informação Escrita do Presidente, nós colocámos questões à Câmara, que a Câmara não respondeu, nem o Senhor Vereador Ricardo Veludo, nem o Senhor Presidente da Câmara e, portanto, hoje trazemo-las outra vez, trazemos com mais informação naquele que tem sido o nosso contacto da realidade local, com os moradores, com os proprietários, e temos algumas questões para colocar à Câmara. -----

----- Desde logo, qual é o ponto de situação deste processo, porque, como disse, na Informação Escrita, a informação que ali vinha, a Câmara não nos explicou nada. -----

----- Nós precisamos de perceber se já existe um plano de intervenção para o local, que ninguém percebe se já existe uma planificação daquilo que vai ser este espaço de intervenção urbana. Se já existe a identificação dos edifícios que vão ser demolidos? E quais é que são os edifícios que se irão manter e que deverão ser reabilitados? -----

----- Depois perceber também, que isto não era falado na Informação Escrita, mas em números, quantas famílias necessitam de realojamento temporário, e quantas já foram realojadas e quais é que são os prazos previstos? Como digo, mais uma vez estes dados não vinham na Informação Escrita. -----

----- Mas mais recentemente, os proprietários receberam por parte da Doutora Isabel Maciel, uma notificação, algo, devo-vos dizer, eu li, muito difícil de entender para um leigo, para um jurista também poder entender um jurista e, portanto, parece-me difícil de compreensão, e que, por um lado exige a demolição emparedamento ou então a prisão dos proprietários que não o façam, pelo menos em três dias. Ora isto, obviamente, criou exaltamentos por parte de proprietários, também, de inquilinos que era totalmente, indesejado. Esta medida de emergência de três dias, praticamente, não exequível para quem quer fazer algum tipo de intervenção e sobre uma condição de pena de prisão caso não o façam, como deve calcular, não gera melhores relações boas e profícuas com a Câmara Municipal de Lisboa, como tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos, e também se fala por outro lado, sobre neste mesmo prazo de despejo dos moradores. -----

----- Aos moradores que foram contactados também pela Câmara, pede-se que eles saiam das casas e, portanto, a pergunta que nós colocámos é para onde? Porque não nos parece, quer daquilo que falamos com proprietários, quer com inquilinos, esteja claro este processo de realojamento. As pessoas não sabem em que condições, se vão continuar a pagar a mesma renda que pagam na Quinta do Ferro, independentemente do estado de salubridade ou estabilidade tem o espaço onde atualmente vivem, e para onde vão, e, portanto, é preciso saber todos estes pormenores que são essenciais da vida de uma pessoa quando tem uma mudança tão drástica como esta. -----

----- E a mim parece-me inacreditável, como é que a Câmara envia estes ofícios, sem fazer qualquer preparação da resposta social e habitacional, porque é isto que os moradores e os inquilinos se queixam! -----

----- Se, até hoje, durante anos, houve uma profícua relação com a Câmara, nomeadamente, através do Bip Zip, com o gabinete em particular do Pelouro da Habitação, não se compreende como agora da parte urbanismo há esta intervenção no bairro, sem qualquer cuidado! Existe uma associação criada para o efeito, a Associação de Moradores e Proprietários, que não foi tida nem achada neste processo, e que como sabem é um interlocutor importante nesta ligação e na acalmia também, e na explicação, e na ponderação destas decisões, quer junto de inquilinos, quer junto de proprietários, também como os próprios parceiros locais que, neste momento estão totalmente arredados, deste mesmo processo, e, portanto, é preciso perguntar à Câmara, e era a pergunta que eu deixava aqui à Câmara Municipal de Lisboa. Até porque isto está dividido entre os várias Vereadores, o que é que aconteceu a esta salutar articulação entre a Câmara e a Associação de Moradores, porque é que não se reuniu antes com a Associação, antes de fazer esta mesma intervenção, explicando o processo, para que as pessoas percebam de forma muito clara e a Associação que sempre o fez possa ajudar os moradores e os proprietários a perceber melhor o que é que a Câmara pretende fazer, sem grandes exaltações. E porque é que os parceiros locais, que até hoje foram essenciais agora pelos vistos, são postos de parte. E perguntar mais uma vez, porque a Câmara nunca responde, porque é que nós não temos um GABIP. -----

----- Em suma, eu acho que a situação é preocupante, a situação habitacional, social e económico destas pessoas era difícil, neste momento com estas notificações que receberam as pessoas ainda estão mais desesperadas com esta pressa que a Câmara coloca, pressa que não houve durante anos por parte da Câmara e, portanto, as pessoas precisam de saber o seu futuro os próximos dias e, portanto, o que eu pedia era respostas concretas, para que nós também possamos, e também quem nos acompanha possa fazer chegar pelo menos algum sossego às pessoas que habitam ou que são proprietárias na Quinta do Ferro. E devo anotar pelos realojamentos terem pouco tempo, o realojamento que foi feito há meses de uma moradora da Quinta do Ferro, na Quinta do Ourives, numa situação de infiltrações numa cave onde vivia, com pouca corrente de ar, e, portanto, nestes tempos de pandemia não é o melhor, enfim, parece que Câmara já está e bem a encontrar uma alternativa, mas também era importante mais uma vez, porque isso também gerou preocupações nos atuais moradores da Quinta do Ferro. Quais é que são as condições que a Câmara vai trazer ou vai propor neste realojamento temporário, tendo em conta que existe um direito ao lugar previsto nas propostas que foram aprovadas, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal?--

----- Depois dirigir ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, e falando na mobilidade, eu voltaria um pouco atrás, à aprovação do regulamento de estacionamento.-----

----- Como sabe o CDS apresentou na altura uma proposta, que o Senhor Vereador viu com bons olhos e acabou por integrar na proposta final de regulamento, que tem que ver com o anúncio público e com um aviso junto às obras dos lugares de estacionamento ocupados ou cedidos pela EMEL ou pagos à EMEL durante a obra. A verdade é que de uma volta que eu dei na cidade e de alguns elementos autarcas do CDS, a verdade é que nenhuma obra neste momento tem esse aviso. Portanto, gostaria de perceber se sabe o que é que se está a passar? Se não há uma obrigatoriedade de colocação desse aviso, e se tem algum *feedback* por parte da EMEL, que os fiscais têm tido também eles próprios algum *feedback* de queixas de moradores, ou se tem conhecimento de algum caso em que esteja a ser utilizado este mesmo aviso de este edital? Porque me parece, tal como as explanações, que consideramos e que nós apresentámos na altura na proposta, parece-me extremamente importante que existam estes avisos, para evitar que haja a confusão, com aquilo que são especificamente os lugares atribuídos à obra em lugares de estacionamento da via pública que estão tarifados e estão identificados pela a nossa empresa municipal de mobilidade.-----

----- Por fim, e sobre políticas sociais, gostaria de falar sobre o Centro de Sem-Abrigo em Arroios, o futuro Centro Sem-Abrigo de Arroios, e a questão do Pavilhão do Casal Vistoso.-----

----- Nós conhecemos a situação, no vale a pena trazê-la aqui novamente, sabemos que era um espaço provisório para responder a um grave problema social, é um temporário que acabou por se tornar definitivo, por alguma incapacidade da Câmara. A Câmara, houve uma altura em que anunciou a transferência destas pessoas em situação de sem-abrigo e também das pessoas em situação de sem-abrigo que já vivem em Arroios, no antigo quartel da GNR nesta freguesia, e isto porquê? Porque a Câmara prometeu há mais de um ano que iria construir um centro de emergência que

nunca avançou e, portanto, destas duzentas pessoas previstas, foi um número que foi veiculado pela Câmara, esta tensão na freguesia acumulou-se, nós estamos a falar de uma freguesia que já tem uma fragilidade enorme e, cuja medida, obviamente, irá acentuar ainda mais. -----

----- Já ouvimos alguns anúncios, já ouvimos uns recuos, já ouvimos a Junta de Freguesia de Arroios, a dizer que não tinha conhecimento do assunto e, portanto, que foi também surpreendida, já ouvimos falar que serão apenas sessenta a oitenta de pessoas em situação sem-abrigo de Arroios, que vão para aquele espaço. Já ouvimos a seguir a isto, novamente a Câmara a dizer que, afinal, são duzentos, e, portanto, não há uma informação fidedigna e concreta sobre o número final e de que equipamento em concreto, e estamos a falar para este quartel da GNR em Arroios. De resto, aliás, quando foi anunciado esta mesma obra, a Câmara ainda em abril, a última informação que existe pública, disse que a obra estava pronta em junho. A obra não está, pronta e, portanto, gostaríamos de saber afinal, qual é o projeto em específico? Quantas pessoas? Qual é capacidade de instalação e de receção de pessoas em situação de sem-abrigo e, afinal, em que ponto de situação é que está o projeto? E, portanto, era preciso saber, porque toda a população de Arroios está à espera de sabê-lo, mas também a cidade, o que é que a Câmara está a pensar fazer. -----

----- Nós temos de ter aqui uma concentração de uma resposta social, ou se a Câmara está a caminhar para uma solução de também de criar aquilo que até agora não soube por parte do Pelouro dos Direitos Sociais, que é criar um outro centro de emergência na cidade que dê uma resposta não temporária, mas permanente a estas pessoas, que tanto necessitam de conforto e de terem o apoio não só de habitabilidade, mas também, de conforto e de apoio social e económico. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Câmara se quiser responder.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Com certeza, peço que respondam às questões colocadas, o Vereador Ricardo Veludo, José Sá Fernandes, Celeste Correia, Miguel Gaspar e Manuel Grilo, se faz favor, por esta ordem.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito boa tarde, Senhor Deputado Diogo Moura. -----

----- Relativamente, à questão sobre o estudo de impacte ambiental das operações urbanística de loteamento no Alto Restelo, a Câmara mantém a opinião, que não é exigível o estudo de impacto ambiental, não só do ponto de vista administrativo, como do ponto de vista, digamos, material, ou seja, não temos nenhum facto, nenhuma evidência, que justifique a elaboração do estudo de impacto ambiental. -----

----- Não obstante, a Câmara Municipal pediu ao Instituto Superior Técnico, para fazer um relatório de estudo prévio de incidência ambiental ou seja é um tipo de

estudo que se faz quando há investimentos públicos programados e se querem antecipar se existe alguma matéria, algum fator de natureza ambiental, seja biofísico, de risco natural ou antrópico ou outro, que possa vir a determinar um aprofundamento dos estudos nessa matéria, um estudo de impacto ambiental ou cautelas especiais na elaboração dos projetos. Esse estudo não evidenciou qualquer preocupação assinalável do ponto de vista ambiental, portanto não justificando, por essa razão a sua elaboração e aponta inclusive que a intervenção nos moldes em que está a ser proposta, melhora a sustentabilidade ambiental urbana do Alto Restelo. -----

----- Por outro lado, na sequência de propostas e da exposição que os moradores nos enviaram mais recentemente, apoiados num parecer jurídico, também, recomendavam ou indicavam a desnecessidade de se fazer a operação de loteamento norte, o loteamento 7/URB, e que se poderia e se deveria, ainda reduzir mais o número de habitações e reforçar a oferta de equipamentos, e isso foi atendido e, portanto, a operação urbanística que era de loteamento a norte, digamos, das atuais das Torres do Restelo que são as únicas que existem, considera-se desnecessário, podem ser obras de edificação, e um dos edifícios que lá estava previsto para habitação fica, digamos, convertido para equipamento de utilização coletiva, sem estar tipificado a sua utilização neste momento, porque é essa também a prática do munícipe e com base em avaliação da necessidade, assim se determinará, e, portanto, foi acolhida essa proposta dos moradores. -----

----- Portanto, quer do ponto de vista da materialidade biofísica, digamos assim, quer do ponto de vista dos critérios administrativos, em termos de número de fogos, extensão de área de intervenção ou qualquer outro critério não estão preenchidos os requisitos que justifiquem a elaboração de um estudo de impacto ambiental e sujeitar estas operações à avaliação de impacto ambiental. -----

----- Relativamente, ao estudo de tráfego. -----

----- O estudo de tráfego, que faz parte destas operações urbanísticas avaliou não só, digamos, a carga da utilização prevista nessas operações, mas também aquilo que está existente e previsto na sua envolvente, digamos, imediata e, portanto, ponderou esse efeito conjugado e fez uma avaliação também, como é que as vias e o dimensionamento do estacionamento previsto, acomodavam ou não esta carga adicional, tendo em conta o cenário não existindo o metro de superfície, vulgo, LIOS (Linha Intermodal Sustentável), que está previsto atravessar precisamente esta área de intervenção com uma paragem de metro nessa zona, e com a existência dessa infraestrutura transporte. Em qualquer um dos casos, o dimensionamento de vias e o dimensionamento do estacionamento, demonstrou-se adequado e até com folga, relativamente, à autorização, prevista, conforme, atesta esse mesmo estudo. -----

----- Relativamente à Quinta do Ferro, tenho todo o gosto em prestar aqui esclarecimentos, que estou a ver que são mesmo necessários para desmistificar aqui algumas questões que foram suscitadas na intervenção do Senhor Deputado Diogo Moura e que compreendo que as coloque. -----

----- O primeiro aspeto que é importante referir, é que é, digamos, o tipo de ações a desenvolver e a sua sequencialidade foi apresentada e discutida com a Associação dos Amigos da Quinta do Ferro, já há alguns meses atrás e foi consensualizada com eles. --

----- O realojamento urgente dos moradores nas habitações que estavam em situação de maior insalubridade e que apareceram nas imagens de televisão e nos jornais, carecem de uma vistoria técnica feita pela Câmara e das seguintes intimações à conservação ou à demolição, consoante a gravidade dos casos que se encontram, e a legalidade dessas construções e a sua possibilidade de legalização futura, tendo em conta estes fatores, é feita uma intimação aos proprietários, e é nessa intimação e para as situações de urgência que legitima a intervenção da Câmara. -----

----- A Câmara não pode intervir num imóvel privado, sem que esteja declarado ou que esteja diagnosticado um risco de segurança ou insalubridade grave e que tem que intimar forçosamente os proprietários, porque são eles os responsáveis pelos seus próprios edifícios e só nessa sequência e para proteção das pessoas que lá estejam se não houver a possibilidade, digamos, de resposta dos proprietários em tempo útil, o Município dando-lhes a possibilidade de intervir, toma a posse e precede ao realojamento urgente das pessoas, que eu creio que era o desejo de todos os Senhores e Senhoras Deputadas, e também dos Senhores e Senhoras Vereadoras na Câmara, que era terminarmos com a situação de extrema vulnerabilidade e de miséria social que apareceu, portanto, estas intimações são condição necessária.-----

----- As intimações são escritas nos termos que a Lei obriga, mas elas foram explicadas a sua necessidade e a sequencialidade à Associação dos Amigos da Quinta do Ferro. É evidente que agora chegando a este momento, em que estão a ser notificados e em que estão a ser, digamos, confrontados com as responsabilidades que a qualidade de proprietário, digamos, tem, subjacente, é evidente que isto causa preocupação e incomodação, mas isto faz parte do processo.-----

----- Agora, nós estamos também conscientes das limitações em termos de capacidade de muitos proprietários, para assumirem a realização das obras, seja de demolição, seja de conservação dos imóveis que ali estão, porque muitos destes proprietários tem fraca condição económica, e é por essa razão que também é necessária a intimação, porque é isso que vai legitimar a possibilidade do Município intervir em substituição dos proprietários, portanto, isto é uma condição necessária para fazermos aquilo que tem que ser feito.-----

----- Relativamente ao ponto de situação, sem prejuízo, não sei se o Senhor Deputado Diogo Moura concorda com isso, eu posso enviar-lhe uma informação escrita mais detalhada à Assembleia Municipal e em especial para a 3ª Comissão, mas dizer muito telegraficamente sem detalhe, mas depois posso fornecer informação mais detalhada.--

----- Portanto, foi avaliada o estado de conservação de cento e sessenta edifícios, quatro encontram-se demolidos, um em estado de ruína, não legalizável que é para demolir, quatro em estado de ruína, dezassete em estado péssimo, nove em mau estado, e depois outras categorias.-----

----- Em relação às frações, são frações habitacionais e não habitacionais. Existem cento e vinte e oito na área, digamos mais crítica da intervenção, já foram visitadas

cento e dezoito. Não conseguimos ter acesso ou não atenderam, no caso de oito frações, sete já estão emparedadas, e duas referem-se a terrenos. -----
----- Relativamente, às necessidades prioritárias de realojamento. -----
----- O processo de realojamento está a decorrer, e vai decorrer na sequência em articulação com os processos de intimação. No fim do prazo de intimação há a posse administrativa dos edifícios, se não houver o cumprimento das obras intimadas pela Câmara, e nessa sequência de forma coordenada e devidamente acompanhada o processa o realojamento urgente dos moradores, que tiverem nestes edifícios. -----
----- Neste momento, estão identificados, dezoito agregados familiares que vão carecer de realojamento, e isso corresponde em termos de habitações. A treze habitações de tipologia T1, três habitações de tipologia T2 e duas habitações T3. O processo de realojamento vai-se concretizar ao longo do mês de agosto, e vai ser feito de forma cautelosa, porque não se trata apenas de chegar ao local tirar as pessoas, mandar avançar máquinas e pôr as pessoas numa casa qualquer. -----
----- Existem muitas situações de extrema vulnerabilidade social e da ausência de autonomia e alto governo de algumas das pessoas moradoras, em que existe uma rede informal de apoio a algumas destas pessoas muito vulneráveis, que são vizinhos, que cuidam ou familiares, e, portanto, o realojamento não é só cada família vista por si, tem que se olhar para aquilo que é o suporte humanitário da vizinhança, que pode vir a ser sujeita ou não também de realojamento, de forma que as habitações onde estas pessoas são realojadas, que fiquem próximas umas das outras e que essas relações de solidariedade e de apoio, digamos, continuado que se possam manter no realojamento, e isso é um trabalho mais moroso, porque obriga a encontrar no mercado de arrendamento ou no património municipal habitações que tenham essas tipologias que estejam disponíveis. Também há pessoas que têm situações de doença ou de limitação física que requerem adaptação, portanto, há aqui um conjunto de requisitos, que faz com que esta operação demore algum tempo. -----
----- Portanto, o essencial, digamos, o maior número de realojamentos deverá acontecer durante o mês de agosto, mas alguns deles poderá ter que se prolongar para o mês de setembro. -----
----- Isto era o essencial da informação, o que não prejudica a disponibilidade total para no âmbito da 3ª Comissão do Urbanismo, prestar todos esclarecimentos que entendam necessários e na sequência da reunião de hoje, também do meu gabinete, enviarmos uma informação, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, para distribuir aos Senhores Deputados, com informação quantificada mais objetiva e complementar que agora aqui faço. -----
----- Muito obrigado pela atenção.” -----
----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Vereadora Celeste Correia, centro de abrigo.” -----
----- **A Senhora Vereadora Celeste Correia**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----
----- “Muito obrigada, Senhor Presidente, -----

----- Senhor Vice-Presidente, boa tarde a todos e todas. -----

----- Senhor Deputado Diogo Moura, obrigada pelas suas questões.-----

----- Queria-lhe dizer o seguinte, como todos sabem a União Zoófila e os seus voluntários, tem desenvolvido um trabalho notável, e sublinho notável ao longo dos anos em prol do bem-estar animal. -----

----- É reconhecido por todos a necessidade de dotar a União Zoófila, de melhores instalação, para a prossecução da sua meritória missão. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem identificado de um ano de projeto Parque Urbano do Vale do Forno, uma localização para construção das novas instalações da União Zoófila, e tem mantido um diálogo com a União Zoófila ao longo do tempo, para serem consensualizados alguns aspetos para se encontrar uma solução condigna. -

----- No entanto, quero dizer claramente que a União Zoófila, no âmbito dessas conversações com a Câmara, tem manifestado algumas preocupações relativamente à localização proposta pela Câmara, preocupações que o Município subscreve e que tem vindo a ser analisadas pelos seus projetistas. -----

----- Nos próximos dias, existiram conclusões que nos permitirão reunir com a União Zoófila, e discutir a localização definitiva, se no local inicialmente proposto, se no local adjacente. -----

----- Quanto ao reforço de resposta para animais, eu tenho a certeza, Senhor Deputado, que todos contribuiremos para esse reforço, essas respostas, porque a maioria da sociedade portuguesa já interiorizou que os animais são uma família alargada para muitos, e são a única mesmo, a única fonte de afetos, entre outros aspetos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, dizia há bocado, que há causas em que todos nós nos entendemos, é verdade, nós fazemos, por isso é que estamos em partidos diferentes, fazemos leituras diferentes da realidade e temos soluções diferentes, para mudar essa mesma realidade, mas essa é uma causa comum que nos une a todos. -----

----- Muito obrigada, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vereador Miguel Gaspar.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Estava só aqui a confirmar-se, entretanto, me chegou a informação, mas acho que não me chegou.-----

----- Senhor Deputado Diogo Moura, de facto, é essa medida como refere, está no pipeline para implementação, o regulamento tem múltiplas medidas, que a EMEL priorizou e está a desenvolver, não creio que à data de hoje, o que refere já esteja implementado, mas, infelizmente, também não tenho nenhuma resposta objetiva para lhe dar, pelo que o meu compromisso é fazer-lhe chegar a resposta por escrito.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Obrigada, Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Falta só o Vereador Manuel Grilo, penso eu, e eu próprio para fechar.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Diogo Moura, e de forma muito telegráfica em relação ao Pavilhão do Casal Vistoso.-----

----- Ele já está com uma ocupação muito reduzida, menos de metade e será entregue ao desporto no final deste mês de julho.-----

----- Em relação ao Quartel de Santa Bárbara, que tem um projeto de utilização máxima para cento e vinte e oito pessoas, cento e vinte e oito, está com algum atraso e, portanto, conforme nós pensaríamos, não começará ainda no mês de agosto, mas provavelmente, em setembro, já que foram identificados problemas a necessitarem de reforços estrutural e, naturalmente, isto vai obrigar a um atraso no início deste centro para as pessoas, que estão em situação de sem-abrigo no Quartel de Santa Bárbara na Freguesia de Arroios.-----

----- Devo dizer, no entanto, que se mantém o plano original, evidentemente, que será em primeiro lugar, para as pessoas em situação de sem-abrigo, da zona da Freguesia de Arroios, naturalmente, creio que, para outros também de outras freguesias adjacentes. Ele não está, portanto, ligado relativamente, ao Casal Vistoso, o Casal Vistoso, tem hoje já muito poucas pessoas em situação de sem-abrigo, eu creio que menos de quarenta, eram trinta e seis, entretanto, creio que entraram mais dois casais, mas encontraremos resposta, e estamos a encontrar resposta para esses que ainda hoje lá estão, até ao final do mês, no final do mês entregá-lo-emos ao desporto, e naturalmente, também, para usufruto dos alunos da Escola Básica Luís de Camões. ----

----- Relativamente a outros equipamentos.-----

----- Iniciou-se no dia 5 de julho, a Unidade Integrativa, ela foi reativada, esteve vários anos encerrada, como sabe, foi reativada agora através de um processo concursal e foi concessionada à Comunidade Vida e Paz, tem um limite máximo de vinte e nove pessoas, em situação de sem-abrigo acompanhados dos seus animais ou com outras condições que impeçam a sua integração nas unidades já existentes.-----

----- Esta Unidade Integrativa, como disse, é uma parceria com a Comunidade Vida e Paz e por sua vez, a Comunidade Vida e Paz, tem uma parceria com a *Animalife*, no sentido de ser provida tudo aquilo que é necessário ao bem-estar animal, como sabemos muitos destas pessoas em situação sem-abrigo que integrarão ou integram já esta Unidade Integrativa vão acompanhadas dos seus animais e, portanto, para já, é o que tenho a dizer. -----

----- Obrigado, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- Para terminar, Senhor Presidente, -----

----- Senhores Deputados, só para reforçar aqui uma questão política, que me parece da maior importância, e que penso que toda a Câmara tem noção do que vou dizer, mas importava aqui sublinhar, e faço mais uma vez, ter sido patente na intervenção do Deputado Diogo Moura, nas questões que colocou relativamente à discussão pública. -

----- Nós encaramos a discussão pública, como algo que tem como objetivo construir uma proposta em abordagem participativa, ou seja com aquilo que são, neste caso, quando há um projeto de um plano de urbanização, com as ideias dos projetistas, daqueles que são os técnicos da matéria, em face de um programa, com aquilo que são os contributos de todos aqueles que entendem participar, sejam mais institucionais, sejam mais individuais, e foi isso que aconteceu, e muito bem, num dos processos mais participados que o Município de Lisboa já teve neste processo do PRA do Restelo, e depois, com a mesma naturalidade, incorporar aquelas que são as propostas, que devidamente ponderadas, se entende, que devem ser incorporadas, na solução a apresentar aos órgãos municipais, que são evidentemente quem decide.-----

----- Isto não é, não se pode fazer a participação pública numa espécie de jogo, que é, se não incorporamos as propostas, aqui-d’el-rei que não incorporamos a participação pública, não valorizamos a participação, se incorporamos as propostas, foi a pressão da Junta de Freguesia e de uns quantos municípios que fizeram alterar as propostas! ---

----- Não, Senhores Deputados, isto faz parte do processo, o processo participativo faz parte do processo de construção de uma proposta pública moderna, só nas vossas cabeças é que isto é um jogo de perde e ganha, não! É um processo importante, fundamental, que o resultado final por mais participado, por diferentes visões é melhor do que o processo inicial, porque, no fundo satisfaz mais pessoas, e interpreta melhor aquilo que são as vontades das populações, isto é fundamental, isto deixa muito claro o que é que é a vossa visão da participação pública, relativamente, à nossa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, -----

----- Excelentíssimos Senhores Secretários, -----

----- Senhor Vice-Presidente da Câmara,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados, -----

----- Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- As perguntas que trouxemos hoje, são sobre os temas de finanças, património cultural e habitação. -----

----- Sobre o tema de finanças, a CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) investigou, detetou, recolheu provas relativas aos avisos de manifestações, sendo que no âmbito da investigação decorreu apenas a partir de julho de 2018, considerando

prazos de prescrição. Ora concluída a fase de instrução a CNPD, acusou o Município de Lisboa, por uma dupla violação do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), pois não só o fez ao comunicar os dados pessoais dos promotores de manifestações a entidades terceiras, mas também, o fez para diversos serviços do Município. -----

----- O projeto de deliberação que prevê a aplicação de coimas, que podem atingir no máximo, 4,49 mil milhões de euros, num total de 225, contraordenações, mais do que a soma dos quatro anos de receitas deste mandato, que agora conclui o Senhor Presidente. -----

----- Ora uma vez, que sobre matérias de consequências, o Senhor Presidente nada assume, pergunto ao Senhor Vice-Presidente, em matéria de previsão orçamental qual impacto que prevê nas contas do Município? Qual a opinião dos auditores, e se está previsto um reforço de alguma previsão? -----

----- Relativamente ao património cultural, em Lisboa têm sido vários os negócios afetados pela crise pandémica, e apesar dos milhões anunciados pelo Senhor Presidente Fernando Medina, para apoiar a economia da cidade, certo é, que as artes os espetáculos mais tradicionais da capital continuam a ser afetados de portas fechadas e a tentar sobreviver, mas sem saber o que se lhes reserva o futuro. É o caso das inúmeras casas de fado que continuam de portas fechadas e com um futuro demasiado incerto. As apertadas regras impostas pelo Governo para o seu funcionamento, algumas vezes anunciadas à última hora e de aplicação menos prática, também, não tem ajudado na recuperação desta atividade, a realidade é esta, o fado está de portas fechadas em Lisboa. -----

----- Assim questionamos, se estará a Câmara Municipal de Lisboa, a proteger e a ajudar a sobreviver este Património da Humanidade, e aquele que é um dos principais marcos culturais da cidade, e já agora também gerador de receita. Gostávamos de saber quantas foram as casas de fado, apoiadas pelo Programa Lisboa Protege, e quanto é que receberam?-----

----- Ainda sobre a rubrica património cultural, pergunto ao Senhor Presidente, que não está cá, se sabe o que é o Festival Estoril Lisboa? Eu respondo, é um festival que tem o apoio financeiro da Câmara Municipal de Lisboa, e que promove a música e novos artistas, meritório e já conta com vários anos de atividade. Mas o Senhor Presidente, que não está cá, terá a noção que este festival anda a promover nas ruas de Lisboa, nos *mupis*, os seus programas com uma fotografia que pretende ser de Lisboa e, afinal, é da Ponte de São Francisco? Isto está para além de ignorância e da incompetência, isto é uma vergonha, a Câmara Municipal de Lisboa dar dinheiro, esse dinheiro estar a ser utilizado por promover não Lisboa, mas a ponte de São Francisco! Só falta andarem com flores no cabelo! Como é que isto pode acontecer?! Que atitude vai a Câmara tomar junto a este festival? Vai mandar retirar os *mupis* espalhados por Lisboa? -----

----- Finalmente, sobre o tema de habitação.-----

----- O tema da habitação foi uma prioridade deste seu mandato, Senhor Presidente que não está presente, infelizmente, foi mais no papel do que, de facto, como já foi

referido sobejamente os resultados são medíocres. Verificamos na sua apresentação de candidatura, que mantém a prioridade da habitação, o que se compreende já que o mal atingiu os 30% do que prometeu. Talvez por isso, teve o cuidado de não referir metas ou como fez para as creches gratuitas, utilizando a semântica da progressiva implementação da medida até 2025. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente, que não está presente, se perante a incapacidade de atingir e cumprir as metas eleitorais tangíveis e avaliadas a que se propôs, optou desta vez por apresentar medidas genéricas e progressivas? Aprendeu que prometer o que não se tem capacidade de cumprir é um erro? -----

----- E por fim, foi dito aqui pelo PS, que a oposição não faz determinadas perguntas, mas eu respondo ao Senhor Deputado Manuel Laje, exatamente aquilo que muitas vezes o Senhor Deputado disse nesta assembleia ao longo deste mandato, uma mentira repetida muitas vezes que não se torna verdade, não o chamo de mentiroso, obviamente, porque sei que é uma pessoa de boa-fé e, portanto, só pode ser é desatento, porque as perguntas que aqui fez, também nós já fizemos várias vezes, só que não obtivemos resposta, por isso, se calhar como não ouviu respostas, porque não foram dadas, achou que não houve perguntas, mas é só ver as gravações, Senhor Deputado. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- A Câmara para responder.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu começava para dar a palavra à Vereadora Catarina Vaz Pinto, por favor.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Em relação ao apoio às Casas de Fado, também, posso dizer que houve um apoio substancial, quer à Associação das Casas de Fado Centenárias, quer à Associação dos Comerciantes do Bairro de Alfama, que abrangeu as várias de casas de fado, localizadas em Alfama, e também dentro do Lisboa Protege, apoiamos individualmente alguns fadistas e, portanto, no total, cerca de oitocentos mil euros em 2020 e em 2021, o que é uma verba substancial.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu também muito rapidamente, gostava de responder à Deputada Aline Beuvink o seguinte. -----

----- Se há área que percebeu que, apesar de todas as adversidades e todas as dificuldades, que o próprio funcionamento e a precaridade associada que, aliás, temos todos que refletir sobre ela, que não é uma questão deste Município, desta cidade,

deste país, mas mesmo neste país é muito clara associada à cultura, se há questão que a cidade reconhece, certamente, é que o Município de Lisboa, fez um esforço sem paralelo no país relativamente às questões da cultura e aos seus apoios, e nem a Senhora Deputada, nem ninguém vai conseguir por mais malabarismos linguísticos à volta do tema, conseguir apagar esta marca clara e inequívoca da aposta deste executivo e desta maioria no apoio a todos aqueles que necessitavam em contexto covid, mas muito particularmente a área da cultura.-----

----- Eu sei que os Senhores não têm muito o hábito de ler os documentos que nós trazemos aqui, e depois muitas vezes acusam-nos nós não fazermos determinadas atividades, mas é menos só por distração, porque não fazemos determinadas apostas porque não os leem. Se verificar os apoios à cultura, a Senhora Deputada, vai perceber o que eu estou a dizer, mas o que torna tudo ainda mais incompreensível sobre esta matéria, sobre a matéria dos apoios à cultura, foram as vossas posições relativamente, por exemplo, àquilo que foram, os apoios e o financiamento à EGEAC, em que, a EGEAC, como todos sabemos, é um dos braços operacionais da política cultural de Lisboa. Nós tínhamos definido como objetivo, que a empresa municipal a EGEAC tinha que manter a sua atividade, o seu apoio à produção, a sua contratação à cultura da cidade, e os Senhores começaram a levantar uma nuvem de fundo sobre este problema, um apoio à empresa municipal, como se isso não se traduzisse num apoio contínuo à cultura e à criatividade, e que vem agora com lágrimas de crocodilo para aqui chorar, como se nós não tivéssemos feito nada e como se os Senhores estivesse muito preocupados! Tem que se preocupar nos momentos certos, e o momento certo, foi quando nós propusemos aqui, e vencemos, apesar da vossa oposição, um apoio às empresas municipais, para elas poderem continuar, nomeadamente, à EGEAC, a apoiar a cultura da cidade e a contratar não numa lógica caritativa, como os Senhores gostam, mas numa lógica de apoio à produção, à produção cultural durante o período da pandemia para agora, podemos estar a usufruir e continuarmos a usufruir nos próximos anos na produção cultural da cidade. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, quanto a esta matéria, sobre o apoio à cultura, deviam estar envergonhados pela forma como se comportaram, relativamente, ao apoio às empresas, nomeadamente, à EGEAC, sobre este tema e à cultura em geral! Não venham para aqui tentar mostrar, que estão muito preocupados, quando na altura certa não estavam! -----

----- Relativamente, às consequências...depois, Senhora Deputada, eu até a aprecio, gosto da sua retórica, acho-lhe graça, não concordo com muito do que diz, mas confesso que hoje surpreendeu-me pela negativa em várias dimensões. -----

----- Reduzir o Festival Estoril em Lisboa, àquilo que é um problema de um cartaz e à produção cultural daquele festival, não se detenha a pormenores que estão errados, que precisam de ser corrigidos, mas quer dizer, é confundir daquilo que é importante com aquilo que é completamente acessório! Aquele festival é importantíssimo para a cultura deste país, tem uma dimensão cultural a todos os títulos assinaláveis, é muito importante para muitos jovens, é muito importante para a produção cultural, é muito importante para aqueles que gostam de uma determinada área da cultura, e, portanto,

acho inacreditável, que tenha colocado de forma tão redutora uma questão que é importante, mas que é completamente acessória, comparada com a qualidade do festival. -----

----- Relativamente à CNPD, eu gostava de dizer, quer dizer, não sejam precipitados, eu sei que o tema já rendeu, agora já está a render pouco e, portanto, é preciso tentar ressuscitá-lo. -----

----- Mas, é importante perceber, que o Município de Lisboa, não concorda com aquele relatório, está a recorrer dele. Dessa apreciação se o Município entender ainda pode recorrer para tribunal, portanto, escusam de estar a antecipar aquilo... quer dizer, nós temos um histórico, que os Senhores deviam olhar para o nosso histórico, relativamente, àquilo que são os nossos combates com diferentes tribunais e com a nossa discordância sobre algumas posições de tribunais, das entidades que não concordam connosco, e que estão em conflito, nalguns momentos. Nós temos ganho imensos processos em tribunal! Só o processo Bragaparques, em que o nosso opositor queria mais de trezentos milhões de euros, um tribunal arbitral decidiu que eram cento e qualquer coisa, nós não concordámos, nem foram os trezentos, nem foram os cento e qualquer coisa, estamos agora a discutir valores que não tem nada a ver, só isso já diz da nossa combatividade. Nós não nos amedrontamos, nós não nos amedrontamos com os nossos adversários, não nos amedrontamos com aqueles que discordam de nós, e com toda a legitimidade democrática do Estado democrático, combatemos tudo aquilo com o qual não concordamos! E, portanto, aquele relatório, apesar de nós termos reconhecido as nossas culpas enquanto organização, aquele relatório, nós não concordamos com muitas daquelas propostas que ali estão daquelas apreciações e conclusões e vamos fazer o nosso contraditório, e cá estaremos para no momento certo dizer qual foi o resultado de todo esse contraditório e de todas as prerrogativas, que a Lei, também, nos confere, nos defendermos naquilo com que não concordamos e, portanto, Senhora Deputada, não esteja preocupada, não fale da moldura penal. -----

----- A Senhora Deputada não sei se têm noção, mas é que o RGPD, serve para aplicar ao Zé Manuel que, por acaso divulgou os dados do Manuel António, e a uma grande empresa que divulga dados maciçamente e, portanto, tem uma moldura de aplicação de coimas que vai do um euro até aos milhões de euros e, portanto, essa moldura que está ali a ser explicitado, ela não está graduada, detenha-se àquilo que tem sido a aplicação deste tipo de coimas em Portugal, e noutros países da Europa, e perceberá que coisas de milhões são para distribuição a título oneroso e, portanto, com vantagens económicas de grandes quantidades de dados, ora aqui vantagem económica, não houve, intencionalidade também não, e, portanto, há um erro, com certeza, já o corrigimos estamos a ajustar o sistema, mas não está em causa, nenhuma indemnização de milhões e, portanto, a seu tempo, vamo-nos preocupar com uma coisa de cada vez, e para já o que mais nos preocupa a nós, é a pandemia, vocês são os dados pessoais, pronto, são coisas...cada um tem as suas preocupações, não é. Nós queremos proteger as pessoas, e encontrar a melhor forma de o fazer, da forma mais eficiente e preocupados com a saúde, com o bem-estar, com as questões sociais, os Senhores, preocupam-se com uma coisa, que tem a sua importância relativa, mas cada

um preocupa-se com aquilo que mais lhe dói, no vosso caso são os dados pessoais, nós são as condições das pessoas. -----

-----Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa, do PCP” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Executivo Camarário, Trabalhadores da Câmara, boa tarde a todos.-----

----- O PCP apresenta neste primeiro momento de perguntas à Câmara, dois assuntos que para nós são centrais na gestão da cidade. -----

----- O PRA Restelo, que já aqui foi abordado, mas que ainda assim subsistem algumas dúvidas, e também questões inerentes aos trabalhadores municipais, o verdadeiro motor da Câmara Municipal. -----

----- No que diz respeito ao PRA do Restelo, a Câmara apresentou a nova proposta da solução urbanística do PRA-Restelo a 24 de junho, numa reunião *zoom*, reservada com a Junta e Assembleia de Freguesia de Belém. Uma reunião sem distribuição prévia de documentos, que não passou de uma apresentação de um *Powerpoint*, com troca de impressões sobre essa mesma apresentação. -----

----- Sabemos que a Câmara teve uma reunião com os Vizinhos de Belém, que consideram que esta nova versão do PRA, ainda que melhorada levanta algumas questões, que, em sua opinião, deveriam ainda merecer a adequada avaliação e alteração. -----

----- Apesar da distribuição de uma brochura pela Freguesia, com uma publicidade à nova versão do PRA-Restelo, esse, mesmo facto, não era mencionado, não era referido e, portanto, ainda sujeita a discussão e melhoria. -----

----- O PCP reconhece, obviamente, as melhorias nesta nova proposta em relação a anterior e, nomeadamente, na questão da volumetria, no comércio, que assentará em pequenas lojas e nas referências ao reforço da Carris, e na aparente evolução positiva no que diz respeito também a questões de estacionamento, se bem que, no que diz respeito ao estacionamento e, apesar do Vereador já ter feito algumas referências, nesta versão atual parece-nos que há aqui uma falta de uma planta de localização do loteamento e da localização exata onde vão surgir os estacionamentos, portanto, ficou em nosso entender por esclarecer, e embora o Vereador já tenha feita aqui algumas referências, e face à contestação existente no âmbito da discussão pública a questão parece-nos que queríamos ainda respostas no que diz respeito à questão da densidade populacional, o que liga diretamente com duas questões que mobilizaram também a contestação pública e que estão correlacionadas portanto, o volume da população e o volume de estacionamento necessário e, por outro lado também a ampliação da capacidade da rede escolar e a sua qualificação, porque fala nos aqui de creches apenas, mas era importante fazer referência no que diz respeito aos restantes níveis de

ensino, e , portanto, esta questão da rede escolar e da sua qualificação, questão claro que é nuclear e que tem sido colocada também, pelas Associações de Pais.-----

----- As outras questões estão relacionadas com os trabalhadores municipais, porque também no dia de hoje e tal como temos vindo colocar ao longo do tempo, o PCP demonstra a sua preocupação pela falta de respostas concretas por parte da Câmara e, por isso há aqui algumas interrogações que gostávamos de aqui deixar e tentar também transmitir aos trabalhadores, aquele que têm sido as suas reivindicações e as suas preocupações e, portanto, se nesta Assembleia, conseguirmos sair com algumas respostas, acho que seria muito bom. -----

----- Portanto, e as questões são simples, qual o ponto de situação em relação à atualização do suplemento de insalubridade e penosidade na Câmara Municipal de Lisboa? Que sabemos que já está a ser implementado e atribuído num conjunto de câmaras municipais, mas que em Lisboa, pelo menos no nível máximo, ainda não está a ser implementado, gostávamos de ter informação sobre isso. -----

----- Em relação ao teletrabalho também, para quando a adenda que deveria estar concluída em novembro de 2020, relembramos que existe muita matéria já desenvolvida sobre este assunto tanto na Assembleia como na Câmara. -----

----- E por último, também gostaríamos, obviamente, saudar e mostrar toda a nossa solidariedade para com os trabalhadores que desenvolveram uma iniciativa, um protesto no passado dia 2 de julho, e, portanto, nesse sentido não podemos deixar de perguntar à Câmara também em que ponto está a integração no mapa de pessoal dos trabalhadores não docentes das escolas de Lisboa com vínculo precário, uma vez que sabemos que a câmara já há algum tempo que tem vindo a trabalhar com o Governo na transição dessas competências e, portanto, queríamos saber o ponto de situação concreta da integração destes trabalhadores? -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e seguinte resposta:-----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, os que estão aqui e o que estão em casa, quem nos está a acompanhar boa tarde a todos. -----

----- Continuando as perguntas do PCP, uma pergunta relacionada com o desporto.-----

----- De acordo com as notícias vindas a público em novembro de 2017, a Câmara de Lisboa, havia anunciado a sua pretensão de investir 26 milhões de euros em equipamentos desportivos até 2021, já a pensar na vitória da candidatura a capital europeia do desporto, que se veio depois a verificar.-----

----- Importa agora passados quatro anos, saber o que foi realmente feito e para onde foram canalizados aqueles milhões, que novos equipamentos foram construídos beneficiados ou reconstruídos? É uma pergunta que já anteriormente fizemos nesta Assembleia, e que gostaríamos efetivamente de obter resposta da parte da Câmara.-----

----- Ainda relação à Capital Europeia do Desporto, foi com espanto e perplexidade, que ouvimos o Senhor Presidente do Comité Paralímpico de Portugal, na reunião da 2ª e 7ª Comissão, um assunto que também já trouxemos aqui recentemente, afirmar que havia a intenção de realização de dois dias Paralímpico Municipais, mas que tal não se irá realizar pela insuficiência de verbas disponibilizadas pela Câmara de Lisboa.-----

----- Consideramos tal facto lamentável e indigno de uma Capital Europeia do Desporto, que esperamos e exigimos que seja corrigido, aliás, uma Recomendação conjunta da 2ª e 7ª Comissão, acerca desta matéria sem que tal tenha para já reflexo na programação apresentada para a capital.-----

----- A pergunta que fazemos é muito clara, vai a Capital Europeia do Desporto contemplar o desporto paralímpico, corrigindo desta forma, um erro crasso?-----

----- Segunda questão sobre a Carris.-----

----- Estamos novamente com um problema agravado de pandemia, com a quarta fase do covid, com números em crescendo no país inteiro, e particularmente na cidade e, portanto, também sabemos que recentemente foi permitido que os autocarros ocupem todos os lugares sentados e que os autocarros com lugares de pé, possam circular com dois terços da lotação. Parece-nos que isto neste momento é manifestamente exagerado, tendo em conta ainda por cima, que a estirpe do vírus em circulação, propaga-se com enorme facilidade e, portanto, gostaríamos de saber o que é que a Câmara tem a dizer de os utentes terem tempos mais alargados.-----

----- Resumindo, eu vou resumir, porque preciso de mais tempo, a questão concreta é que medidas é que a Câmara tomou junto da Carris, face à situação que está criada para garantir, pelo menos nas carreiras pendulares de manhã cedo e ao fim do dia, que não há situações de autocarro sobrelotados, há situações destas, por exemplo, na Alta de Lisboa, ainda hoje o confirmei.-----

----- Sobre a pandemia, gostava que, ao contrário do Senhor Deputado Manuel Lage, que não obteve resposta do Senhor Vereador, embora eu perceba que as questões do Senhor Deputado Manuel Lage, eram questões retóricas, as minhas não são, são efetivamente perguntas, e gostava de saber qual é a situação pandémica em Lisboa? A Câmara tem estado envolvida na gestão da vacinação, portanto, nos apoios vão vamos falar já falámos, estamos de acordo que tem feito tem sido em regra geral um bom trabalho.-----

----- Sobre a questão do acompanhamento da pandemia, desde há mais de um ano, antes da segunda vaga, que fazemos aqui perguntas que não têm resposta, mas que achamos que seria importante, até para podermos partilhar a vossa preocupação sobre o que é que se passa na cidade, nomeadamente, qual é o ritmo de vacinação? Quais são os níveis de vacinação, neste momento, primeiro e segundas vacinas? Como é que está a correr o processo? Temos notícias, pelo menos pelo menos no ACES – Norte há umas três semanas atrás havia uma baixa taxa de vacinação, ou seja, estavam a ser ministrado poucas vacinas por dia. Creio que essa situação já foi corrigida, que é, aliás, a abertura do centro de vacinação pelos militares na Cidade Universitária, talvez também se explique por aí, de qualquer maneira era saber em que ponto é que está o

processo? Como é que está o nível vacinação na cidade? E uma questão que nos preocupa particularmente, em Lisboa, existem muitas “Odemiras” toda a gente compreende esta afirmação que eu estou aqui a fazer. O que é que nós Câmara, em conjugação com a Assembleia poder autárquico, podemos fazer em conjugação com a saúde, para ter uma intervenção mais assertiva junto dos emigrantes, que não estão recenseados no Serviço Nacional de Saúde. Não tem número de utente, não dominam a língua, muitas vezes têm receio de se aproximar. Como é que a vacinação se pode se pode aproximar desta camada da população e garantir que eles estão vacinados, porque eles são uma população importante, eles estão nos serviços essenciais e, portanto, é, de facto, muito importante que esta gente também seja rapidamente vacinada. -----

----- Disse! -----

----- Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- A Câmara quer intervir?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Secretária” -----

----- Eu penso que a primeira intervenção é do Vereador Ricardo Veludo, depois tenho aqui umas quantas que podem ficar para o fim, depois Vereador Miguel Gaspar, e desporto dou algumas respostas.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo,** no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Portanto, respondendo à questão do Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP.-----

----- Relativamente ao Alto do Restelo, e aos lugares de estacionamento dentro e fora da área de intervenção dos projetos de loteamento.-----

----- Os projetos de loteamento que foram para discussão pública, geram necessidades próprias de estacionamento privado e de estacionamento público, que são satisfeitas dentro da área de intervenção desses loteamentos, adicionalmente, no âmbito da qualificação do espaço público envolvente, também, estão previstos a criação de mais alguns lugares de estacionamento, mas que são, digamos, complementares e, portanto, que vão para além daquilo que a exigibilidade em termos de PDM.-----

----- Depois, relativamente, às necessidades de equipamentos de educação ou de âmbito social para a infância, para além das creches. A avaliação feita no âmbito da Carta Educativa, não identifica para aquela localização, necessidades específicas para outros níveis de ensino, e é por essa razão que eles acabaram por não ser referenciados e, aliás, na Freguesia de Belém, em contraste com outras freguesias, por exemplo, Beato, que está muito mal servida em equipamentos de proteção para a infância, é onde se observam as captações mais generosas de espaços verdes, de

equipamentos de utilização coletiva em algumas redes e pronto, era este esclarecimento.-----

----- Noutras zonas da cidade onde há intervenções do Programa Renda Acessível, e onde isso está diagnosticado, carências de jardim-de-infância ou escolas do 1º ciclo é feita essa previsão, por exemplo, no Vale de Santo António, acontece isso, e agora de memória não sei referenciar outra, mas existem também outras em que, por exemplo, jardim-de-infância é previsto também sempre que no planeamento está identificado essa carência.-----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado, pelas suas perguntas.-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Relativamente às questões do PCP, em matéria de ocupação dos autocarros, a Carris, bom, não cabe exatamente à Câmara gerir o assunto, é o operador Carris que tem que gerir. Mas a Carris tem de facto, um processo montado, que o que tem desde o início da pandemia, basicamente, é quando há um relato de uma carreira que a certa hora do dia tem uma taxa de ocupação muito elevada, o protocolo interno, é o motorista informar, porque o nível da chapa ou seja da frequência do autocarro, essa carreira poder ser reforçada. Nós não temos informação da situação que fala, da Alta de Lisboa, aliás, a seguir, vou pedir ao Senhor Deputado, que me diga qual é a carreira, para depois podermos no concreto, ir à procura dessa situação, é este o protocolo que nós temos. E, como sabe, nós, a Carris, foi, não tenho dúvidas nenhuma em dizer, isto foi o operador do transporte público que menos quebrou com a pandemia, tivemos sempre o máximo de oferta possível, não para responder à procura que ela caiu, neste momento, estamos com sessenta e qualquer coisa por cento de procura na Carris, à volta dos 64%, se a memória não me falha, face ao anterior da pandemia, portanto, temos menos passageiros e, apesar de tudo, temos mais frequência, para quê? Exatamente para que as pessoas tenham mais espaço, andem na medida do possível não andem em cima umas das outras, e isso sim, é uma medida que a Câmara mandou a Carris para fazer, na medida que resulta também do aumento de um esforço do serviço público, no aumento das compensações do serviço público, e são essas compensações que, como eu disse há pouco na minha intervenção anterior, bom, que um governo de esquerda preocupa-se em garantir, enquanto que outros governos em crise anteriores fizeram exatamente o oposto, quando não há dinheiro cortasse, isso não aconteceu aqui, ou melhor não há venda de bilhetes corta-se para ser mais rigoroso, isso não aconteceu aqui, nós reforçamos o serviço da Carris, e isso o que temos feito.-----

----- Dessa sua experiência, direi que se encaixa dentro do conceito de cliente mistério, ou seja, é sempre muito bom, ter esse *feedback*, mas eu vou-lhe pedir depois a carreira e vou tentar perceber, fazer chegar a informação a quem possa lidar com ela.-----

----- Relativamente às questões da vacinação, eu gostava já que me foi dada esta oportunidade de falar sobre isto, gostava antes de mais dar aqui um enorme agradecimento, eu diria mesmo, não posso fazer nesta Assembleia, mas, arriscaria

mesmo um louvor, àquilo que é o trabalho que tem acontecido nas últimas semanas dos profissionais do Sistema Nacional de Saúde e, por vezes, nos esquecemos o que é o Sistema Nacional de Saúde, são os médicos, são os enfermeiros que toda a gente se lembra, mas é muito mais do que isso, são também as pessoas que estão por trás dos sistemas de informação, são os militares que também estão na cadeia logística do processo, são toda a gente que está envolvida no funcionamento dos centros de vacinação, a que se juntam, neste caso também, no caso da Cidade de Lisboa, os mais de 700 enfermeiros contratados pelo Município de Lisboa, os mais de 90 profissionais do Regimento, que estão sistematicamente disponíveis para ajudar na vacinação, os incedíveis trabalhadores do Serviço Municipal Proteção Civil, que estão no terreno a acompanhar as pessoas quando elas mais precisam, os trabalhadores da UIT que conseguem rapidamente, não só em voluntariar-se em tratamento das pessoas, mas também atenderam às necessidades dos centros, os trabalhadores da DMEI, que apoiaram toda a parte logística também da contratação da daquilo que são os meios necessários para o funcionamento dos centros, há, de facto, centenas de trabalhadores do Município de Lisboa, que garantem com muito sacrifício o funcionamento dos centros. A que se junta ainda mais um grupo de voluntários também eles incedíveis de outras autarquias de Lisboa, as Juntas de Freguesia, que também todas elas alocam meios muito significativos dos seus trabalhadores ao bom funcionamento dos centros, ao acompanhamento das pessoas, a sentir-se acompanhadas. -----
----- Porque é que estou a dizer isto hoje. Porque na semana passada, nós triplicamos mesmo a quantidade de vacinas que foram administradas na Cidade de Lisboa, triplicámos, eu arriscaria que teremos sido das cidades do mundo, com maior rácio de vacinas por cem habitantes, e isso, só foi possível porque toda a gente foi além da sua obrigação. Foi uma dedicação extrema que saiu do pelo, saiu do tempo com a família, saiu do tempo de descanso, e acho que se deve ser enaltecido, agradecido, e gostava de ter aqui esta palavra, que estou certo de que sou acompanhado por todos vós, no agradecimento de todos estes trabalhadores, de toda esta dedicação, de todas as Juntas de Freguesia da Cidade, da Autarquia, do Sistema Nacional de Saúde. -----
----- Indo diretamente mais agora o seu ponto, peço desculpa, por este introito relativamente, à comunidade imigrante, em particular. Nós estamos a entrar numa fase em que a comunidade nas idades em que a comunidade emigrante é mais presente, ou seja, as idades ativas estou a falar dos menos de 40, onde existe mais esta atenção. -----
----- Foram despoletados um conjunto de instrumentos, não só despoletados com a Câmara Municipal de Lisboa, também, com os Direitos Sociais da Câmara de Lisboa. Também com Comité para as Migrações, para conseguirmos, de facto, acompanhar e encontrar esta comunidade, mas, neste momento, há mais ou menos um protocolo montado, que nos centros maiores, se um emigrante surgir mesmo que não tenha número do Sistema Nacional de Saúde atribuído, e muitos deles num processo automático que foi despoletado há cerca de uma semana, creio já que, neste momento tem esse número atribuído, no local é atribuído um número e eventualmente, se houver capacidade dos centros e se for unidade elegível, é de imediato vacinado. -----

----- Isto pode não acontecer exatamente assim, no pior dos cenários se o centro tiver sobrelotado os serviços de proteção civil registam todos os dados de emigrante, nomeadamente, o número de telefone, o seu contacto, etc, para que possa ser contactado seguidamente e repete-se o processo, registo no SNS e o agendamento da vacina. -----

----- É muito importante chegar a esta comunidade, do ponto de vista também, de outra comunidade, que é particularmente relevante ser vacinado e que tanto se fala, os jovens, em particular entre os 20 e os 30 anos, onde sabemos que a incidência da doença é mais forte neste momento. -----

----- Ainda não diria que estamos numa situação em que nos falta gente para vacinar, ou seja, com os números que temos vacinados todos os dias na Cidade de Lisboa, estamos num ritmo ainda muito alto vacinação, aliás, foi a semana passada, o maior esforço, esta semana também é uma semana muito forte de vacinação, um pouco abaixo de 10% abaixo é a nossa previsão, face aquilo que é a semana anterior, mas muito forte, porque a semana passada, como lhe digo, tivemos certamente entre as cidades que mais vacinámos do mundo. Não só lisboetas, mas todos aqueles que procuram Lisboa para serem vacinados pela sua conveniência e, portanto, continuaremos a dar esta resposta. -----

----- Agora há aqui um apelo, que todos nós temos que fazer daquilo que tiver ao alcance das nossas redes, dos nossos contactos, das juntas de freguesia, a vacina funciona, a vacina protege-nos é com vacina que nós vamos travar esta pandemia.-----

----- Portanto, temos todos que agir no sentido de sensibilizar os jovens para que isto não seja um tema de somenos, pensar eventualmente, se necessário for soluções de incentivos positivos no sentido de que o certificado digital, nomeadamente, para que possa haver este incentivo para que certas coisas possam se fazer para a população vacinada, eu acho que este é um incentivo certo e, portanto, continuarmos neste esforço, que é o caminho certo para ganharmos de forma plena a nossa liberdade. -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra deu continuou a sua resposta: -----

----- “Eu esqueci-me, de falar de uma coisa, antes de passar a palavra, ao Senhor Vice-Presidente, que poderia falar do mesmo, é um tema que partilhamos, que é a testagem. -----

----- Também, dizer o enorme esforço que houve no aumento da capacidade de testagem na Cidade de Lisboa, não tenho dúvidas nenhuma que somos da cidade do país que, neste momento mais testa, estamos em mais de 140 farmácias, onde é gratuito o teste. Só para terem ideia, a iniciativa do Governo que, neste momento também, tem testes gratuitos em 140 farmácias no país todo, nós temos 140 na Cidade de Lisboa, portanto, temos um programa com grande alcance, com sucesso. Temos centros de testagem permanentes na Cidade de Lisboa, onde qualquer pessoa, pode se

ir testar, e também por aqui, também isto deve ter contribuído certamente para o aumento de incidência na Cidade de Lisboa, mas no bom sentido, ainda bem que encontramos as pessoas, ainda bem que as podemos isolar, ainda bem que as podemos salvaguardar do resto da população, e muitas vezes da família, que é onde há maiores cadeias de transmissão e, portanto, este programa, também, que complementa esta preocupação que nós temos de combate à pandemia, e que penso que tem contribuído para começarmos a registar uma redução do RT, aqui em Lisboa, ainda está acima de um o que é mau, mas tem vindo a baixar. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Obrigado. -----

----- Só para responder às últimas questões colocadas pelo PCP. -----

----- Bem, nós não temos grande experiência em organizar capitais europeias do desporto em pandemia, a última, desculpem a brincadeira, mas, de facto, não havia, difícil para algo que precisa de contacto, que precisa, o desporto por definição, uns com mais contacto outros com menos, faz-se uma parte significativa das modalidades ou em grupo, e à competição, portanto, o grupo também funciona para essa finalidade e, portanto, e apesar de todas as dificuldades, apesar do contexto, muito especial, estavam previstas, estavam programados cento e três eventos, no âmbito da Capital Europeia do Desporto, já foram realizados setenta e quatro. -----

----- Há um conjunto deles que são, digamos, mais notáveis, que vou referir só alguns, o final da Taça de Portugal Feminina de Basquetebol, o Campeonato Europeu de Judo, a Permeado Liga Karaté, a Taça do Mundo de Triatlo, só para referir alguns. -----

----- A atividade do Departamento Desporto, acabou por se reinventar, para além de serem extraordinariamente solidários em várias dinâmicas da Câmara, onde de forma voluntária quiseram participar desde os primeiros momentos das atividades associadas ao covid até muitas outras situações, dando um excelente exemplo para dentro do universo municipal do que é ser trabalhador em funções públicas. Mas dizia eu que, tiveram de se reinventar e acabaram por desenvolver um conjunto de atividades também apoiados na *web* e, portanto, na possibilidade de através dos meios informáticos, poderem desenvolver alguma atividade, que não é a mesma coisa, mas é a atividade possível. -----

----- Há um conjunto de atividades que vão ter lugar brevemente, a Volta a Portugal, a Volta a Portugal Feminina, o Campeonato da Europa 3x3, o Sub-17, ou seja, há um conjunto de atividades que vão continuar a desenvolver-se até ao final do ano e, portanto, eu diria que num contexto de pandemia a Capital Europeia do Desporto Lisboa, está é a funcionar muitíssimo bem, num contexto que temos. -----

----- Dito isto, relativamente, às questões que colocaram, sobre os recursos humanos do município, os trabalhadores do município, um ponto de situação relativamente ao subsídio de salubridade. Eu percebo, tivemos ontem mesmo algumas reuniões com os sindicatos, em que falámos sobre este tema, ele está ali a ser analisado, mas eu recordava que nós, pelo contrário de muitos municípios já atribuímos subsídio de salubridade há muito tempo, e somos dos municípios que o tem há mais tempo e de

forma mais diversificada. Agora colocam-se um conjunto de outras matérias que é preciso analisar, e é isso mesmo que está a ser feito em breve, haveremos de ter decisões sobre esta matéria. -----

----- Relativamente ao teletrabalho, o nosso trabalho de preparação continua. Ele tinha um objetivo e tem um objetivo que é, no fundo preparar o Município para digamos, o pós-pandemia, o sair da pandemia, infelizmente, ainda não estamos nestas circunstâncias e, portanto, o teletrabalho, neste momento, por exemplo, em Lisboa é obrigatório e, portanto, não houve necessidade ainda de implementarmos o sistema. ---

----- Já temos novos dados sobre isto, passado este tempo, que era algo que nos preocupava, ir acompanhando e monitorizar e estamos a fazê-lo. Quais são as novas perceções dos trabalhadores do município, após este longo período em teletrabalho, anteciparmos sem prejuízo de umas questões mais detalhadas sobre o tema, que não houve grandes alterações sobre aquilo que são as vontades dos trabalhadores, relativamente, ao teletrabalho e à possibilidade de fazermos um regime misto, que permita uma parte do tempo do mês estarem a desenvolver o trabalho a partir de casa ou de outro sítio, mas tendencialmente casa e outra parte do mês nas instalações disponibilizadas pelo município, mas digamos, tudo está em estudo, não há pressa, não há aqui nada que esteja a ser uma urgência. -----

----- Estamos a trabalhar no sentido de melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores, quer com equipamentos, quer com outras condições, o próprio Governo e o Estado português, também está a refletir sobre o tema, acho que importa tomar decisões bem informadas e é isso que estamos a tentar, depois os períodos eleitorais também não ajudam, mas também não há aqui nenhuma emergência sobre tema. -----

----- Relativamente aos concursos, queria dizer que, o PCP sabe, e todos nesta Câmara sabem, o esforço que o Município fez para integrar todos os precários, todos os trabalhadores precários, e terminar com a precaridade do Município de Lisboa, é isso que temos vindo fazer, exceciona-se aqui algo que eu não definiria como precaridade no sentido clássico do termo, porque estamos a falar de situações transitórias, até que o Município consiga, cumprindo aquilo que é a Legislação em vigor, fazer todos os processos concursais, para que os trabalhadores possam ocupar as vagas existentes no mapa de pessoal e dessa forma ter, digamos o seu trabalho em funções públicas com as condições devidas. -----

----- É evidente que isto precisa de um processo concursal, o processo concursal demora, também todos já percebemos que é melhor para aquilo que é o interesse coletivo termos esse trabalho prestado por alguém que está num concurso, não tenho a certeza se fica, porque pode não passar, mas tem a expectativa de ficar e depois, obviamente, as regras que temos definidas no Estado português, sobre entrar para a administração pública e para o município, em particular, são utilizadas e algumas pessoas, felizmente poucas que acabam por não ficar. -----

----- Mas dizer-vos já neste processo, para a educação, que em boa hora, apesar das reservas do PCP, nós aceitámos que viessem para o Município, porque já conseguimos colocar 129 trabalhadores em funções públicas, assistentes operacionais nas escolas. Temos um concurso, este agora com muito mais candidatos, também a

decorrer e que certamente, vamos sem qualquer situação de precaridade e, portanto, com trabalhadores em funções públicas, sem nenhuma prestação de serviço, em breve conseguir depois deste concurso desenvolvido, conseguir responder a todos os rácios que estão definidos pelo Ministério, e eles estão a alterar-se muitas vezes, até porque o número de alunos também se vai alterando, mas dizia, eu, cumprimos todos os rácios que estão definidos para as escolas da Cidade de Lisboa, resolvendo assim um problema que o Estado português central, o Ministério da Educação não foi capaz de responder de forma cabal durante anos e o Município, apesar da pandemia, num ano letivo está a conseguir responder de forma cabal.-----
 ---- Muito obrigado.”-----
 ---- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ---- “Muito obrigado, Senhor Vereador.”-----
 ---- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
 ---- “Tem a palavra Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.”-----
 ---- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----
 ---- “Muito boa tarde, Senhor Presidente,-----
 ---- Senhores Secretários,-----
 ---- Senhores Deputados,-----
 ---- Senhores Vereadores e restante Público.-----
 ---- A Associação de Pais, da Escola de Dança do Conservatório Nacional com conhecimento da Direção, tentou procurar condições dignas e adequadas para aquela instituição, bem como para os alunos, tendo assegurado a colaboração por parte da Câmara Municipal de Oeiras no sentido de criar as condições necessárias, ideais e definitivas para, de uma vez por todas, poderem prosperar na arte que aquela instituição trabalha, com tanta excelência, há décadas, mostrando abertura para colaborar financeiramente na construção da obra de raiz, na Quinta da Graça, à Cruz Quebrada, caso a Parque Escolar não tenha verba para a completa realização da mesma. Restando apenas que as entidades responsáveis avaliem esta possibilidade que se reconhece como única, em termos de condições ideais e definitivas, para que as negociações possam avançar rumo ao objetivo pretendido.-----
 ---- Entretanto, soubemos agora pela Comunicação Social, que a Câmara Municipal de Lisboa, face à pressão dos pais e alunos com a possibilidade de tal equipamento ser desviado para Oeiras, avança com a proposta de afetação do Palácio Valadares a esta finalidade.-----
 ---- A situação de indefinição que se arrasta há vários anos da Escola de Dança do Conservatório Nacional é mais um “*Clássico em tons de Rosa!*” Uma vez mais o discurso proferido por parte de quem tem responsabilidades na matéria não se coaduna com a realidade. Para uns é um “*Mar de Rosas*”, para os que têm de viver a realidade do dia-a-dia é um verdadeiro “*Inferno!*”-----

----- Nesse sentido gostaríamos de saber o que é que o Senhor Vereador Manuel Grilo, aqui no caso, tem a dizer, em relação à situação da Escola de Dança do Conservatório Nacional estar na iminência de ser deslocada para o Concelho de Oeiras e como, quando e qual a diferença entre a existência de uma real alternativa da afetação do Palácio Valadares a este fim ou uma mera opção cosmética para fins eleitorais de tal solução? -----

----- Atendendo a todas as dinâmicas culturais que estão a decorrer na Cidade de Lisboa, neste tempo de pandemia, em que praticamente paralisou a nossas vidas, e onde o presente é extremamente difícil e o futuro incerto, mas que não pode parar, não nos esqueçamos da frase proferida pela Senhora Vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto "*A cultura é o que faz as pontes entre as pessoas*", o que subescrevemos, nessa medida, gostaríamos de saber como é que está a situação do Parque Mayer, que podia ser a *Broadway da Europa*, não fosse a situação de avanços e recuos que se têm vivido em relação a esta matéria e que nada tiveram a ver com a pandemia? -----

----- Com as atuais dificuldades com que o comércio tradicional se confronta atualmente em consequência da pandemia, gostaríamos de saber, qual é o ponto da situação, nomeadamente, da Livraria Barata, uma Loja com História, cujo quadro é extremamente difícil e conhecido de todos nós? -----

----- Gostaríamos, também de saber, que a Câmara fizesse um ponto de situação do apoio às Casas de Fado prometidas no âmbito do programa COVID, dado o conhecimento de situações desesperadas como as da Casa Luso ontem reportada. -----

----- Porque é que a Unidade de Saúde da Alta de Lisboa foi inaugurada à pressa, com falta de tomadas elétricas? Porque é que o Parque Urbano da Praça de Espanha, para satisfazer um último compromisso do Senhor Presidente Medina, é intervencionado à pressa aos fins-de-semana e feriados, onerando o município em milhares de euros de despesa em horas extraordinárias e tudo isto para inaugurar um Parque Urbano cheio de entulho e obra inacabada? -----

----- Em relação à Unidade de Saúde do Alto dos Moinhos, qual a expectativa de data de entrada em funcionamento. Muito se tem especulado sobre o assunto na Freguesia, mas datas ao certo não se conhecem -----

----- A deliberação 326/2020 da Assembleia Municipal, procedeu à alteração simplificada do PDM no Largo Cabeço de Bola, Freguesia de Arroios, permitindo a função habitacional. Para quando a reconversão desta área, repleta de edifícios municipais devolutos? -----

----- Por fim, qual a posição da Câmara Municipal de Lisboa em relação à reabertura dos espaços de animação noturna. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, -----
----- Excelentíssimos Senhores Deputados. -----
----- Excelentíssimos Senhores Vereadores, -----
----- Boa tarde a todos. -----
----- Foi finalmente conhecido, o relatório alusivo ao acidente ocorrido em setembro do ano passado nas obras da Praça de Espanha, que originou a suspensão do Metropolitano de Lisboa e a realização de obras de correção urgentes, introduzindo o receio na população sobre a segurança da circulação do Metropolitano na cidade e, bem assim, sobre a qualidade da fiscalização das obras por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- Face aos resultados do relatório, gostaríamos de perguntar:-----
----- Que decisões já tomou a Câmara, mormente sobre a assunção das responsabilidades internas, sobretudo ao nível da aprovação de projetos de execução de obras no espaço público e sua fiscalização e de ressarcimento de prejuízos junto do empreiteiro?-----
----- Que conclusões assume a Câmara Municipal de Lisboa, relativamente à qualidade do acompanhamento de obras por parte da SRU e que consequências assume no que respeita à manutenção do contrato-programa com esta empresa municipal? -----
----- Qual o custo dos trabalhos que será assumido pela Câmara Municipal de Lisboa, obras de correção, custos da paragem do Metropolitano, suspensão dos trabalhos e alterações ao projeto e pelas demais entidades envolvidas?-----
----- De acordo com uma reportagem recente da Agência Lusa, os moradores do Bairro da Cruz Vermelha foram surpreendidos com a diferença entre as promessas da Câmara Municipal de Lisboa, através da Senhora Vereadora Paula Marques e a realidade que encontrarão quando forem realojadas nas suas novas habitações, designadamente, em situações relacionadas com a dimensão das habitações, tipologia das mesmas, alterações de valores de renda e acabamentos do edificado. -----
----- Face a tal situação, pergunta-se: -----
----- Quem não cumpriu o prometido?-----
----- A Câmara Municipal de Lisboa? -----
----- A GEBALIS que não cumpriu as instruções da Senhora Vereadora?-----
----- O problema será dos moradores que não compreenderam corretamente as promessas que lhe foram realizadas? -----
----- São vários os casos de semáforos avariados ou com funcionamento deficiente, nomeadamente com tempos não adaptados à procura de tráfego agora existente. -----
----- O caso da Praça de Espanha é um infeliz exemplo, com soluções de vias afetadas a destinos que não comportam a procura, criando filas durante grande parte do dia, com o decorrente aumento de poluição sonora e atmosférica. -----
----- Assim pergunta-se:-----
----- Quando a situação de tráfego se normalizar como esperam acomodar os volumes de tráfego expectáveis, com a redução substancial de espaço de circulação, vias de tráfego e a redução drástica de lugares de estacionamento?-----

----- A oferta de transporte público acompanhará um previsível aumento da procura? O que está a ser feito neste momento nesse sentido?-----

----- Como bem sabemos todos somos peões. Desde que começamos a andar até ao fim da nossa vida. Condutores de veículos automóveis só o podemos ser após os 18 anos de idade e até conseguirmos renovar a carta de condução, andar de bicicleta, talvez depois dos cinco anos, e no caso das bicicletas da GIRA muito mais tarde e até por volta dos 70 ou 80 anos, se a saúde o permitir na melhor das hipóteses. Consequentemente, é o "*andar a pé*" o modo mais abrangente, especialmente no final da vida, e em muitas situações, o único a recorrer! Além disso, é, sem dúvida, o modo mais "*suave*" e o menos poluente, com certeza!-----

----- Assim, gostaríamos de colocar as seguintes questões: -----

----- Como se explica que, a preocupação com as pessoas mais vulneráveis e indefesas continue a ser esquecida ou mesmo desprezada, nas opções relativas às intervenções no espaço público?-----

----- Por que razão continuam os atropelos aos peões e aos seus direitos, invadindo passeios e paragens de autocarro, dificultando e eliminando acessibilidades, especialmente a quem mais dificuldades têm, como é o caso dos cidadãos idosos?-----

----- Por que razão o Plano Municipal de Acessibilidade Pedonal não está a ser seguido, uma vez que foi aprovado por unanimidade quer na Câmara Municipal de Lisboa, quer na Assembleia Municipal de Lisboa? -----

----- Assiste-se a um desconhecimento em matéria de segurança rodoviária e dos critérios de utilização e colocação de determinados dispositivos na via pública. A supressão de vias para implantação de ciclovias leva a mais carros parados em filas de trânsito, incitando por vezes infelizmente a multas e infrações evitáveis.-----

----- A Câmara Municipal em vez de tornar o espaço público partilhado por todos, veículos, bicicleta e cidadãos que se deslocam a pé, tem optado por segregar o espaço público por uma tipologia de modo de transporte. A bicicleta e as trotinetes não deveriam ter um papel primordial, mas antes servir como elemento de ligação entre os modos e tendente a reduzir a velocidade do tráfego em geral, e consequentemente reduzir a sinistralidade rodoviária. A agravar esta situação, as pistas para velocípedes construídas em Lisboa, bem como alguns equipamentos de segurança e de sinalização do trânsito poderão eventualmente violar normas do Código da Estrada. Uma vez que as pistas para velocípedes são consideradas infraestruturas de transporte, terão de ser projetadas por engenheiros especialistas em transportes!-----

----- Assim, pergunta-se:-----

----- Os últimos projetos de ciclovias, como é o caso da Avenida de Berna são da autoria da Câmara Municipal de Lisboa ou de origem externa? -----

----- Quem assina os projetos, e quais as suas competências técnicas para os executar?-----

----- Quem aprovou os projetos de ciclovias ou pistas para velocípedes e a correspondente sinalização de trânsito? -----

----- Para quando a promoção de uma isenta e independente "*Auditoria de Segurança Rodoviária*" a realizar, por exemplo, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou por outra entidade credível? -----

----- Uma vez que, além dos números o Plano pretenderá efetuar uma gestão do tráfego na cidade incluindo uma dimensão mais humana e respeitadora da saúde pública, tentando entender o impacto dessa sinistralidade, torna-se fundamental prevenir a ocorrência de novos sinistros. Nesse sentido é imperioso avançar rapidamente com o Plano Municipal de Segurança Rodoviária! -----

----- Assim, pergunta-se:-----

----- Em que situação se encontra neste momento o referido Plano Municipal de Segurança Rodoviária?-----

----- O que avançou no primeiro semestre deste ano? -----

----- Lisboa, como capital do país, não deveria dar o exemplo e estar na linha da frente? Ou será que as consequências da não existência deste Plano não serão, para a CML, assim tão gravosas?-----

----- Por ser um assunto de que não se tem obtido qualquer informação, gostaríamos de perguntar à Câmara, qual o estado do concurso de aquisição dos dez elétricos históricos, anunciado com pompa e circunstância há quase quatro anos, no discurso de tomada de posse do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- Gostaríamos também, de solicitar à Câmara Municipal de Lisboa, informação sobre o assunto referente à entrega do edifício onde se encontrava instalada a SRU à Junta de Freguesia de Belém, tal como foi prometido pelo Senhor Presidente da Câmara em reunião realizada no mês de Fevereiro de 2020, e sobre o qual não ocorreram novos desenvolvimentos, sabendo-se, contudo, que o imóvel se encontra a degradar-se e que a Junta de Freguesia de Belém precisa com urgência de instalações para acomodar os seus serviços, sabendo-se, de igual forma, que esta freguesia será porventura a única freguesia da cidade à qual a CML está ainda em falta no que à sede da junta de freguesia diz respeito. -----

----- Depois gostaria de falar sobre o Suplemento de Penosidade e Insalubridade, que já falou o Senhor Vice-Presidente há pouco, de instituição obrigatória por via da Lei do Orçamento de Estado de 2021, em que prevê que a atribuição do mesmo só ocorra a concretas funções exercidas, e apenas, por trabalhadores da carreira de assistentes operacionais.-----

----- O Município de Lisboa atribuí um suplemento, mais ou menos com as mesmas características, salvo erro desde o ano de 1987.-----

----- Com a atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, obrigatória por via da LOE2021, a Câmara Municipal, já sabe o número de trabalhadores que deixarão de receber esse suplemento, por via da recente disposição legal? Já que o mesmo não poderá ser atribuído a todas as funções exercidas, com certeza na Câmara Municipal, algumas que recebem o subsídio de 1987. -----

----- Por fim, porque já trouxemos a questão a esta Assembleia, sem termos obtido qualquer informação concreta por parte do executivo, queremos solicitar informações sobre o andamento do projeto “*Ocean Campus*” que, recorde-se, será implantado entre os concelhos de Lisboa e Oeiras, terá um custo estimado de 300 milhões de euros, num espaço de 64 hectares, e que irá, com toda a certeza, alterar de forma radical aquela zona da nossa cidade. -----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Obrigada Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Câmara se quiser responder.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu penso que o primeiro a ser questionado, terá sido o Vereador Miguel Gaspar.--

----- Bem, Manuel Grilo, depois Catarina Vaz Pinto, Miguel Gaspar, Paula Marques, e depois eu próprio, muito bem então, Manuel Grilo, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:---

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Muito obrigada, Senhora Deputada, Ana Mateus, pela questão que coloca relativamente, à Escola de Dança do Conservatório Nacional.-----

----- Sabemos que esta escola de dança, a Escola de Dança e a Escola de Música do Conservatório Nacional, estão a ser reabilitadas pela Parque Escolar, eles são pertença da Parque escolar e, portanto, a Câmara Municipal de Lisboa, não tem aí qualquer intervenção. Temos reunido, no entanto, com a direção da escola, compreendendo a dificuldade por que hoje está a passar, estando a escola hoje dividida por quatro espaços na cidade de Lisboa.-----

----- A intenção que nós temos, é naturalmente de contribuir para que, no quadro das relações entre a autarquia e o Estado central, se encontrem soluções adequadas a esta escola. Há um edifício devoluto, o Palácio Valadares, devoluto desde 2010, que tem condições para acolher a Escola de Dança do Conservatório Nacional, e aquilo que fizemos, foi apresentar uma moção, que foi aprovada, pela Câmara Municipal de Lisboa, em conjunto, aliás, que o Senhor Vice-Presidente, que entendemos ser uma excelente alternativa e facilmente mobilizável já que ela desde 2010 teve obras significativas de reforço de estrutura, de alteração e de substituição do seu telhado, e, portanto, estaria em condições de a curto espaço de tempo, poder ser mobilizada para a Escola de Dança do Conservatório Nacional, e é isso que estamos a fazer, à apresentar a proposta no sentido de que a Parque Escolar, o Estado central, colaborem no sentido de encontrar uma solução para que esta escola possa continuar na zona central de Lisboa onde, naturalmente faz todo o sentido.-----

----- Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Em relação à questão que foram colocadas e eu em relação ao Parque Mayer não percebi muito bem, mas naquilo que tem a ver com o meu Pelouro, exatamente, que tem a ver com a reabilitação do Teatro Variedades, que está em curso e nós esperamos que, no final do próximo ano a obra esteja concluída e depois, o teatro possa reabrir eu diria no início de 2023.-----

----- Em relação à Livraria Barata também, nós encontrámos, temos apoiado via Programa Loja com História, uma vez que a Livraria Barata é uma Loja com História, mas mais recente fizemos um acordo com a FNAC, com a Santa Casa e com a Imprensa Nacional Casa Moeda, no sentido de podermos criar uma parceria de apoio à própria livraria, e também, desde agora do final do mês de junho, a Câmara passou a usar o piso de baixo da livraria, chamámos, “Um lugar de cultura”, que é uma nova rede de centros de proximidade, que queremos instalar na cidade e, precisamente nesse espaço, irão ocorrer, concertos, comunidades de leitores, debates. -----

----- Neste momento, está uma exposição de um atelier de design, Bárbara Says, enfim, já há uma programação prevista para os próximos meses. Haverá em princípio uma programação, uma exposição de caricaturistas da Colômbia e de Portugal, organizada pela Embaixada da Colômbia e, portanto, há um conjunto de eventos em perspectiva e penso que já se notam de novo um afluxo de pessoas à livraria, e penso que este projeto também vai voltar a dinamizar o espaço. Ele está a cargo da Direção Municipal de Cultura, portanto, é a Direção Municipal de Cultura, e aproveito para dizer, se os Senhores Deputados, quiserem fazer alguns eventos lá nesse espaço, nós estaremos disponíveis para acolher. -----

----- Em relação ao Café Luso, neste momento, foi uma notícia que veio dois a três dias veio a público, nós estamos a tentar averiguar o que é que se passa, mas, na verdade, não temos, muitas informações. Aquilo que nós que eu já referi, na resposta a uma anterior, de facto, o setor das casas de fado, tem sido objeto da nossa preocupação e do nosso apoio. É na verdade, que nós sabemos que são a identidade da cidade e, portanto, estaremos disponíveis para analisar o problema, e puder ajudar a encontrar uma solução, mas, neste momento, não sabemos ainda bem qual é o ponto de situação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar** no uso da palavra deu a seguinte resposta: --

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu antes de mais, quero agradecer com muita sinceridade a clareza da posição política do PSD, sobre a política de mobilidade da Cidade de Lisboa. -----

----- Aquilo que o PSD veio aqui dizer, foi com toda a clareza, que é contra uma cidade mais verde, que é contra uma cidade progressista, que é contra uma cidade que aposte nos modos suaves e que, no fundo é um “*lobo em pele de cordeiro*”, a dizer bem na fotografia, mas depois na prática a questionar. -----

----- Senhor Deputado, já só o Senhor Deputado é que questiona a Praça de Espanha! Qualquer pessoa que passe hoje pela Praça de Espanha, não tem dúvida nenhuma que é muito mais fluida, está muito mais organizada, é muito mais rápida, tem ligações muito mais diretas, e eu, ouço estas opiniões de munícipes, presidentes de junta, de polícias que lá estão, como sabe a controlar o trânsito, de taxistas, só o Senhor Deputado, devo dizer-lhes isto com toda a sinceridade. O Senhor Deputado é a primeira pessoa que eu ouvi dizer mal da Praça de Espanha, do novo arranjo rodoviário que foi feito! Todas as outras pessoas reconhecem que a obra fica muito melhor. É verdade que o PSD foi sempre contra aquela obra, é verdade que o PSD

nunca defendeu aquela obra, mas, Senhor Deputado, o resultado de que lá está e o funcionamento rodoviário daquilo que era a Praça de Espanha, quem viu e quem a vê!

----- Hoje temos menos espaço alocado ao carro, com muito maior eficiência para o fluxo automóvel e, por isso, Senhor Deputado, o PSD ficará sempre do lado da história como o partido que é contra a obra da Praça de Espanha, que é contra aquela solução, que não quis aquela solução! -----

----- Relativamente à questão dos lugares de estacionamento, com toda a franqueza é preciso ter lata, Senhor Deputado, e não encontro outra palavra.-----

----- O PSD nesta assembleia votou contra, votou contra, o novo parque de estacionamento na José Malhoa, cujo uma das funções é garantir o estacionamento na Praça de Espanha, na envolvente da Praça de Espanha, entrando pela Eduardo Malta, exatamente completando aquilo que foi estacionamento dessa zona. Senhor Deputado, embora o PSD tenha votado a favor em Câmara, na Assembleia o seu voto foi contra a construção do silo de estacionamento na Praça de Espanha, e agora vem-me perguntar por estacionamento da Praça de Espanha! Reveja o seu voto, Senhor Deputado! Porque o seu voto foi contra a construção, desse silo de estacionamento na Praça de Espanha.-----

----- Relativamente à questão da rede ciclável.-----

----- A posição do PSD, também é muito clara, os Senhores são contra a construção da rede ciclável.-----

----- A rede ciclável da Câmara Municipal de Lisboa, é feita por engenheiros civis, pessoas que são certificadas, tem pela Ordem dos Engenheiros para aprovar todos os projetos sessão vertical e horizontal. Sabe quem é que também tem uma posição semelhante com a sua, o ACP, que pôs a Câmara em tribunal, questionando os estudos da Câmara, questionando se havia pessoas nas ciclovias, se os estudos estavam conformes.-----

----- Então vou-lhe dizer o que é que concluiu o tribunal perante a acusação do ACP, que era em tudo semelhante à do Senhor Deputado.-----

----- *“Não se provou que as mencionadas ciclovias, tenham uma utilização quase inexistente”,* foi a declaração do juiz. Também disse ainda *“que em matéria, de facto, não provado resultou circunstante de se ter provado exatamente o contrário, quanto à crescente utilização das ciclovias, conforme a monitorização do município, requerido facto, aliás, que também não deixa de ser notório e do conhecimento geral, pois, com a implementação das ciclovias tornou-se crescente a sua utilização incluindo nas duas ciclovias em causa nos autos”,* estamos a falar na Almirante Reis, neste caso e na Castilho, *“circunstância agora mais visível com a pandemia, não só como desporto, mas também para a deslocação, existindo pessoas que evitam devido à pandemia os transportes públicos”,* isto, são as palavras, do Senhor Juiz, que continua Senhor Deputado.-----

----- *“Não obstante mais que irá que a presente decisão, não obsta, naturalmente, a que o município requerido no exercício das suas atribuições e competências legais em progressão do interesse público, garanta continuamente a melhoria de condições de segurança existentes nas ciclovias, na via pública, designadamente, reforçando ou*

prevenindo eventuais questões que possam pôr em causa a segurança da circulação por parte de todos os utilizadores na via pública, incluindo peões, ciclistas, autocarros e veículos motorizados.”-----

----- A salvaguarda e a proteção do trânsito automóvel é nossa obrigação, Senhor Deputado! Aquilo quando o Senhor Deputado, diz que bom, bom, é termos todos no mesmo sítio, que foi a sua proposta agora nesta assembleia, é dizer que não há espaço para as bicicletas na cidade de Lisboa, porque as pessoas terão medo de andar no meio dos carros. É dizer que não há espaço para atravessar a estrada em segurança, porque as pessoas têm medo da velocidade com que os carros circulam a cidade de Lisboa. A sua posição é muito clara e foi completamente exposta neste momento, na Assembleia está no *youtube* e deve ser um hino da vossa campanha. -----

----- Fica muito claro aquilo que é posição do PSD, naquilo que me toca à mobilidade suave na cidade de Lisboa. A mobilidade que é feita num carro à velocidade que se o quiser, como quiser e pondo em causa a segurança de todos aqueles que estão à sua volta, e o PSD nunca escondeu esta posição, nunca o escondeu nesta assembleia e agradeço, Senhor Deputado, a franqueza, a frontalidade e a coerência, ao contrário de outros partidos, que o PSD tem sistematicamente manifestado sobre esta posição, no demais, a Câmara Municipal de Lisboa, cumprirá com aquilo que sempre disse. -----

----- Aceleramos a construção das ciclovias, usando ciclovias “*pop up*”, que nos permitiu chegar mais depressa e estender a rede mais depressa. Consolidaremos, se nos for dada essa oportunidade, as ciclovias com obras de fundo, com aquilo que é o que é a consolidação de que as soluções onde elas devem ser consolidadas. Reconhecemos com humildade, onde tivemos de corrigir e melhorar o que for feito, cumprimos aquilo que prometemos, também, na Almirante Reis, nomeadamente, com uma consulta pública, que permita a revisão do espaço público, de fachada a fachada, dói de ouvir não dói, Senhor Deputado, mas agora estou eu no uso da palavra. -----

----- Reutilizando o espaço público, de fachada a fachada, cumprindo aquilo que é a nossa promessa, uma discussão pública séria, uma discussão pública que saiba que está tal uma estação de metro com bocas de metro, uma sessão pública que saiba que estão lá árvores de grande porte, uma discussão pública, que se saiba que estão lá mais de duzentas e trinta árvores plantadas no separador central, uma discussão pública de quem conhece aquele espaço, que quem quer dinamizar aquele comércio, de quem quer melhorar as condições de circulação pedonal, e que realmente defenda os interesses cidadão. -----

----- O PSD vai sempre dizer que é favor na realidade e no mundo real, é contra, vota aqui contra nesta Assembleia, vota contra na reunião de Câmara, isto, tem que ser lembrado aos lisboetas. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Eu muito rapidamente, em relação ao processo da Cruz Vermelha, e respondendo ao Senhor Deputado do PSD, só partilhar e dar informação à Assembleia. -----

----- Eu também li várias coisas nas redes sociais e na comunicação social, mas dizer-vos o seguinte: a Cruz Vermelha, estamos a falar de cento e vinte cinco fogos, dos quais dezanove são alienados, dos quais dezanove não são nossos inquilinos, são proprietários que estão neste processo, tem o seu processo a ser acompanhado pela Direção Municipal de Gestão Patrimonial da Câmara, em articulação connosco. E dizer-vos que todos os moradores, todos os moradores, a todos os moradores foram feitas visitas às novas casas antes de qualquer auto de aceitação. -----

----- Também foi desde o início, comprometido com os moradores, e isso foi um compromisso, de quem está estava a gerir o processo na altura, e meu pessoal, eu reuni com todos os moradores em assembleia, e depois, praticamente individualmente, com todos, há um conjunto de moradores que me pediu agora e serão estes que têm a sua situação mais, que não estão de acordo ou com a sua situação, ou que têm questões dos seus agregados familiares, ou discordância, ou desagrado com as casas que foram visitar. -----

----- Mas dizer, que desde o início, desde o início que foi posta à consideração de que os moradores do Bairro da Cruz Vermelha, para onde, portanto, a nossa preocupação era que os moradores do Bairro da Cruz Vermelha onde melhor se sentissem, e foi posta à consideração de todos os moradores puderem ir para outras zonas da cidade, assim quisessem, para património reabilitado para o efeito ou ficarem nas imediações em património a reabilitar e que fosse reabilitado ao mesmo tempo que as pessoas decidiam. -----

----- Dizer-lhes que destes cento e vinte cinco fogos, tirando os dezanove alienados, estamos a falar de cento e seis fogos, de cento e seis famílias, das quais vinte e cinco já estão realojadas conforme quiseram noutras zonas. Cinquenta e uma famílias, cinquenta e uma famílias falamos em dar-lhe novas casas novas, naturalmente é sempre difícil, nós saímos da casa onde nascemos e, em particular naquele bairro, em que as pessoas acabaram as suas casas e criaram ali as suas famílias, mas também é verdade que foram eles que sempre reivindicaram melhores condições de habitabilidade, aquelas casas já tinham ultrapassado a sua vida. -----

----- Mas, portanto, isto, sobre a questão de promessas não cumpridas ou coisas mal percebidas. Desde o início, foi posta à consideração dos moradores, para onde queriam ir. Habitação não nos sobra e, portanto, nós estamos conscientes da importância de ter esta habitação e esta construção, vinte cinco foram realojados em outros sítios, porque assim, o decidiram. Cinquenta e um depois de fazerem visitas às novas casas aceitaram, fizeram o auto de aceitação das novas casas. Procurámos que no novo espaço, que será o novo espaço de vivência, fossem tidos em consideração aquilo que os moradores nos diziam no atendimento. As redes sociais que queriam ficar, vizinhos mais próximos que queriam ficar, porque davam apoio para manter as suas relações de vizinhança, as questões de mobilidade e as questões de dificuldade de mobilidade e as questões da saúde, portanto, que há um conjunto de moradores que não está agradado com as casas, sim, é verdade! Eu também li na comunicação social.-

----- Neste conjunto de moradores, também há moradores, que tinham a expectativa de terem casas iguais àquelas que tem hoje, nomeadamente moradores que hoje sozinhos vivem num T3 ou num T2 e que, na verdade aquilo que é a tipologia adequada era um T1, porque é uma pessoa sozinha, pode fazer, é uma pessoa sozinha. Nós sabemos que isso é complicado por causa da questão das mobílias e das coisas que são suas, e procuraremos o mais possível que as pessoas possam manter as coisas que são suas, até de relação afetiva. Agora convenhamos, todas as formulações da renda são ao abrigo da rede apoiada, em consonância com os seus rendimentos dos moradores, inclusive a questão de adaptar a situação de várias famílias, que estavam dentro do mesmo fogo foi acautelada, isto é, para melhorias que no fundo eram mais do que um núcleo autónomo, com um IRS autónomo, e que, na verdade se fossem todos juntos, não havia tipologia suficiente, foi acautelado isso. Agora que é um conjunto de moradores, como lhe digo, Senhor Deputado, eu também li a comunicação social e também, sei, porque estes moradores, me pediram uma reunião, aliás, está a ser agendada, de grupo em grupo, foi pedido pelos moradores, para porem as suas questões, o seu desagrado e procurámos solução a solução comum, agora, não tem a ver com o não cumprir promessas. Eu tenho uma palavra só, sei aquilo que disse aos moradores, sei também as orientações que foram dadas aos serviços neste processo, foram feitas dezenas de visitas, mesmo em situação de pandemia com cada uma das famílias. -----

----- Eu vou repetir os números. São cento e vinte cinco fogos, dezanove alienados e com esses moradores também, temos tido a preocupação de encontrar alternativa, foi posto, desde o início à consideração dos moradores, de irem para onde entendessem, agora há uma coisa que nós temos que cumprir, que são as tipologias que estão de acordo com o agregado familiar, quer para cima, quer para baixo, isto é, não pomos famílias numerosas em fogos pequenos, como também não deixamos fogos T3 com uma pessoa só lá dentro, mesmo se a tipologia original dessa família fosse um T3, é natural, quando foi atribuída era uma família grande, os filhos saíram ficou só uma pessoa, entendo a dificuldade, entendo a dificuldade emocional, até de saírem, agora, cento e vinte cinco fogos, dezanove alienados, vinte cinco já realojados, cinquenta e um já com aceitação. -----

----- Agora das minhas contas, e espero não me ter enganado na matemática, são trinta famílias, que ainda não estão satisfeitas com uma solução, procuraremos encontrar, naturalmente, a melhor solução, agora dentro daquilo que são as condicionantes e daquilo que a Regulamentação Municipal e a Lei da Renda Apoiada, nos confere de delimitação que temos, e era isso, que eu queria partilhar com a assembleia. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito bem, falta-me só a mim terminar. -----

----- Duas questões que ficaram para mim, uma o relatório do incidente do metro. Para dizer que, como, aliás, o relatório vai-nos permitir, foi realizado por um conjunto de pessoas, representantes, indicadas pela Ordem dos Engenheiros, pela Câmara, e pelo

Metro, e tem aquelas conclusões, essas conclusões estão a ser analisadas para podermos por um lado, ressarcir o Metro daquilo que foi o impacto e as consequências do erro, que foi assumido de imediato pelo Município de Lisboa. Por outro lado, corrigir aquilo que são os defeitos neste processo, para que situações do género não possam vir a repetir-se em nenhuma das outras e das muitas intervenções que ao longo das décadas, são feitas em situação de ter que ser salvaguardado, o espaço de intervenção e proteção dos tuneis do metro, e, portanto, é isso que estamos a fazer com a tranquilidade de que temos conclusões tiradas de forma clara. -----

----- Queria também deixar aqui uma palavra, à forma como foram comunicados os resultados do relatório, que parece que o Metro, tem o mesmo nível de responsabilidade que os restantes intervenientes, coisa que não é verdade. Para o Metro são deixadas algumas melhorias de informação e de interação, mas a responsabilidade, como é evidente, é de todos aqueles que donos de obra, projetista e diferentes empreiteiros e diferentes intervenientes, é que está lá nas conclusões. -----

----- Por outro lado, queria dizer, ao PSD, queria pedir um favorzinho. Fizeram uns cartazes, que falam dos centros de saúde, das unidades de saúde familiar, e enganaram-se. Para já, disseram, quer dizer foram um bocado precipitados, disseram, só há um centro de saúde, mas quer dizer, o mandato não tinha acabado e, portanto, há mais três concluídos, há seis em conclusão até ao final do ano, e há mais, desculpem, há quatro em conclusão até ao final do ano, e mais seis até junho de 2022, portanto, estão atrasados? Estão! Mas caso não tenham dado conta, estamos em pandemia! Há que desculpa! Claro, todos empreiteiro estavam lá todos e os trabalhadores! Não havia vírus! Não! Na cabeça do PSD, a pandemia é só para dizer aquilo que em ineficaz, não é para dizer as consequências que ela tem, que graça! Que graça! Quer dizer, a construção civil em Portugal, e a atividade produtiva em Portugal, esteve igual, Senhora Deputada! E não havia problema nenhum, foram os malandros dos empreiteiros e da Câmara Municipal, que não quiseram acabar as obras! Que malandros! Tenha juízo! -----

----- Muito obrigado. -----

----- Juízo político, claro!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Moreira. -----

----- Peço desculpa, não estava a olhar para aí, sim, faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, é apenas para acabar de gastar os cinquenta segundos que tenho, e responder ali um pouco ao Senhor Vereador Miguel Gaspar. ----

----- O Senhor Vereador colocou na minha boca palavras como disse estão a ser projetadas, estão a ser passadas no *youtube*, eu nunca falei que não correspondem à verdade. -----

----- Eu nunca falei do estacionamento na Praça de Espanha, eu nunca chamei à coação a ciclovia da Avenida Almirante Reis, falei, efetivamente de outros assuntos do qual Senhor Vereador, não respondeu porque não quis responder. Não respondeu sobre o concurso dos elétricos, não falou sobre a acessibilidade pedonal, não me falou, nomeadamente, sobre quem é que assina os projetos. Se são da autoria da Câmara, se são de entidades externas. Não falou do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, não me falou, nomeadamente, há aqui mais assuntos de que não foi falado e que teria agora de visitar quase vinte páginas de intervenção, e apenas colocou na minha boca palavras que nunca foram falei! Nunca lhe referi o estacionamento na zona Praça de Espanha, chamou à coação. Nunca lhe falei da ciclovia da Avenida Almirante Reis, como podia ter falado, mas não falei, podia-lhe ter falado também da ciclovia da Avenida, ali em Cabo Ruivo, que agora até me está a faltar o nome da avenida, nos Olivais, que recentemente, foi feito um pequeno estudo, em que em duas horas não passou lá uma única bicicleta, no entanto, reduziu-se uma faixa de rodagem, naquela avenida, numa avenida primordial, pelo menos para a Freguesia dos Olivais, para a de Marvila e para a do Parque das Nações, devia ter falado, mas não falei. -----

----- Disse"! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Isto foi uma intervenção do Senhor Deputado, que tinha consciência do tempo que tinha, mas a Câmara também tem tempo, se quiser usar, naturalmente, pode usar.”

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu não vou aqui perder muito tempo, que eu tive a ver aqui uma marca que indicia, que eu gosto muito de suplementos alimentares, mas não vou dizer a marca, mas há coisas que se tomam para a memória, Senhor Deputado e, de facto, o Senhor Deputado, falou da questão do estacionamento e, de facto, o PSD, chumbou o estacionamento na Praça de Espanha, não me ouviu, quando eu respondi de quem certifica os projetos as ciclovias, são engenheiros civis da Câmara, em alguns casos, nomeadamente, na área da gestão da mobilidade, que estão devidamente reconhecidos na Ordem dos Engenheiros e têm essa competência técnica, não ouviu, quando eu lhe disse isso, porque há outros engenheiros que se vão dedicar a outros mundos que não o da engenharia, mas na Câmara os engenheiros civis dedicam-se mesmo à aprovação das obras civis e daquilo que é a sua certificação. -----

----- De facto, há aqui uma questão que eu já tinha respondido, à questão do Plano Municipal de Segurança, noutra intervenção, a menos que o Senhor tivesse distraído, também, falei na questão da acessibilidade pedonal, e da importância contrária à sua posição defendida nesta assembleia, de convivência de todos os modos no mesmo espaço sem a devida salvaguarda e acalmia de tráfego, e, portanto, a importância de

reduzirmos as velocidades, a importância das obras de espaço público, a importância de cumprirmos o plano da cidade pedonal e as regras do manual do espaço público, que o fazemos, que fazemos, também, naquilo que são os contratos de mandatos das juntas de freguesia e transformação de espaço público e, portanto, tudo isso fazemos.--

----- Há, de facto, uma resposta que eu não lhe tinha dado, Senhor Deputado, e lamento por me ter esquecido, que foi a questão dos dez elétricos históricos da Carris., que como sabe, neste momento, já estão adjudicados e em curso os quinze elétricos normais da Carris, que são feitos pela indústria, é fácil comprá-los, os dez elétricos clássicos têm que ser reinventados literalmente, naquilo que é o seu desenho no cumprimento das normas em vigor quer na Europa, quer em Portugal, e é nesse processo de construção do caderno de encargos que Carris se encontra. -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado, e se se esquecer mais alguma coisa da sua intervenção, estou cá para ajudá-lo a lembrar-se. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está tudo esclarecido, vamos passar à frente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Senhoras e Senhores Vereadores,-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, boa tarde a todas e todos. -----

----- No passado dia 26 de junho, a investigadora do Instituto Superior Técnico Patrícia Paradiso, grávida de alguns meses, faleceu depois de ter sido atropelada por um carro na Avenida da Índia. A sua morte levantou uma onda de indignação, que juntou milhares de pessoas numa vigília, no passado dia 3 de julho, onde eu estive e esteve também felizmente o Senhor Vereador Miguel Gaspar, que se juntou a essa homenagem que era também uma exigência. O Senhor Deputado, também esteve? Ainda bem.-----

----- Era uma exigência por maior segurança das pessoas que se deslocam de bicicleta, era uma exigência por maior segurança para quem se desloca a pé na cidade. Era exigência que se exigia para uma estratégia da Câmara, uma estratégia para exigir zero atropelamentos no futuro próximo. Este não é um caso isolado. Há um ano infelizmente, juntámo-nos também, numa vigília no Campo Grande, mesmo em à Câmara Municipal de Lisboa, porque uma jovem foi atropelada por um carro que não parou num sinal vermelho e que ia em excesso de velocidade. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, se não é um caso isolado, precisamos de agir e quando a Câmara Municipal faz e faz bem, em fomentar o uso das bicicletas, e as deslocações a pé, e o

transporte público, e se as pessoas da cidade de Lisboa, já exigem alternativas seguras aos carros, então precisamos de ser claros sobre os objetivos que temos.-----

----- Senhor Vereador Miguel Gaspar, compreendemos o problema da pandemia, mas também sabemos que a pandemia foi em muitas cidades europeias razão para acelerar as ciclovias, quando é que esta rede irá ficar concluída? -----

----- Para quando é que poderemos ter uma estratégia para zero atropelamentos?-----

----- Hoje, acharemos, provavelmente, todos e todas que 2030 é longe demais, para esperar. Para quanto numa redução da velocidade dos carros na cidade de Lisboa, à semelhança daquilo que já acontece em várias cidades europeias com sucesso, como, por exemplo, Paris?-----

----- E ainda sobre mobilidade, saudamos a compra recente de quinze novos elétricos articulados, para renovar uma frota que tem mais de vinte anos, e o lançamento de um concurso para trinta novos autocarros elétricos, é muito importante. -----

----- Façamos essa resenha, desde 2017, ano em que a Câmara Municipal passou a ter a gestão da Carris, que só o Bloco e o Partido Socialista apoiaram, deixem-me recordar-vos, e com o acordo entre o Bloco e o Partido Socialista, a oferta dos autocarros da Carris aumentou 20%. Foram contratados mais 430 motoristas, foram lançadas carreiras de bairro e o passe navegante desceu de custo em todo o país, como nunca tínhamos assistido, até aos 12 anos, aliás, o passe é gratuito. -----

----- Lembramo-nos bem, a direita votou contra estas medidas, contra! A sua ideia para os transportes públicos é a privatização e o carro individual é o seu dogma, mas Senhor Vereador, compreende precisamos de mais! Precisamos de resolver imediatamente o problema do metro de Arroios, há algumas declarações, mas para quando? Que data?-----

----- Precisamos da expansão da Rede Gira. Para quando? Que data? Precisamos das ciclovias planeadas, quando é que chegaremos aos 200 quilómetros de rede de ciclovias?-----

----- Precisamos de abandonar a ideia da linha circular, que vai transformar as freguesias como Santa Clara, ainda mais periféricas, sem resolver os problemas da Ajuda ou de Alcântara. Precisamos de resolver os problemas das linhas de comboio que entram em Lisboa, para podermos ambicionar, pelo menos, retirar alguns dos carros que entram em Lisboa. É certo, não é competência da Câmara, mas sabemos da importância que a Câmara tem a falar com o Governo. -----

----- Lisboa não sobrevive com mais de meio milhão de carros ou com quase meio milhão de carros a entrar todos os dias na cidade, tantos como os seus habitantes.-----

----- Por isso, aquilo que pedimos, porque temos feito este caminho junto com o Partido Socialista, é que a Câmara Municipal, seja clara sobre as suas prioridades, sobre os seus atrasos, sobre a sua visão estratégica a estes problemas, porque sabemos que essa visão em conjunto, que essa visão de mobilidade, não será com a direita que ela será construída, mas tem de ser à esquerda -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----
----- A Câmara se pretender responder.” -----
----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----
----- Muito bem relativamente às questões colocadas, eu antes de mais, e relativamente à manifestação que houve na sequência da morte que existiu na Avenida da Índia, na Cidade de Lisboa, eu acho que nós devemos destacar, que eu acho que acabou ou está a acabar, mas eu acho que acabou o momento da indiferença à morte nas ruas da Cidade de Lisboa. Eu acho que é isso, principalmente aquela manifestação faz, acho que também devíamos ficar inquietos, nas outras mortes que temos, seja quando morre um peão numa passadeira, num passeio, seja quando morre um grupo de jovens como aconteceu na 2ª Circular, é verdade que circulavam a uma velocidade criminosa, mas morreram, na 2ª Circular. -----
----- Devemos sempre ficar inquietos, porque a banalização de uma morte, num acidente rodoviário, e há muitos que dizem hoje que não devemos usar a palavra acidente, porque a palavra acidentes acontece, e nós não devemos estar conformados com coisas que acontecem, e daí devermos todos fazer um esforço para usar a palavra dos sinistros, é algo que não nos deve manter conformados. Dizia a Engenheira Ana Tomás, uma vogal da ANSR no outro dia, que sobre esta matéria que se qualquer um de nós tivesse a perceção que num avião morria tanta gente como morre na estrada, provavelmente, não andávamos de avião, e isto não existe nos carros. Não existe no contexto da cidade, e esta inquietação de facto está a crescer na sociedade, eu acho que temos que nos juntar e ela, não usar aqueles momentos para ações políticas, porque acho que era disso que se trata, mas nós sermos mais um naquele grupo, pelo menos, foi esse o meu propósito, acho que mostra que a sociedade, que a nossa comunidade já não tolera estas mortes desnecessárias, trágicas e demasiado agressivas, e principalmente evitáveis, e acho que é isso que ficou claramente marcado naquela manifestação, e acho que é com base nessa manifestação, que nós temos de agir. -----
----- A cidade tem os seus tempos, nós não conseguimos mudar 1700 quilómetros de vias de um momento para o outro, temos que perceber que há um ritmo, mas também há ritmos mais rápidos do que outros e vontades mais rápidas para mudar do que outras. -----
----- A Cidade de Lisboa foi reconhecida, nomeadamente, como que venceu o prémio neste mandato da Capital Europeia da Mobilidade, pela nossa ambição de mudar, pela nossa ambição de evoluir, pela transformação que temos vindo a trazer à Cidade de Lisboa, e eu acho que é esse o caminho que nós temos que seguir. -----
----- Relativamente à redução de velocidade, eu recorde praticamente, eu estou aqui a olhar para o Senhor Presidente da Junta de Alvalade, por exemplo, que todos os CDC que nós fizemos, Alvalade foi um exemplo, a introdução de zonas 30, é cada vez mais uma prática regular. Nas intervenções que houve de espaço público, nos bairros de

Alvalade, creio que em todas, foram reduzidas a velocidade para 30 quilómetros por hora. -----

----- É nestas ruas onde as pessoas moram, nas ruas locais no quarto e quinto nível, que exista ou não exista uma lei nacional, como existe em Espanha de redução de velocidade para 30 quilómetros por hora, o que eu acho que é obrigação do município reduzir de uma forma muito objetiva esta velocidade, reduzir para os 30 quilómetros por hora ou 20 no caso de espaço coexistência, naquelas ruas, onde as pessoas moram mesmo aquelas ruas de bairro, com aquelas ruas locais, onde é para andar devagar, mesmo. -----

----- Temos que ser ambiciosos aí, acho que também é importante, que esta posição seja legitimada, vamos todos a votos, acho que isto pode perfeitamente estar nos programas eleitorais de cada um, e acho que é com essa legitimidade das eleições que devemos agir também sobre esta medida, uma medida que eu acho absolutamente estrutural para a cidade de Lisboa, ou seja a implementação na larga maioria da rede rodoviária da Cidade de Lisboa, na maioria dos 1700 quilómetros da Cidade de Lisboa, o limite dos 30 quilómetros por hora, naturalmente, salvaguardando aquilo que é a redistribuição, a rede principal, onde tem também outras funções e onde as medidas de proteção e de espaço também são diferentes e permitimos umas soluções diferentes. -----

----- Relativamente à questão da renovação de frota de elétricos a palavra não é correta, na verdade é acrescentar a frota de elétricos, os elétricos duram muito tempo e, portanto, basicamente vamos mais do que duplicar a oferta de 15.-----

----- Relativamente à Carris, também não é correto os 20%, na verdade crescemos mais de 26%, e reconheço, de facto todo o apoio do Bloco de Esquerda, nesta política ao longo deste mandato. -----

----- Relativamente ao Metro de Arroios, em bom rigor, não é uma questão da Câmara Municipal de Lisboa, como sabe, a informação que eu tenho neste momento é que, provavelmente, a obra estará concluída em setembro, espero que, assim seja.-----

----- Relativamente à questão da linha circular, acho que o Senhor Deputado está errado, mas não vamos fazer este debate. -----

----- Relativamente à questão da rede Gira, ainda hoje abriram mais três estações. Nós temos registado muitos atrasos em tudo o que é equipamentos, que venham de várias partes do mundo, no caso da Gira, são componentes eletrónicas, por vezes, são componentes, tudo o que é sistemas eletrónicos e bicicletas tem havido ruturas nas cadeias de fornecimento, o que levou ao atraso das estações Gira e das bicicletas. Apesar de tudo, estamos a recuperar bicicletas, ao dia de hoje temos mais bicicletas que alguma vez tivemos no sistema, temos mais de oitocentas e cinquenta bicicletas. Estamos a crescer numas estações, espero ainda este mês conseguir abrir pelo menos mais doze, se o fornecedor não falhar, é essa a promessa que temos, e também, está a arrancar um outro fornecedor para ao longo ainda do verão serem instaladas mais estações, não sei se ficam a funcionar por causa do processo, depois que a seguir de instalação da rede elétrica, etc, mas nas próximas semanas, digamos assim poucos meses a rede vai crescer muito. -----

----- Relativamente às linhas de comboio, concordo consigo, acho que se na cidade é inequívoca a aposta no andar a pé, no transporte público, na bicicleta, à nível metropolitana, a estratégia do comboio é absolutamente essencial, um comboio transporta mil pessoas, são oitocentos carros naquilo que é a ocupação média dos carros. Portanto se nós quisemos resolver os problemas da estratégia de mobilidade na Área Metropolitana, acho que é muito difícil fazê-lo sem os comboios, portanto, precisamos claramente de reforçar os comboios, e acho que no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) temos a maior aposta que tem sido feita no sistema ferroviário, desde que há memória, também, na Área Metropolitana. -----

----- E relativamente à questão da mobilidade e à estratégia, e eu recordo que foi já neste mandato, aprovamos a visão estratégia, o “*Move 2030*”, é uma visão muito clara, humanista, focada na pessoa, naquilo que é a melhoria da mobilidade da cidade de Lisboa, visão essa que mais uma vez, de facto, Senhor Deputado, foi claramente acompanhada pelos partidos à esquerda, um bocadinho menos pelos partidos à direita.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Vamos prosseguir, com o Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, -----

----- Senhores Secretários, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Senhor Vice-Presidente, pena que não esteja cá o Senhor Presidente, para dar a resposta que nós fazemos. -----

----- Eu começava apenas por fazer uma precisão, àquilo que disse o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, relativamente, à adesão do PAN, ao apoio, à municipalização dos transportes públicos. Não é verdade, consulte os seus arquivos e verá que, desde o mandato passado, portanto há oito anos, que nós apoiamos a municipalização dos transportes e, portanto, não queira criar uma narrativa inventada, um *fake news* relativamente a essa matéria. Portanto, transportes públicos não foram só vocês que apoiaram o PS, nós também apoiámos, não apoiamos foi nas outras coisas em que o PS falhou e vocês apoiaram, ou seja, quando, por exemplo, o Bloco de Esquerda sugeriu uma alternativa à solução que o PS tinha para a renda acessível, foi sugerida por vocês, é da responsabilidade conjunta do PS e do Bloco de Esquerda, e eu sugiro para que tirámos aqui a largueza das costas da pandemia, sugiro que no dia anterior ao aparecimento da pandemia, se veja qual era a posição das várias forças, relativamente, às questões, por exemplo, da renda acessível. Era já uma crítica forte, relativamente, aos atrasos e ao não cumprimento, das responsabilidades assumidas, e eram seis mil! Onde é que elas foram? -----

----- Mas deixemos agora isso de parte, e eu queria passar, aos campos de *padel* das Águas Livres. -----

----- Foi um processo difícil, foi muito acompanhado, pela vereação e pela Assembleia Municipal, chegou-se a um ensaio de solução, e, portanto, aquilo que eu pedia era o Senhor Vereador, que nos relatasse, o que é que decorreu, entretanto, e quais foram as soluções finais, que foram conseguidas. -----

----- Relativamente à renda acessível. -----

----- Gostávamos de ter uma tabela factual, de quais é que foram inauguradas, aonde e se estarão, de facto, disponíveis.-----

----- Relativamente à segurança rodoviária. Nós gostávamos de ter uma tabela, desde 2017 até hoje, que nos desse dados de sinistralidade, nomeadamente, por freguesias, para a Cidade de Lisboa e que possa enviar ao grupo municipal. -----

----- Relativamente à garantia da acessibilidade nas eleições autárquicas;-----

----- Em fevereiro, foi aprovada por unanimidade a recomendação do PAN pela garantia do direito ao voto para pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Esta recomendação previa que fosse realizado o levantamento de todos os locais que estão em incumprimento da lei em vigor, certificando-se de que este diagnóstico abrangia todos os edifícios e instalações onde poderão estar a funcionar as mesas de voto em futuros atos eleitorais, para que as situações que foram identificadas nas presidenciais fossem corrigidas atempadamente e fosse assegurada a acessibilidade destes locais nas eleições autárquicas de 2021.-----

----- A recomendação pretendia ainda que fosse assegurada uma maior acessibilidade por via da informação disponibilizada relativamente às mesas de voto e as condições de acessibilidade. Desta forma, perguntamos o que foi feito neste sentido, para garantir o direito ao voto a todas as cidadãs e cidadãos? -----

----- Finalmente, relativamente, ao Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar Animal.-----

----- Tem havido uma preocupação constante em garantir proteção reforçada e maior respeito pelo bem-estar dos animais, enquanto seres dotados de sensibilidade, no intuito de promover uma conduta cada vez mais responsável por parte dos proprietários e detentores dos animais, em especial, os de companhia, designadamente através da Lei n.º 8/2017 que estabeleceu um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal.-----

----- Continuamos a deparar-nos com um elevado número de denúncias apresentadas pelas associações zoófilas e pela sociedade civil às quais não é dada resposta por falta de meios das entidades de fiscalização, tornando-se igualmente necessário regulamentar a segurança de pessoas, animais e bens relativamente aos animais que deambulam na via pública, a par da necessidade de disciplinar alguns aspetos da identificação, posse, detenção, circulação na via pública e alojamento de animais no Município de Lisboa, e da execução de medidas de profilaxia médica e sanitária, que reforcem a proteção, a saúde e o bem-estar dos animais e simultaneamente o respetivo regime sancionatório.-----

----- Este executivo municipal tem-se negado a aprovar um Regulamento nesta área, apesar das suas competências, em sintonia com a posição do Grupo do Municipal do PS na Assembleia Municipal que chumbou as nossas recomendações, a 21 de junho

de 2016, a Recomendação 03/111 do PAN - Para a elaboração de um Regulamento Municipal do Animal do Município de Lisboa e a 21 de novembro de 2017, a Recomendação 003/07 do PAN - Criação de um Grupo de Trabalho que tenha por missão a elaboração de um Regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal. -----

----- Não obstante ter sido referido recentemente pelo executivo municipal, que estaria a ser elaborado um Regulamento de Bem Estar Animal pela autarquia, é para nós incompreensível que tendo sido encetadas diligências com o Grupo Municipal do PAN desde 2013, não se tenha sequer chegado a um projeto de regulamento nesta área, pelo que, perguntamos novamente e em definitivo, para quando um Regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal que tarda em não chegar? -----

----- Muito obrigado” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- A Câmara tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Sim muito rapidamente. Perguntas também não há assim muitas, mas perguntas propriamente ditas, há uma série de afirmações, que estaremos de acordo que é possível fazer melhor nalgumas áreas, mas na esmagadora maioria do que foi dito, de facto, também temos algumas opiniões diferentes e, portanto, não vale a pena. -----

----- Agora há duas ou três questões concretas, que eu queria referir, uma tem a ver, parece que é, penso que será justo, não tendo nós confirmado, mas confiando na palavra do Deputado Miguel Santos que o PAN, também faz parte daqueles que queriam e concretizaram a vinda da Carris, para o Município e, portanto, apoiantes desta solução. -----

----- Depois relativamente à renda acessível. -----

----- Quer dizer, é uma coisa indesmentível, nós não conseguimos pôr uma quantidade muito apreciável de projetos em concurso, mas ainda não os conseguimos concretizar. Há várias explicações para isso, depois, depende daqueles que querem melhor percebê-las ou não. Há explicações técnico-jurídicas que nos levaram imenso tempo numa discussão com o Tribunal de Contas, que acabámos por ter sucesso nela, há depois um conjunto de ajustamentos que temos que fazer àquilo que são as propostas, há as discussões públicas, e o caminho no PRA público de construção direta, que também é um caminho que precisa de desenvolvimento de projeto, concursos públicos, e tudo isto precisa de concursos públicos. -----

----- Há um número muito apreciável de casas, que estamos a concretizar e uma parte significativa distribuída durante este mandato, e há sem sombra de dúvida, uma quantidade muito apreciável de processos em curso, uns em concurso, outros em projeto, outros em concurso público do PRA público, e o que nós dizemos é, nós sabemos qual é o caminho, sabemos para onde é que queremos, mostramos

claramente que estamos a fazer esse caminho, a um ritmo a que a pandemia também prejudicou evidentemente, mas que se atrasou relativamente àquilo que todos gostaríamos. Agora não há nenhuma dúvida sobre a nossa intenção sobre o tema, já de outros não podemos dizer o mesmo, é isso que temos afirmado e que vamos continuar a sublinhar. Nós temos os processos todos a andar, não queremos que eles parem e espero que o PAN, também, não queira basicamente, é isto.-----

----- Houve um conjunto de questões que foram levantadas, relativamente, àquilo que, é uma evidência que o Município de Lisboa, fez uma progressão muito acentuada naquilo que são as suas políticas, relacionadas, com o bem-estar animal e com toda a forma como tratamos o tema no Município, está longe daquilo que o PAN gostaria, admito que sim! Mas o caminho é inequívoco, poderemos e certamente seremos capazes de fazer mais, não sei se tudo de acordo com aquilo que gostaria o PAN, por isso é que somos forças políticas e projetos políticos diferentes e, portanto, é isso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço desculpa, antes aqui o Vereador Ricardo Veludo pediu que tinha aqui umas questões, para responder.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Para esclarecer sobre a praça e o loco das águas livres, fazer um pouco o ponto de situação sobre isso.-----

----- Continuamos a fazer este trabalho de conciliação dos interesses entre os moradores do Bloco das Águas Livres e de outros edifícios contínuos da Praça das Águas Livres, também com os projetos de expansão das instalações do Ginásio Clube Português.-----

----- O Projeto do Ginásio Clube Português, que foi submetido um pedido informação prévia, na apreciação pelos serviços de urbanismo tinha alguns incumprimentos e foram trabalhados em conjunto soluções, que devem dar origem ainda durante esta semana a submissão de uma nova versão do projeto, que contamos que resolva as situações identificadas na sua primeira apreciação, e possam conduzir à aprovação ou melhor à homologação favorável dessa informação prévia.-----

----- Relativamente, aos campos de *padel*, e também, é uma intervenção que, entretanto, nos foi proposta, pela Associação dos Moradores, relativamente, à Praça das Águas Livres, em que com a colaboração de um arquiteto paisagista, fizeram-nos uma proposta muito concreta de intervenção, que está a ser discutida com o Departamento de Espaço Público da Câmara Municipal de Lisboa, e estamos nesse âmbito a procurar conjugar, por um lados os desejos dos moradores, relativamente, a essa praça onde se incluirá a desmontagem que já estava acordada dos campos de *padel*, que estão à quota dessa Praça das Águas Livres, e com um novo projeto,

portanto, nós estamos a trabalhar, quer com a Associação de Moradores, quer com o Ginásio Clube Português. Mas a coisa mais satisfatória de todas, é que a Associação Moradores e o Ginásio Clube Português, já reúnem diretamente, e estão a articular diretamente as ideias de uns e de outros, portanto, é uma evolução muito positiva que está a acontecer, portanto ainda não estamos no ponto de ter o projeto do Ginásio Clube Português, em condições de ser homologado e, entretanto, os moradores como resolveram esse problema já subiram a fasquia, agora querem transformar a praça e nós estamos a acompanhá-los nesse desejo, é este o ponto de situação, Senhor Deputado. -----

----- Muito obrigado, pela pergunta.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Também parece que faltou passar a palavra à Vereadora Celeste Correia, para falar das questões que foram colocadas.” -----

----- **A Senhora Vereadora Celeste Correia,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Senhor Deputado Miguel Santos, eu quero relembrar o seguinte. Já há algum tempo, a Senhora Provedora dos Animais de Lisboa, propôs-se elaborar uma proposta de Regulamento Municipal de Proteção Saúde e Bem-estar Animal, ótima ideia, ótima iniciativa. O *draft* foi remetido aos serviços da Câmara, para que dessem os seus contributos. Os serviços corresponderam, propondo as alterações consideradas adequadas, contributos que não foram consideradas na segunda versão. O Senhor Deputado, afirmou que o executivo se tem negado a aprovar o Regulamento do Bem-estar Animal, eu quero relembrar o seguinte, Senhor Deputado, é que foi tornada pública a intenção governamental de proceder a alterações legislativas, que tanto quanto julgamos saber, delegará nos municípios algumas das atribuições que nesta matéria estão atribuídas à administração central, pelo que, considerando extemporâneo avançar com qualquer proposta, até que sejam publicadas as novas diretivas, acho que concordará comigo que esta decisão é sensata e é correta. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, com a cedência de tempo do Senhor Deputado Raul Santos e Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, -----

----- Senhores Secretários, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Senhores Deputados Municipais. -----

----- Três questões concretas, nesta sessão de perguntas à Câmara. -----

----- A primeira relativamente à Bedeteca. -----

----- A Bedeteca foi um equipamento que foi lançado, aliás, no tempo do Partido Socialista, pelo Presidente João Soares, que foi durante muitos anos, uma referência no setor e que fez há pouco tempo 25 anos. Dizia o “Público” numa notícia sobre os 25 anos, “*que a Bedeteca, foi uma bela história que se apagou*”, o que olhando para a realidade constata-se que, infelizmente, é verdade.-----

----- Bem sei que o equipamento transitou para a Junta dos Olivais, no entanto, penso que a Câmara, dado inclusivo o histórico da Bedeteca e daquilo que ela já foi no setor, deveria tentar redinamizar em conjunto com a Junta de Freguesia dos Olivais a Bedeteca, e, portanto, perguntar à Câmara, na área da cultura, o que é que tem previsto fazer nessa matéria?-----

----- A segunda questão na área da mobilidade e do estacionamento. -----

----- Relativamente, ao parque que está em construção na Rua António Gonçalves, há um parque de estacionamento na rua António Gonçalves, que está neste momento em construção e que tem a abertura prevista para o início de agosto, segundo o *site* da EMEL e perguntar à Câmara se, de facto, se mantém a previsão da abertura para o início de agosto? -----

----- Perguntar também, em matéria do espaço, e designadamente a Rua António Gonçalves, visto que existem 114 lugares de estacionamento de um lado e de outro, se esses lugares fora do parque se vão manter ou não? Porque se for a intenção da Câmara através de uma reabilitação de espaço público retirar esses lugares, a soma vai ser praticamente uma soma zero. -----

----- E perguntar em relação aos residentes que tipo de tarifários ou de avenças ou de condições é que vão existir? Porque a Câmara muitas vezes alega que este é um parque que visa compensar a perda de lugares, quer no Bairro Lopes, quer no Alto da Parada, com aquilo que vai ser feito e os residentes podem parar nessas zonas neste momento, desde que tenham dístico, sem ter que pagar e, portanto, quais são as condições que vão ter neste parque de estacionamento? -----

----- Última questão, para terminar em relação a uma recomendação que foi aprovada aqui no dia 30 de março na assembleia, que eu propus, que foi aprovada por unanimidade, relativamente a questão da transparência e ao acesso às deliberações e às propostas da Câmara Municipal, já passou todo este tempo, não temos qualquer novidade nessa matéria e, portanto, perguntar à Câmara, se tenciona cumprir a recomendação e o que é que tem feito para dar cumprimento à mesma. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- A palavra à Câmara para concluir este ponto.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Catarina Vaz Pinto e depois Vereador Manuel Gaspar e, por fim, eu próprio. Vereadora Catarina Vaz Pinto. Acho que falta de facto, o sinal. Talvez o Vereador

Miguel Gaspar, possa começar e depois aguardamos que a Vereador Catarina Vaz Pinto regresse.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:
----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Relativamente ao parque da Rua António Gonçalves, que, aliás, foi visto juntamente com a Freguesia da Penha de França. Não mudamos nada na rua, ou seja, a primeira resposta, é não, não vamos mexer no estacionamento na envolvente, basicamente, é um parque que é provisório no sentido que naqueles terrenos é previsto um desenvolvimento urbanístico, já tive aqui a oportunidade de dizer. A altura também que temos todas as condições para se necessário for colocar o estacionamento e estruturas nessa altura, portanto, não há aqui nenhuma questão maior sobre essa questão. É um parque que mais do que o Bairro Lopes diria eu se é verdade que isto é tudo vasos comunicantes, mas está mais próximo da Paiva Couceiro, e do estacionamento da Paiva Couceiro, da própria Mouzinho de Albuquerque, ajudando neste lado, também vai ajudando o Bairro Lopes, no fim, há um efeito de mancha de óleo dum lado para os outros, mas é um parque que houve o compromisso da Câmara Municipal de Lisboa de o fazer. -----

----- Houve também o compromisso da Junta de Freguesia, de também, garantir a presença, nomeadamente durante a noite de segurança nesse parque, para que seja um parque acompanhado e que as pessoas estejam confortáveis para o utilizar, e basicamente, é isto. -----

----- Este parque também surge na sequência da proposta, que eu referi aqui há pouco o voto contra do PSD, que foi aquela proposta de relocalização dos parques na cidade de Lisboa, nomeadamente a questão da Paiva Couceiro, também aqui queremos construir um parque definitivo, na Paiva Couceiro, que um parque que não passe por aquilo que era o projeto original datado de uma época passada, em que punha em causa o jardim. O parque está neste momento a ser reequacionado com um jardim com uma praça, com o jardim que lá está, inclusivamente, com um micro túnel que possa que nos permitiu aumentar a Praça Paiva Couceiro, aumentar a área de usufruto das pessoas sem pôr em causa aquele sistema rodoviário da Mouzinho de Albuquerque para depois para as Olaias nessa ligação. -----

----- Sobre o Bairro Lopes, também já tive oportunidade de falar sobre isto. Dizer que tivemos uma caminhada bastante frutífera com os moradores do Alto São João, onde a Câmara, teve oportunidade de mostrar os planos que temos para toda essa zona, não só os planos que temos do silo que foi feito pelo Departamento do Arquiteto Pedro Dinis, já há um esboço que temos que já foi para a EMEL para se, de facto, se consolidar aquela colina entre a zona da cota entre a Mouzinho de Albuquerque e o Alto da Parada de São João e colocar aí o parque de estacionamento. Também, avaliar outras possibilidades de outros silos na proximidade, nomeadamente, até com as Juntas de Freguesia, um conjunto de obras de espaço público, portanto, temos uma visão integrada do bairro, mas também deixe-me sublinhar isto, e não quero ser mal interpretado aqui porque, mas porque, enfim, vou ter que recordar o momento trágico,

mas é importante que ele seja recordado. Nós tivemos recentemente um incêndio na Rua Morais Soares, onde temos a lamentar, duas pessoas e onde mobilizou uma resposta mais de quarenta viaturas de socorro que, na Morais Soares atenderam àquela emergência. Quando nós ordenamos o estacionamento nestes bairros, incluindo, do Bairro Lopes, e com toda a gente diz, “*sempre se estacionou em cima do passeio, porque é que agora não posso continuar a estacionar*”, é exatamente por causa daqueles dias, como vivemos agora na Morais Soares, que é importante garantir o acesso, a largura das vias, a livre circulação dos meios de emergência e segurança de todos, e isto também, foi explicado à população no local, com propostas concretas no local, acho que houve compreensão disso mesmo, e acho que com esta democracia participativa e de proximidade e também levando os serviços todos, foram muitos serviços que lá foram, o Regimento Sapadores, o Departamento de Espaço Público, da EMEL, quer a mobilidade, eu acho que isto aproxima os cidadãos das tomadas de decisão política e acho que, nesse sentido foi uma muito boa caminhada. -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vereadora Catarina Vaz Pinto:” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Em relação à Bedeteca, na verdade, nós estamos conscientes do valor que aquele acervo tem, ele continua a estar lá na Biblioteca dos Olivais. Neste momento, estamos a preparar um projeto de reabilitação da própria biblioteca, e só depois disso, porque ela realmente precisa de obras de reabilitação, e está a ser trabalhado com a Junta e só depois disso, portanto, no próximo mandato dar um novo folgo àquele espaço. -----

----- Eu lembro, no entanto, que muitas vezes estes espaços vivem ainda dos seus coordenadores, no caso, o auge da Bedeteca, teve a ver com facto do João Paulo Cotrim, estar à frente daquele equipamento e nem sempre é fácil encontrar assim pessoas tão emblemáticas, passarem à frente dos equipamentos, mas para nós, é um projeto que temos é efetivamente de revitalizar aquele espaço. -----

-----Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Resta-me a mim, a questão que foi colocada pelo Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, sobre a questão da publicitação dos documentos, ordens de trabalho, propostas que dizem respeito às reuniões de Câmara.-----

----- Previamente, gostava de dizer que, independentemente de nós estarmos a construir todos os mecanismos necessários para lhe dar execução aquela recomendação, já hoje, todos os municípios têm acesso a todos os documentos que resultam das reuniões de Câmara, a todas as propostas, toda a ordem de trabalhos, previamente, à ordem de trabalhos de todas as reuniões, é publicada no respetivo *site* da Câmara. Todos os documentos são enviados para a Assembleia Municipal, para um

conjunto de e-mails que estão, para que esse fluxo de informação possa fluir e também, portanto, obviamente, teriam sempre acesso ao Boletim Municipal, mas ainda assim antecipadamente, e na altura na distribuição para CML, vem para AML, e, portanto, tudo isto está e permite descortinar tudo o que é discutido na Câmara Municipal. Obviamente, a possibilidade de ter acesso a documentos que não são finais, que podem sofrer alterações, é o passo seguinte, ele foi condicionado aqui com duas questões, uma primeira que tem a ver com o fecho do processo das reuniões digitais da Câmara Municipal que sofreu agora aqui um atraso, no final do ano e, portanto, no próximo mandato ande começar digo, eu, ao fim de algumas semanas, com possibilidade de fecharmos este processo e com algumas questões relacionadas com dados pessoais nas propostas, que também criaram aqui algumas dúvidas.-----

----- Mas tão breve quanto possível isto passará a ter a possibilidade de todas as questões que estão em cima da mesa, só há uma por concretizar que é conhecer as propostas para a reunião de Câmara à *anteriori* publicamente para todos os municípios, e é essa que vamos trabalhar nela e disponibilizá-la tão breve quanto possível. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Para terminar, Senhor Presidente, eu penso que já estou ali mesmo no fim do meu tempo. -----

----- Gostava de dizer sem nenhum tom demasiado provocatório, que esta reunião foi bastante elucidativa daquilo que é a postura de diferentes grupos parlamentares, digamos, diferentes grupos da Assembleia Municipal, nomeadamente, relativamente àquilo em que estamos mais focados. Uns estão mais focados naquilo que é resolver os problemas das pessoas, nomeadamente, aqueles que estão relacionados com a pandemia continuar a não deixar que e até acelerar todo o processo de investimento municipal, contribuindo dessa forma para acelerar a economia, e podemos sair tão rápido quanto possível. Outros, não digo que não estão preocupados com isto, mas, de facto, politicamente estão muito mais focados nas pequenas coisas, no cartaz que tem uma imagem que não é de Lisboa, naquilo que é os erros que a Câmara comete como estrutura, depois tentando assacar responsabilidades políticas estritas disso, enquanto nós, de facto, temos que ter nervos de aço para aguentar tudo isso, e ao mesmo tempo, estamos de facto, preocupados com aquilo que é importante para as pessoas, e as pessoas devem ser capazes de reconhecer isso, digo eu, que é preocupados com resolver os problemas, nomeadamente, um, que temos que ter grande força para o resolver, que é a questão da pandemia e todos os seus impactos. -----

----- Muito obrigado a todos.”-----

---- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 369/CM/2021 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA À RUA BRITO CAMACHO, COM 68,2 M2, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA O), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A **Proposta nº 369/CM/2021** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O **Parecer 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 369/CM/2021** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, está concluído este ponto, relativamente, ao ponto 3, a Petição 5/2021, como o Peticionário não pode já intervir a esta hora, portanto, vamos adiar este ponto, e vamos passar aos restantes, que também precisam de ser aprovados. -----

----- Portanto, passamos ao ponto 4, Proposta 369/CM/2021, “Desafetação do domínio privado municipal de uma parcela de terreno sita a Rua Brito Camacho”, tem os erros materiais cuja correção foi comunicado, há um Parecer da 1ª Comissão, que foi relatora a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, não sei se a Senhora Deputada faz questão ou prescinde da apresentação? -----

----- Prescinde, muito bem, muito obrigada, então, não há ninguém inscrito, vamos passar à votação.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 369/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Teresa Craveiro, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa. A **Proposta 369/CM/2021** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (**Ausência dos Deputados Municipais Independentes Miguel Graça e Paulo Muacho** nesta votação) -----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----

----- **No considerando a):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*sita à Brito Camacho,* "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*sita à Rua Brito Camacho,* "(...). -----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 449/CM/2021 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO EXERCÍCIO PELA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA DAS SUAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES E RESPETIVA MINUTA, BEM COMO A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2022 A 2029, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO ARTIGO 22, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO N.º 3 DO ARTIGO 46.º-B DA LEI N.º** -----

73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;-----

----- (A Proposta nº 449/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 1ª. COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente referente à Proposta 449/CM/2021 fica anexado à presente ata como como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos então passar ao ponto 5, Proposta 44/CM/2021, tem os erros materiais que foram comunicados, tem um Parecer da 1ª. Comissão Permanente, pergunto se o Senhor Deputado Hugo Lobo pretende apresentar ou prescinde da apresentação do relatório? Prescinde.-----

----- Agora tem a palavra quem estiver inscrito, faz favor.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra deu conhecimento do seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia, do PCP-IND.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP- IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez boa tarde a todos.-----

----- Esta é uma proposta que dá gosto aprovar, particularmente a nós PCP, porque ela decorre da necessidade de garantir condições financeiras para a manutenção de um sistema integrado de transportes na Área da Metropolitana de Lisboa.-----

----- Importa aqui referir que enquanto muitos se deparavam que tal era impossível, mesmo observando outros exemplos europeus em que isso acontecia, o PCP sempre reivindicou uma uniformização dos títulos de transporte na AM de Lisboa e na AM Porto, pois se generalizou a outras zonas do país.-----

----- A criação do Passe Social Intermodal com um valor de 40 euros constituir um avanço na mobilidade de cidadãos na AML ao mesmo tempo que desagrovou financeiramente a vida das famílias.-----

----- Muitos criticaram esta opção e em especial os partidos de direita, aqueles que já tinham a Carris, o Metro, os comboios, etc., com clientes apalavrados para serem privatizados, ignorando que a maior parte dos utilizadores de transportes públicos na Área Metropolitana gastava mais de 90 euros das suas colocações.-----

----- Agora que o Passe Social Intermodal está garantido e esta medida, sublinho, deve vir para ficar, não é uma questão de Governo, não é uma questão de direita ou de esquerda, penso que devemos ver isto como algo que deve ficar e deve perdurar sob pena de pormos em causa todo o processo de mobilidade que temos vindo a falar aqui ao longo destes anos.-----

-----Importa que o Governo aumente a sua comparticipação de forma a baixar ainda mais, a Intermodal, de forma a baixar ainda mais a sua aquisição, já defendemos publicamente que temos de criar condições para que este preço ainda possa ser mais baixo, possa vir para os 30 euros, para além disso, importa continuar a melhorar os

meios de transporte coletivo e aí vem a Carris Metropolitana, com melhores autocarros e melhor mobilidade para que os utiliza, bem como a criação de uma nova rede e de novas linhas, esta medida, de facto, é daquelas que dá gosto aprovar. Muito boa tarde.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra deu conhecimento do seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Miguel Gaspar.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, muito rapidamente e não contradizendo nada do que o Senhor Deputado disse da importância desta Proposta, daquilo que a alteração do Passe, na verdade este contrato de delegação de competências tem outra coisa agarrada, Senhor Deputado, que é a questão da Carris Metropolitana, naquilo que é o aumento de 40% da oferta de transporte público que, como é natural, tem que ser paga porque é serviço público e, de facto, é nesta política que estamos todos unidos, de financiamento de transporte público que esta proposta também aloca verbas para o aumento do serviço público, para mais 44% de rede para autocarros novos com um ano de idade média no início do contrato e, portanto, por uma verdadeira revolução no transporte Metropolitano da Área Metropolitana.-----

----- Reconheço que será operado por privados, talvez por isso o PCP não o terá referido explicitamente, mas ainda assim, não deixa de ser uma coisa em que estamos todos juntos, felizes também acontecer esta melhoria do transporte público nesta Área Metropolitana. Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, vamos passar agora à votação.”-----

----- **Proposta 449/CM/2021,** não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e os (as) Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro.-----

----- **A Proposta 449/CM/2021 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Não estavam presentes na votação desta proposta os Senhores Deputados Municipais Independentes Miguel Graça e Paulo Muacho)-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:**-----

----- **No ponto 2 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) " 2. Submeter à Assembleia Municipal a autorização, "(...)" da despesa e compromissos "(...);-----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) " 2. Submeter à Assembleia Municipal a autorização, "(...)" para a realização da despesa e compromissos "(...).-----

----- **Onde consta:**-----

----- “(...) Anexos: -----
----- 1. Minuta de acordo de financiamento -----
----- 2. Proposta de repartição de encargos e compromissos plurianuais“ (...); -----
----- **Deve constar:** -----
“(...) Anexos: -----
----- I. Minuta de acordo de financiamento -----
----- II. Cabimento“ "(...). -----
----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 58/CM/2021 - PLANO DE GESTÃO FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA G (2 X GRELHA B - 2 HORAS);** -----
----- (A Proposta nº 58/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante) -----
----- **PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----
----- (O Parecer da 4ª Comissão Permanente relativa à Proposta 58/CM/2021 fica anexado à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante). -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Vamos passar ao ponto 6, Proposta 58/CM/2021, “Plano de estação Florestal do Município de Lisboa”, é o Relator o Senhor Deputado José Borges, pergunto, se quer apresentar. Prescinde da apresentação. -----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----
----- Senhores Secretários, -----
----- Senhores Deputados, -----
----- Senhores Vereadores.-----
----- Começamos por lembrar que um Plano de Gestão Florestal é um instrumento de ordenamento florestal de explorações, que regula as intervenções de natureza cultural ou de exploração e visa a produção sustentada de bens ou serviços originados em espaços florestais, determinadas por condições de natureza económica, social e ecológica, e contrariar todos os meios, quando os nossos próprios apodrecem por aí num lugar qualquer, e daí até aos exageros da limpeza florestal tem sido uma verdadeira limpeza de árvores pelo país, desde bermas, de estradas nacionais, umas vezes necessárias, outras não, até aldeias inteiras descaracterizadas, quando se coloca em risco não a floresta em si, mas é o desordenamento territorial e paisagísticos. -----
----- Aquilo que nós criticamos, é a falta de detalhe nas respostas, apenas se diz que foi feito isto, que foi feito aquilo, mas não há detalhe. À primeira vista, parece-nos excessivo a limpeza que foi feita, e, portanto, vamos acompanhar, favoravelmente a votação, mas solicitávamos que estas coisas fossem minimamente detalhadas, e fosse

dada informação aos Grupos Municipais, para podermos fazer uma avaliação clara daquilo que se quer fazer e que se faz.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Borges, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Cumprimentar a Mesa, os Senhores e Senhoras Vereadoras,-----

----- Cumprimentar os Senhores e as Senhoras Deputadas,-----

----- Uma nota muito rápida, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a propósito deste plano.-----

----- É um plano que reflete a visão estratégica da Câmara Municipal Lisboa nos últimos anos, para Monsanto. É também um plano que vem no seguimento do anterior e, portanto, consubstancia muito daquilo que tem sido a aposta deste executivo no Parque Florestal de Monsanto, e que acaba por ter aquela compensação que, apesar de simbólico é muito relevante de ser neste momento, a única mata existente na Europa classificada, e isso não pode deixar de demonstrar, de facto que há um investimento, que há uma política orientada para a valorização da mata de Monsanto, que tem uma parte mais visível, tido o controlo de espécies invasoras, mas também uma limpeza de matos, que é uma verdadeira limpeza de matos sem comprometer o ambiente e a biodiversidade da mata de Monsanto, portanto, referir, sobretudo trabalho deste executivo, na valorização da mata de Monsanto e este plano é mais um ponto nessa valorização.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Não tenho mais nenhum Senhor Deputado inscrito, vamos passar à votação.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 58/CM/2021**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e os (as) Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta 58/CM/2021 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **(Ausência dos Deputados Municipais Independentes Miguel Graça e Paulo Muacho nesta votação).**-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:**-----

----- **No considerando D:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- *(...) "alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º"(...);*-----

----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º conjugado com o n.º 1 do artigo 14.º "(...). -
 ----- **No considerando E.:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "ao Boletim Municipal n.º 1301, de 2020/03/19, "(...);-----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "ao Boletim Municipal n.º 1361, de 2020/03/19, "(...).-----
 ----- **Na parte deliberativa:**-----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "alínea a) n.º 1 do artigo 33.º, da alínea h) n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."(...);-----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "alínea a) n.º 1 do artigo 33.º, da alínea h) n.º 1 do artigo 25.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."(....). -----
 ----- **PONTO 7- APRECIACÃO DA MOÇÃO 155/01 (MPT) – “PELA REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO DE INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA DE IMIGRANTES NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CAXIAS”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----
 ----- (A Moção nº 155/01 apresentada pelo MPT – ‘Pela revogação de instalação do Centro de Instalação Temporária de Imigrantes no Estabelecimento Prisional de Caxias’, fica anexada à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) --
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Vamos passar ao ponto 7, Moção 155/01, apresentada pelo MPT, “Pela revogação do protocolo do Centro de Instalação Temporária de Imigrantes no Estabelecimento Prisional de Caxias,”, não sei se o Senhor Deputado quer usar da palavra?”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, quero sim.-----
 ----- Senhor Presidente,-----
 ----- Senhor Vice-Presidente,-----
 ----- Senhores Vereadores,-----
 ----- Caros Colegas,-----
 ----- Público presente.-----
 ----- O Partido da Terra entendeu apresentar nesta sessão plenária uma Moção pela revogação do protocolo de instalação do Centro de Instalação Temporária de Imigrantes no Estabelecimento Prisional de Caxias, porque acreditamos que colocar imigrantes que estão à guarda do Estado em situação irregular, não porque constituam qualquer ameaça à segurança nacional ou por que sejam suspeitos que tenham cometido algum crime, mas apenas detidos por irregularidades com a sua

documentação, coloca-los, dizia eu, num espaço físico, cujo o simbolismo está diretamente relacionado com a criminalidade e que, no caso concreto, de Caxias está tristemente associado às detenções por motivos políticos durante o Estado Novo, atenta contra a dignidade, contribui para a estigmatização deles como invasores ou criminosos e contraria todas as orientações e internacionais em matéria de acolhimento destes nossos semelhantes. -----

----- Caros Colegas, apesar de termos tomado conhecimento de que uma semana e meia, após termos submetido a presente Moção, o Senhor Ministro da Administração Interna, decidiu emitir um despacho que suspende este projeto, no Partido da Terra, decidimos manter a nossa Moção, porque, para nós suspender, não significa abandonar definitivamente esta solução que não preconizamos. -----

----- E esta diferença, Caros Colegas, não é pura semântica, não é um mero preciosismo linguístico, trata-se isso sim, de uma pura manobra de diversão para quando o momento for oportuno, apresentar o Centro de Instalação Temporária em Caxias, como um facto, consumado. -----

----- Mas para que não restem dúvidas do que acabo de dizer, basta verificar que o mesmo Ministro, que agora diz pretender suspender a instalação deste centro em Caxias, é precisamente o mesmo responsável governativo, que a 12 de junho, do corrente ano, afirmava em sede da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, que a hipótese de Caxias se encontrava ainda em fase de estudo, repito ainda em fase de estudo, quando, na realidade, o protocolo de cedência da ala sul, daquele estabelecimento prisional para a instalação deste centro para imigrantes tinha já sido assinado entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, no passado dia 1 de fevereiro. -----

----- Independentemente dos truques ou dos fantasiosos despachos do Senhor Ministro da Administração Interna que, aliás, fazem já parte do anedotário nacional, a realidade é que estes imigrantes em situação irregular, não cometeram qualquer tipo de crime, nem estão a cumprir qualquer pena, pelo que no Partido da Terra, entendemos que este protocolo de cedência, deve ser definitivamente revogado, encontrada uma solução alternativa, condigna que garanta a estes imigrantes, o respeito dos seus direitos fundamentais, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ambos ratificados por Portugal. -----

----- Senhor Presidente, Caros Colegas, é por todos estes motivos e porque entendemos que o despacho do Senhor Ministro da Administração Interna apenas adia a solução, mas que não resolve o fundo da questão, que o Partido da Terra decidiu manter hoje aqui esta sua Moção. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Avelãs.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Caros Deputados. -----

----- Estar a revogar um protocolo que já foi publicamente afirmado, que já não está em vigor, que já foi ele próprio revogado é um ato rigorosamente inútil, pelo que, em nome do bom senso, eu peço ao Senhor Deputado do MPT que retire a proposta.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José António Borges, do Partido Socialista.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Umhas breves palavras em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em primeiro lugar, para reiterar aquilo que o Senhor Secretário aqui disse. Nós não podemos deixar de considerar que é um momento de diversão política, do Senhor Deputado do MPT vir aqui usar um palco que, em primeiro lugar sobre políticas municipais do município de Lisboa, para um não tema que não é, nem que não tem apenas, não tem que ver com competências deste fórum, como não se localiza geograficamente dentro das fronteiras do Município de Lisboa, porque Caxias imagine-se é em Oeiras.-----

----- Portanto, para além de já não haver matéria, para além da questão geográfica estar comprometida, aliás, o Senhor Deputado, teve por hábito este mandato, usar este fórum para trazer questões, que, enfim, só com grande imaginação política é que podem ter que ver com este município, porventura, lembrando-se dos tempos que foi eurodeputado e certamente, desejando tempos em que já não será Deputado Municipal, mas quem sabe noutra fórum qualquer o que não acontecerá brevemente. --

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, José Inácio Faria, muito bem, tem tempo, com certeza.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Não é muito bem, não sei quem disse muito bem, mas não é muito bem de facto. E não é muito bem quanto ao Deputado António Avelãs, ...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O que eu queria dizer muito bem, porque tem tempo para falar. -----

----- O que eu lhe queria dizer é que tem tempo para falar, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, agradeço.-----

----- Ao Deputado António Avelãs, isto não é, isto é uma suspensão. Eu quero que seja revogado, definitivamente, e isto é o que não está em cima da mesa e, portanto, é para isto que servem as moções, e já agora ali ao Senhor Deputado do PS, que vem sempre aqui com tiradas despropositadas, deixe-me dizer-lhe que existe, leia o Regimento desta Assembleia, e verá lá, a figura das moções, as moções, é precisamente para isto, porque o Senhor Deputado, eu hei de procurar nas moções que foram apresentadas, e que o Senhor apresentou aqui também, também consta lá algumas que extravasam os limites do município, deste Município de Lisboa, onde o Senhor é Deputado, e eu também. -----

----- Portanto, despropositado aquilo que veio aqui fazer em cima, e quanto à proposta apresentada pelo Senhor Secretário, o Partido da Terra, mantém a sua moção para ser aqui votada. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, assim se fará, será votada. -----

----- O Bloco de Esquerda, pediu em separado o ponto 1 e 3, muito bem. -----

----- Se faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, é só, enfim, em jeito de defesa da honra, o Senhor Deputado fez uma moção despropositada, considerar que as minhas intervenções são despropositadas, e ficar sempre ofendido quando alguém faz uma declaração que compromete as suas posições políticas, eu, deixe-me parafrasear, Mao Tse-tung, quando dizia “*que a política não é um convite para jantar*”, e o Senhor Deputado não pode ficar chateado por nós discordarmos de si e fazemos-lhe de forma incisiva, até porque é muito sistemático, o Senhor Deputado acabar por defender a sua honra quando alguém discorda de si. Faz parte do exercício democrático, nós gostávamos que as moções que o Senhor Deputado aqui traz tivessem mais que ver com o Município de Lisboa, mas isso, também fala muito do estado da oposição em Lisboa.--

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação. -----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- Vamos passar à votação da **Pontos 1.1, 1.2, 1.4 e Ponto 2 da Moção 155/01 (MPT)**. Votos contra: PS, PCP, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos e Teresa Craveiro, abstenção 1 DM PSD, votos a favor: PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados Municipais Independentes Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa. Os **Pontos 1.1, 1.2, 1.4 e Ponto 2 da Moção 155/01 (MPT)** foram **rejeitados**. -----

----- Vamos passar à votação da **Ponto 1.3 da Moção 155/01 (MPT)**. Votos contra: PS, PCP, BE, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro, abstenção: 1 DM PSD e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM. **O Ponto 1.3 da Moção 155/01 (MPT) foi rejeitado.**-----

----- (**Ausência dos Deputados Municipais Independentes Miguel Graça e Paulo Muacho nesta votação**)-----

----- **PONTO 9 - APRECIACÃO DO VOTO 155/02 (PEV) – SAUDAÇÃO “90º ANIVERSÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL PALÁCIO GALVEIAS E DA HEMEROTECA DE LISBOA”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (O Voto de Saudação nº 155/02 apresentado pelo PEV – “90 aniversário da Biblioteca Municipal Galveias e da Hemeroteca de Lisboa”, fica anexado à presente ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, vamos ao último ponto desta ordem de trabalhos, que é um Voto 155/02, do PEV, “Saudação 90 aniversário da Biblioteca Municipal Palácio Galveias e da Hemeroteca de Lisboa”, portanto, não sei se o PEV quer usar da palavra, prescinde.-----

----- Há duas inscrições, Diogo Moura e Ana Gaspar, e também, o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.-----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura, primeiro, por favor, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Também ser muito rápido já que estamos no término dos trabalhos, dizer também a apresentação deste voto, e dizer apenas que espero num muito curto espaço de tempo, que a Hemeroteca possa encontrar um espaço mais digno do que aquele onde está.-----

----- A Hemeroteca já tinha saído do espaço do Bairro Alto, por razões que todos nós conhecemos, sabemos que o espaço onde está o edifício habitacional não é o melhor edifício para albergar este tipo de equipamentos, é um espaço que não tem condições para receber pessoas para consultas, é um espaço que sabemos por ser num prédio misto, portanto, habitacional já sofreu várias infiltrações, e nós sabemos o que é que essas infiltrações causam, nomeadamente, no que tem vindo a acontecer também no espaço misto, num edifício misto, como o Arquivo Intermédio do Bairro da Liberdade e, portanto, deixar também aqui esta esperança para a breve trecho, quem sabe com o novo Arquivo Municipal no Convento de Chelas, possa também receber esta Hemeroteca, e este caso se possa resolver de uma vez por todas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra, a Senhora Deputada Ana Gaspar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos e todas.-----

----- Dizer muito brevemente, que é em plena pandemia a cultura tem naturalmente de continuar a ser um espaço coletivo de respiração, e assim a Biblioteca das Galveias, aqui nas Avenidas Novas, como todos sabem, e a Hemeroteca em novas instalações, continuarão a honrar tal desiderato na vida de todos nós. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Também serei muito rápido.-----

----- No entanto, não queria deixar de saudar o voto apresentado pelo PEV hoje aqui com a referência à Hemeroteca, curiosamente, faz precisamente dois anos, foi no dia 16 de julho de 2019, que a Assembleia aprovou por unanimidade, uma Recomendação que eu apresentei sobre a Hemeroteca na altura na sequência de uma visita que fiz e que não foi propriamente agradável daquilo que vi, quer na Hemeroteca, quer no depósito dos Olivais, hoje em dia a situação já está um pouco melhor. -----

----- Há a esperança como já aqui foi referido de haver Hemeroteca nas novas instalações do Arquivo Municipal e, portanto, dar essa nota e saudar o PEV pela apresentação deste voto. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 155/02 (PEV)**. não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e os (as) Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 155/02 (PEV)** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (**Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação**).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto o Voto 155/02 do PEV, foi aprovado por unanimidade, e, portanto, o PCP quer fazer uma declaração de voto oral, se faz favor.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- O PCP subscreveu este voto apresentado pelo PEV, porque consideramos que é da mais elementar justiça, esta saudação à Biblioteca Municipal Palácio das Galveias, pelas razões que são apresentadas no respetivo voto.-----

----- O PCP frisa o importante papel que as bibliotecas têm, por um lado na divulgação do saber, mas também, na formação dos indivíduos e nesse sentido, as bibliotecas tem um importante papel no desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente democrática.-----

----- Também, gostaríamos de estender esta saudação, como aliás, também acontece no voto, aos trabalhadores que trabalham nas bibliotecas municipais que são, de facto, um dos grandes responsáveis pelo seu bom funcionamento e que, por vezes também não têm as melhores condições ou as condições mais dignas do trabalho.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Penso que não há mais nenhum pedido de declaração oral, portanto, Senhores Deputados, chegámos ao fim desta reunião.-----

----- Não tratarmos apenas da questão da Petição, porque o Peticionário, manifestou a sua impossibilidade de intervir e, portanto, achámos melhor adiar esse ponto, portanto, Senhores Deputados, muito obrigado, e na terça-feira cá estaremos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quinze minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

----- O PRESIDENTE-----